

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Mariana de Almeida Pinto

“Primeiro Deus, depois o CRAS”: um estudo sobre consciência e desigualdade social a partir de sujeitos destinatários da política de assistência social

**Juiz de Fora
2019**

Mariana de Almeida Pinto

“Primeiro Deus, depois o CRAS”: um estudo sobre consciência e desigualdade social a partir de sujeitos destinatários da política de assistência social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Processos Psicossociais em Saúde, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, Mariana de Almeida.

“Primeiro Deus, depois o CRAS”: um estudo sobre consciência e desigualdade social a partir de sujeitos destinatários da política de assistência social / Mariana de Almeida Pinto. -- 2019.

166 p.

Orientador: Fernando Santana de Paiva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2019.

1. Consciência. 2. Desigualdade Social. 3. Ideologia. 4. Assistência Social. I. Paiva, Fernando Santana de, orient. II. Título.

MARIANA DE ALMEIDA PINTO

"PRIMEIRO DEUS, DEPOIS O CRAS": UM ESTUDO SOBRE
CONSCIÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL A PARTIR DE SUJEITOS
DESTINATÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestra em Psicologia.

Dissertação defendida e aprovada em 29 de agosto de 2019.



Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a. Dr^a. Viviane Souza Pereira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Antônio Euzébios Filho
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos àqueles que representam um ponto de partida, de apoio e força em minha vida: meus pais, Suely e Luiz Carlos. E aos meus irmãos de sangue, Luiza e Lucas, por compartilharem, não sem dificuldades e conflitos, toda uma vida de aprendizado, carinho e existência.

Ao Fernando, cuja relação estabelecida ultrapassa a formalidade entre orientador/orientanda, sendo construída, ao longo desses poucos mais de três anos de convívio, por meio do afeto, amizade e crescimento pessoal e profissional. Obrigada por me possibilitar enxergar e contribuir na construção de alternativas críticas à psicologia e à sociedade. Obrigada pelo suporte e parceria de sempre, na academia e na militância.

Aos membros da banca: Vivi, pelas contribuições e parcerias, não apenas na efetivação dessa pesquisa, mas, também, em nossas lutas diárias; e Antônio (ou “Toninho”), quem tive o enorme prazer de conhecer durante o mestrado e com quem espero permanecer partilhando saberes, experiências e engajamento por novas formas de sociabilidade.

Aos companheiros e companheiras que partilham de lutas, sonhos e disposição diária pela construção da Resistência, ferramenta que acolhe e projeta, de maneira coletiva, nossas possibilidades frente ao horizonte revolucionário e socialista de sociedade que reivindicamos.

A todas(os) do Grupo de Pesquisa Martín-Baró, pelas trocas e aprendizados cotidianos. Um agradecimento especial à Marina, à Camila e à Kissila, pela amizade e pelo suporte de cada uma no desenvolvimento dessa pesquisa.

Às amigas Estela, Amata e Nicole, pelas trocas, conversas, risadas e experiências partilhadas. E ao “meu amigo Pedro”. Obrigada por serem fontes de apoio e acolhimento, mesmo diante das rotinas e correrias da vida.

Às amigas e amigos com os quais a graduação em Psicologia me apresentou, em especial, Vivian, João, Mariana, Luísa, Júlia e Beatriz.

Às amigas fraternas que, mesmo nem sempre tão próximas fisicamente, carregam de longa data: Eugênia, Mariana, Bianca e Jéssica.

Ao Felipe, por partilhar comigo a vida, as dificuldades, as lutas, os sonhos e o amor.

A todas(os) do grupo Maracatu Estrela na Mata, do qual me aproximei nos últimos meses e tem se tornado um espaço de aprendizado e respiro semanais, sendo um importante suporte durante o processo de finalização do mestrado.

À AMAC e à Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, por possibilitarem a realização da pesquisa a partir da aprovação de nossa inserção no campo.

A toda equipe profissional do CRAS-Centro: Valéria, Melina, Rita, Mara Rezende, Mara Silva e Ana Rita; e aos demais funcionários da unidade: Márcia Rosa, Cristiano, Kelly, Penha, Leonardo e Michelle. Obrigada pela recepção, verdadeiramente, acolhedora, pela essencial ajuda na pesquisa e pela relação afetuosa que construímos nesse curto espaço de tempo. Seguimos, juntas(os), em luta pela defesa dos direitos sociais.

Às e aos participantes que cederam, generosamente, uma parte do tempo de seus dias para as entrevistas e compartilharam relatos, opiniões, vivências e histórias, o que torna não apenas possível, como, também, atribui o real sentido para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

À UFJF, sobretudo, a todas e todos que a constroem em seu cotidiano, estudantes, professores, técnico-administrativos e funcionários terceirizados, buscando semear conhecimentos e cultivá-los apesar e para além de seus muros. Que resistamos às tentativas de desmonte e privatização das universidades públicas e avancemos, cada vez mais, em suas potenciais contribuições para a sociedade.

Ao departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF, que, a despeito das particularidades de cada membro docente, acompanharam toda a minha formação acadêmica desde a graduação e contribuíram para estimular o meu crescimento e senso crítico, seja a partir de nossas (poucas) convergências teóricas e políticas, seja a partir de nossas discordâncias construtivas.

À CAPES e à FAPEMIG, pelas bolsas de Mestrado concedidas.

A todas as pessoas que cruzam ou cruzaram o meu caminho e, de alguma forma, se fazem presentes comigo nesse trabalho.

ATA

Em nome de quem lava roupa alheia

(e expulsa da brancura o sebo alheio)

Em nome de quem cuida de filhos alheios

(e vende sua força de trabalho

em forma de amor maternal e humilhações)

Em nome de quem habita um domicílio alheio

(que já não é ventre amável mas sim uma tumba ou cadeia)

Em nome de quem come pães amanhecidos alheios

(e ainda assim mastiga-os com sentimento de ladrão)

Em nome de quem vive num país alheio

(as casas e as fábricas e os comércios

e as ruas e as cidades e os povos

e os rios e os lagos e os vulcões e os morros

são sempre de outros

e por isso estão aí a polícia e a guarda

protegendo-os de nós)

Em nome de quem o único que tem

é fome exploração doenças

sede de justiça e de água

perseguições condenações

solidão abandono opressão morte

Eu acuso a propriedade privada

de privar-nos de tudo.

(Roque Dalton)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como os sujeitos destinatários da política de assistência social percebem a si e sua realidade e atuam frente às condições de pobreza em que estão inseridos. Compreendemos que a desigualdade social estrutural atravessa a formação da consciência e subjetividade dos sujeitos, gerando diferentes e contraditórios processos psicossociais, como o fatalismo, a resignação e a revolta. Recorremos, portanto, ao uso da entrevista semiestruturada, bem como do diário de campo proveniente do período de acompanhamento das atividades desenvolvidas em um dispositivo da proteção social básica, localizado na cidade de Juiz de Fora (MG). Em consonância com os objetivos traçados em nosso trabalho e pautados em uma análise histórica e dialética dos fenômenos sociais, observamos que a predominância de visões fragmentadas e individualistas sobre a desigualdade social e a consequente dificuldade em reconhecer sua posição social na sociedade de classes fortalecem posturas pessimistas, conformistas e imediatistas nas classes subalternas, tendo em vista a precariedade material forjadas em suas realidades cotidianas. Por outro lado, os sentimentos de revolta, indignação e coletividade se arraigam e são, muitas vezes, silenciados frente às contradições próprias das ideologias e das relações sociais vigentes. As formas de enfrentamento/resignação da realidade encontradas, no geral, perpassam pela crença religiosa e/ou pela tentativa do esforço pessoal e meritocrático. Frente a esse cenário, a política de assistência social, sobretudo, na ótica neoliberal, tem demonstrado suas limitações em contribuir, dialeticamente, com avanços nas condições materiais e subjetivas de vida dos sujeitos, por ela, “assistidos”, na medida em que se esbarra no predomínio da lógica assistencialista e focalizada que tende a reforçar a condição subalterna. Ao mesmo tempo em que consideramos importante o fortalecimento das políticas sociais na perspectiva da luta por direitos, se faz necessário apontar estratégias efetivas que fortaleçam e incitem a rebeldia dos sujeitos, por vezes, escamoteada, em direção à superação radical das mazelas sociais produzidas nas e pelas relações de produção capitalistas.

Palavras-chave: Consciência. Desigualdade Social. Ideologia. Assistência Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the people aimed by the social assistance policy perceive themselves and their reality and act in face of poverty conditions in which they are inserted. We understand that structural social inequality crosses the formation of the people' consciousness and subjectivity, generating different and contradictory psychosocial processes, such as fatalism, resignation and revolt. Therefore, we used the semi-structured interview, as well as the field diary from the follow-up period of the activities developed in a basic social protection service, located in the city of Juiz de Fora (MG). In line with the objectives drawn in our work and based on a historical and dialectical analysis of social phenomena, we observe that the predominance of fragmented and individualistic views on social inequality and the consequent difficulty in recognizing their social position in class society reinforces pessimistic, conformist, and immediatists postures in these subordinate classes, the material precariousness forged on their daily realities. On the other hand, sentiments of revolt, indignation and collectivity take root and are often silenced by the contradictions inherent in prevailing ideologies and social relations. The forms of confrontation/resignation of reality found, in general, permeate religious beliefs and/or the attempt of personal and meritocratic effort. Given this scenario, the social assistance policy, especially from the neoliberal perspective, has shown its limitations in contributing, dialectically, to advances in the material and subjective conditions of life of the people, "assisted" by, as it which bumps into the dominance of charitable and focused logic that tend to reinforce their subordinate condition. While we consider the importance of strengthening social policies in the perspective of the fight for rights, it is necessary to point out effective strategies that strengthen and incite the rebelliousness sometimes concealed of the people, towards the radical overcoming of the social ills produced in and by the capitalist relations of production.

Keywords: Consciousness. Social Inequality. Ideology. Social Assistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. Desigualdade social e pobreza: concepções em disputa	17
1.1. Um breve panorama da desigualdade social brasileira	17
1.2. Por trás e para além dos números: a pobreza e sua funcionalidade no capitalismo	21
1.3. Formas de enfrentamento pelo Estado: lógica assistencialista e focalizada como “combate” à pobreza no Brasil	25
CAPÍTULO 2. Formação da consciência e os impactos psicossociais da desigualdade social	32
2.1. O processo de formação da consciência: uma perspectiva histórica e dialética	32
2.2. A ideologia do fatalismo e o impacto da cultura da pobreza	35
2.3. Os movimentos da consciência e a dialética do fatalismo	41
2.4. Sobre os sujeitos destinatários da política de assistência social: a cultura da pobreza na condição de assistido	49
CAPÍTULO 3. Percurso metodológico	56
3.1. Objetivos e abordagem teórico-metodológica	56
3.2. O campo	59
3.2.1. Particularidades (e similitudes) do cenário local	59
3.2.2. Inserção: como cheguei ao CRAS e dados oficiais do dispositivo	62
3.3. As etapas da pesquisa	65
3.3.1. Diário de campo: sobre a breve e fecunda experiência no cotidiano de um CRAS	67
3.3.2. As entrevistas	73
3.3.3. Participantes das entrevistas: quem são elas(es)?	75
3.3.4. Análise dos dados transcritos	80
3.4. Procedimentos formais e éticos	80
3.4.1. Formalização no Comitê de Ética da UFJF	80
3.4.2. Formalização na AMAC e SDS	81
CAPÍTULO 4. Costurando narrativas sobre desigualdades e seus enfrentamentos	82
4.1. O sujeito na política e a política no sujeito: percepções e impactos da assistência social ..	82
4.2. (In)Compreensões sobre desigualdade social e pobreza: formas de ser, agir e sonhar	101
CAPÍTULO 5. Uma tentativa de síntese e compreensão	125

CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	157

Introdução

O interesse pela temática proposta no presente estudo, que objetiva compreender como os sujeitos destinatários da política de assistência social percebem a si e sua realidade e atuam frente às condições de pobreza em que estão inseridos, perpassa pelas experiências e caminhos traçados, sobretudo, durante minha graduação em Psicologia pela UFJF. O contato com o movimento estudantil e com a militância em movimentos sociais e partidários contribuiu para a ampliação dos horizontes (ou conscientização) a respeito da realidade e do nosso compromisso enquanto atores sociais transformadores. Esse movimento fomentou, ainda, a reflexão e o questionamento do papel de legitimação da ordem social, historicamente, ocupado pela Psicologia e demais ciências hegemônicas, o que, somado ao fundamental suporte do meu amigo e orientador Fernando, me possibilitou enxergar alternativas de resistência e atuação críticas no interior da Psicologia.

Desde a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso apresentado na referida graduação, portanto, temos nos voltado para o resgate das contribuições da teoria marxiana para o desenvolvimento do campo da Psicologia Social Crítica¹, elegendo a consciência humana como objeto central de estudo. A partir do mestrado, buscamos aprofundar nesta importante e complexa categoria, voltando nossa atenção para aqueles e aquelas cujas realidades, quando não marginalizadas, são distorcidas pelas teorias científicas dominantes, que se pautam na sustentação das relações desiguais próprias do atual modo de produção capitalista. Estamos, aqui, nos referindo à classe trabalhadora pauperizada, os denominados pobres; às classes subalternas.

¹ O termo “Psicologia Crítica” (ou “Psicologia Social Crítica”) é utilizado como referência às perspectivas teórico-práticas críticas ao modelo tradicional (individualizante) da psicologia e da sociedade atual. Ainda que a denominação deste campo seja recente na história da psicologia brasileira, seu desenvolvimento inicial, no país, é marcado pela década de 60, período de luta contra o regime ditatorial. O campo constitui-se a partir de diferentes abordagens e concepções que aproximam a psicologia de ideários progressistas, voltados para o fortalecimento de processos emancipatórios da humanidade (Lacerda Jr., 2013; Gonçalves & Yamamoto, 2014).

O conceito de subalternidade, adotado ao longo de nosso trabalho, advém das contribuições do estudo de Yazbek (2006) para a nossa pesquisa. A autora afirma recorrer ao termo para denominar os sujeitos inseridos na política de assistência social em referência à Gramsci, sendo uma categoria que remete ao “mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política” (Yazbek, 2006, p. 18). Entendemos, assim, que os “subalternos” representam a heterogeneidade da classe trabalhadora, designando-se aos setores inseridos em contextos sociais periféricos marcados por extrema desigualdade, precariedade e pobreza. A condição subalterna, conforme a própria autora expõe, carrega um universo particular no que tange à forma de compreensão da realidade, bem como às ações de enfrentamento/submissão adotadas, que, na visão gramsciana, são marcadas pelo potencial de sua espontaneidade.

Posto isso, na busca pela análise das contradições vivenciadas no cotidiano das classes subalternas, nosso trabalho se ampara na emergência de processos psicossociais, como fatalismo e revolta, considerando, sobretudo, os estudos do psicólogo espanhol Ignacio Martín-Baró, que, inspirado nos trabalhos de Paulo Freire, fundou o campo da Psicologia da Libertação. Baseados, assim, no método materialista histórico-dialético de compreensão da realidade social, elencamos nossa discussão a partir de conceitos fundamentais da tradição marxista, como consciência e ideologia, à luz de processos emancipatórios dos sujeitos.

O capítulo 1, intitulado “Desigualdade social e pobreza: concepções em disputa”, apresenta dados estatísticos das expressões da desigualdade social que marcam a realidade brasileira, bem como sinaliza, frente à insuficiência de teorias e respostas fragmentadas e individualizantes elaboradas, nossa adesão a uma perspectiva totalizante e histórica dos fenômenos sociais. A pobreza é encarada, assim, enquanto produto do modo de produção capitalista. Debateremos, ainda, as contradições das políticas sociais enquanto mecanismo

adotado pelo Estado moderno para o combate à pobreza, adentrando, especificamente, na configuração atual da política de assistência social brasileira na agenda neoliberal.

No capítulo 2, intitulado “Formação da consciência e os impactos psicossociais da desigualdade social”, percorremos por alguns estudos que partem, sobretudo, da tradição marxista na tentativa de melhor desvendar a complexidade dos fenômenos existentes, adentrando, assim, em processos que atravessam, dialeticamente, a constituição do ser social e a realidade concreta. Damos centralidade à compreensão do método materialista histórico-dialético no que tange ao processo de formação da consciência e seu amparo nas relações sociais vigentes, destacando o papel das ideologias enquanto mecanismo voltado para o controle e dominação sociais. Em diálogo com o capítulo anterior, situamos essa discussão frente à realidade vivenciada por uma parcela significativa da população marcada pela pobreza e pela precariedade material e psicossocial, bem como retomamos o debate da política de assistência social a partir das contradições colocadas perante a condição de “assistido”.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta a metodologia adotada na pesquisa, cujo percurso pautou-se por determinados pressupostos e técnicas desenvolvidos pela abordagem qualitativa, em aproximação com nossos referenciais epistemológicos já evidenciados. Dessa maneira, trazemos dados da realidade local, bem como do dispositivo de proteção básica da assistência social em que realizamos a pesquisa de campo, a partir do acompanhamento de suas atividades e das entrevistas semiestruturadas com os sujeitos inseridos nos programas sociais. As entrevistas foram analisadas e, delas, extraídas vinte e três categorias organizadas em quatro famílias.

Os resultados da pesquisa são expostos no capítulo 4, denominado “Costurando narrativas sobre desigualdades e seus enfrentamentos”, em que optamos por estruturá-lo a partir de dois grandes eixos. O primeiro está voltado para a apresentação das percepções e impactos da política de assistência social na vida dos sujeitos entrevistados, enquanto o segundo tópico

descreve as formas de apreensão de suas realidades frente à pobreza e à desigualdade social, bem como os mecanismos utilizados para o seu enfrentamento/resignação. Temas relacionados à conjuntura política atual brasileira aparecem nos relatos dos(as) entrevistados(as). As expectativas de vida e os sonhos elaborados pelos(as) participantes são, também, abarcados nesse último eixo.

Na busca por “uma tentativa de síntese e compreensão”, os resultados encontrados são discutidos no capítulo seguinte. As manifestações e reproduções da ideologia fatalista e da cultura da pobreza no modo ser, pensar, agir e sonhar das classes subalternas são evidenciadas e analisadas a partir da predominante visão fragmentada e naturalizada da desigualdade social e das classes sociais constituintes da sociedade capitalista. Assim, discorreremos sobre o destacado papel da religião e da lógica (neo)liberal meritocrática frente ao imediatismo e individualismo postos na batalha cotidiana pela sobrevivência. Resgatando nossos pressupostos teóricos, no entanto, buscamos demonstrar como a consciência dos sujeitos se conforma nas e pelas contradições constituintes da realidade social e das ideologias dominantes, provocando movimentos de avanços e retrocessos, em que processos de revolta e indignação emergem diante da predominância de perspectivas fatalistas e conformistas.

Consideramos, nesse sentido, a importância do debate acerca do papel das políticas sociais para processos emancipatórios dos sujeitos, compreendendo suas possíveis contribuições sem, contudo, nos furtar de assinalar seus limites estruturais concernentes ao atual modelo de sociabilidade. Acreditamos serem frutíferos os debates e as reflexões que nos propomos a levantar na presente pesquisa, tendo em vistas os desafios colocados pela conjuntura política atual, que, imersa nas contradições estruturais do desenvolvimento do capitalismo, apresenta obstáculos específicos para o processo de conscientização e luta organizada da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que aponta a necessária renegação de

velhas táticas e estratégias já comprovadas insuficientes para a superação das condições desumanizantes próprias das relações sociais produzidas pelo sistema econômico vigente.

Capítulo 1. Desigualdade social e pobreza: concepções em disputa

1.1. Um breve panorama da desigualdade social brasileira

Nosso objeto de estudo nos coloca a necessidade de realizar uma breve contextualização de determinados aspectos que demarcam a sociedade brasileira. Ainda que o processo de formação do Brasil não se limite a essa questão, analisar o panorama expressivo da desigualdade social em nosso país é fundamental para entender a constituição dos sujeitos e das relações sociais que nela se forjam.

Sabemos que a desigualdade social é uma realidade percebida na esfera mundial, ainda que possua suas particularidades em cada país e continente. Conforme demonstram os dados do relatório da Oxfam (2017, p 11), “o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99% e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta”, ao passo em que “a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo” - sendo, aqui, considerado o critério estipulado pelo Banco Mundial, de pessoas que (sobre)vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

No contexto latino-americano, o panorama apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), aponta para o aumento da pobreza e da extrema pobreza na região ao longo dos últimos anos, atingindo, respectivamente, a taxa de 29,6% e 10,2%, em 2018, o que corresponde a mais de 180 milhões de pessoas vivendo em situações de pobreza e mais de 60 milhões na miséria. Além disso, as condições de pobreza afetam quase duas vezes mais a população indígena e negra, bem como se apresenta 20% maior nas áreas rurais que no meio urbano (CEPAL, 2018).

Ainda que, de acordo com essa mesma pesquisa, a desigualdade de renda na região tenha diminuído a partir do ano 2000 (a média do índice de Gini caiu de 0,53 em 2000 para 0,47 em 2017), desacelerando a queda entre os últimos anos, o índice de desigualdade de Gini

apresentado no continente torna a América Latina a região mais desigual do planeta. O CEPAL (2016) confirma, ainda, que a desigualdade de renda existente possui uma nítida demarcação de raça, atingindo com maior intensidade a população latino-americana não-branca, na medida em que esta prevalece nas faixas de renda mais baixas, quando comparado com a concentração de pessoas brancas.

No que tange ao mundo do trabalho, uma parcela significativa dos trabalhadores e trabalhadoras latino-americanos vivenciam um quadro de precarização alarmante. Informalidade, baixa qualidade, carga horária excessiva e instabilidade, ainda segundo a CEPAL (2018), são algumas das características que prevalecem nas condições de (sub)emprego no continente, somando-se à escassez de oferta e ao alto grau de desemprego enfrentados. Os dados da comissão revelam que 40% da população trabalhadora da região recebem um salário inferior ao valor mínimo estipulado em cada país, condição que atinge, sobretudo, as mulheres, a população negra e jovem.

Adentrando no Brasil, a desigualdade social pode ser percebida através de uma realidade em que os 5% mais ricos da população detém a mesma fatia de renda que os demais 95% juntos, e os seis maiores bilionários do país possuem, juntos, em termos de riqueza, o mesmo que a metade mais pobre da população, esta que, em 2017, totalizava cerca de 100 milhões de pessoas (Oxfam, 2017). Neste mesmo ano, o país se encontrava na posição de 3º pior índice de Gini da América Latina e de 10º país mais desigual do mundo (num total de 143 países), sendo um dos países com maior concentração de renda entre o 1% mais rico (Oxfam, 2017).

Ainda no ano de 2017, de acordo com o Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o número de brasileiros e brasileiras em situação considerada de extrema pobreza (com renda mensal de R\$136,00) subiu para 7,4%, atingindo mais de 15 milhões de pessoas no país. Tomando como critério de análise da pobreza a renda *per capita* de US\$5,50 diários (próximo a R\$406,00 mensais), 26,5% da população

(cerca de 55 milhões de brasileiros), em 2017, situavam-se abaixo da linha da pobreza, condição que atinge, sobretudo, as mulheres e homens não-brancos (34,8% e 34,1%) quando comparado às mulheres e homens brancos (16,2% e 16,7%).

Ainda segundo levantamentos feitos pelo instituto, através da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua)², o número de domicílios sem nenhuma renda de trabalho ou com renda muito baixa atingiu, respectivamente, 22% e 30,1% no último trimestre de 2018. Ao mesmo tempo, aumentou para 30,3 a diferença da média de renda domiciliar quando comparadas a faixa de renda mais alta e a faixa de renda mais baixa.

Esse quadro se reflete, ainda, em termos de acesso a serviços considerados essenciais, conforme demonstra o seguinte relatório:

Dados de 2015 apontam que a cobertura de acesso a água, por exemplo, alcança 94% para quem está entre os 5% mais ricos, mas cai para 62% quando se trata dos 5% mais pobres. No caso de cobertura de esgoto, ela abrange 80% dos 5% mais ricos; porém, cai para menos de 25% se observados os 5% mais pobres. A exceção está na energia elétrica, que teve forte expansão nas últimas décadas, sobretudo para as camadas mais pobres da população. (Oxfam, 2017, p. 34).

Os dados do IBGE (2018) complementam o preocupante cenário no que tange à questão da moradia: em 2017, cerca de 13% da população enfrentava condições consideradas inadequadas de habitação (relacionadas a incompatibilidade entre renda e aluguel, estrutura precária, adensamento excessivo e ausência de banheiro de uso exclusivo), o que corresponde a 27 milhões de brasileiros nessa situação. Somado a isso, 37,6% da população residia em domicílios sem acesso a determinados serviços de saneamento básico, seja de coleta de lixo, de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. Quando analisada a população cuja renda domiciliar *per capita* é inferior a linha da pobreza (menor que

² Os dados da PNAD Contínua são levantados com periodicidade mensal, trimestral ou anual e podem ser verificados no site oficial do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>.

US\$ 5,50), esses percentuais sobem para 28,6% no que tange às inadequações na moradia e 57,6% em relação a falta de algum tipo de serviço de saneamento básico.

A desigualdade social brasileira se expressa, também, no âmbito das condições e oferta de trabalho. A taxa de desemprego no país tem aumentado nos últimos anos, chegando a 12,5% em 2017, o que atinge mais de 13 milhões de brasileiros. Os reflexos da precarização do trabalho, no Brasil, são constatados através dos dados de 2017 apresentados: a informalidade atinge 40,8% da população ocupada (IBGE, 2018).

Esse mesmo estudo revela, ainda, que a situação de desemprego, bem como a inserção em trabalhos com menor valorização e remuneração, é uma realidade vivenciada, majoritariamente, pelas mulheres, os jovens e a população não-branca, exemplificando a intrínseca relação entre raça, gênero e classe que atravessa a desigualdade social no Brasil, assim como em toda a América Latina. Somado a isso, a pesquisa aponta que 43,2% da população trabalhadora ocupada no país não possuem o ensino médio completo, havendo uma forte associação entre o nível de escolaridade e a inserção e remuneração do trabalho.

Assim, os cargos menores remunerados são aqueles ocupados por pessoas com menor escolaridade, como os serviços domésticos, a agropecuária e a construção civil, sendo estas representadas, respectivamente, por 65,9%, 60,8% e 63% de brasileiros não-brancos. Embora, em 2017, as mulheres inseridas no mercado de trabalho possuíam, em média, um grau de escolaridade superior ao dos homens, havia, ainda, a predominância da participação masculina (72,5% contra 52,7%). A desigualdade de gênero e de raça, portanto, é expressiva em diferentes âmbitos (IPEA, 2017). Em termos de remuneração no trabalho, segundo o IBGE (2018), “no cômputo geral, em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres”.

Os dados já levantados a respeito da realidade brasileira e mundial são extensos e o quadro de desigualdade social é indiscutível, apresentando consequências e dimensões imensuráveis. Condições precárias de moradia e de trabalho, desemprego, falta de acesso à cultura e à informação, saúde pública sucateada, condições deficitárias de acesso e permanência à educação, altos índices de violência urbana e descaso do poder público. Esses são alguns dos aspectos que marcam a vida de grande parte da classe trabalhadora em nosso país, arrastando uma herança que afeta, especialmente, as mulheres, a população negra, indígena, do campo e a juventude brasileira.

Acompanhamos, ao longo dos últimos anos, determinados avanços, ainda que com sérias ressalvas, no que tange à expansão de políticas públicas e sociais a setores mais empobrecidos da classe trabalhadora brasileira. No entanto, a formação histórica do país e da América Latina frente ao capitalismo global, o projeto político-econômico neoliberal que tem sido implementado pelos governos nas últimas décadas (o que se intensificou na atual conjuntura pós-impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a derrocada do projeto de conciliação de classes) e, acima de tudo, as contradições postas pelo próprio sistema econômico vigente - às quais se atrelam as políticas sociais - impedem que a erradicação da pobreza e a redução efetiva das desigualdades, tão “almejada” pelo Banco Mundial e pelas instituições multilaterais, sejam alcançadas nos marcos da agenda atual de desenvolvimento traçada (Siqueira, 2012; Braz, 2017).

1.2. Por trás e para além dos números: a pobreza e sua funcionalidade no capitalismo

Consideramos que a análise do quadro de desigualdade social acima exposto perpassa, indubitavelmente, pelo resgate de seu caráter histórico, dinâmico e particular, entendendo suas raízes econômicas e estruturais. Sabemos que as ciências e teorias do conhecimento hegemônicas, longe de carregarem qualquer neutralidade, sustentam a naturalização das relações de exploração e dominação predominantes como forma de justificar as desigualdades

existentes e perpetuar o poder político exercido pelas classes sociais privilegiadas na dinâmica capitalista (Löwy, 2010). Essa é a essência da lógica liberal, que tem como fundamentação o individualismo e a preservação da propriedade privada (Silva, 2015a), assim como reflete determinados pressupostos do pensamento positivista que separam os fatores sociais dos econômicos em sua lente analítica posta sobre a realidade (Montaño, 2012).

Tais perspectivas podem lançar o olhar sobre os dados e estatísticas da desigualdade social brasileira e mundial e compreendê-los, definitivamente, como algo dado; enquanto números que expressam uma realidade, praticamente, imutável e inerente ao desenvolvimento da história humana, justificando-a pela sua persistência ao longo das transições entre os modelos societários desde os pré-capitalistas. Podem até considerar a tentativa de amenizar algumas de suas consequências, através de medidas insuficientes para tal, mas jamais apontarão o cerne da chamada “questão social”³ que se apresenta, hoje e historicamente, em nossa sociedade (Netto, 2007; Montaño, 2012).

Compreendemos, assim como teorizou Marx (2010a; 2017), que a desigualdade social, embora não seja um elemento exclusivo do sistema capitalista, se desenvolve, nele, de forma particular e intrínseca a sua lei geral de acumulação. A complexidade deste fenômeno, sem dúvidas, não se restringe à compreensão de seus fatores econômicos originários, ainda que tomá-los como ponto de partida seja crucial para investigar as demais dimensões envolvidas, seja de âmbito material ou psicossocial; individual ou coletivo.

³ Segundo Netto (2001), essa expressão surgiu por volta da terceira década do século XIX como forma de explicar o fenômeno do pauperismo, que assolou a grande massa dos trabalhadores com o processo de industrialização na instauração do capitalismo, trazendo uma condição de pobreza generalizada, ao mesmo tempo em que a capacidade de produção de riquezas aumentava. Na tradição marxista, a “questão social” é compreendida a partir de elementos sócio-históricos, políticos e econômicos, apontando para diferentes manifestações e expressões de desigualdades sociais produzidas pelos diferentes estágios e pela própria exploração estrutural do capitalismo (Netto, 2001; Yamamoto, 2001; Montaño, 2012).

O capital dita uma ordem que depende da desigualdade e da pobreza para operar. Enquanto nas sociedades anteriores a pauperização se formava a partir da insuficiência no desenvolvimento das forças produtivas e da escassez, no atual sistema, esse fenômeno ocorre na base do seu modo de produção, acarretado pela acumulação privada da riqueza - que, conforme refletem os dados anteriormente levantados, se concentra nas mãos de uma minoria ínfima (os 1%). Na lógica capitalista de acumulação pautada na propriedade privada e na extração da mais-valia (exploração pelo trabalho não pago), portanto, quanto maior for a riqueza produzida, maior será a produção da miséria (Netto & Braz, 2008; Montaño, 2012; Siqueira & Alves, 2018).

Marx (2017) explicita essa questão ao demonstrar a função da superpopulação relativa no processo de acumulação de capital. De grosso modo, a superpopulação relativa, em suas diferentes formas, diz respeito à massa de trabalhadores e trabalhadoras que está submetida - de maneira flutuante, latente ou estagnada - a situações de desemprego ou subemprego, podendo gerar a condição de pauperismo e precarização (Carcanholo & Amaral, 2008; Trindade, 2017). Essa condição posta não coloca para essa parcela (significativa) da população uma posição marginal ou excludente na sociedade de classes; “essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (Marx, 2017, p. 707), sendo um fator determinante na configuração da exploração do trabalho, especialmente em termos salariais, direitos trabalhistas e de oferta e demanda, assim como nas variações da taxa de lucro (Iamamoto, 2001; Netto & Braz, 2008; Siqueira & Alves, 2018).

A contradição pobreza/acumulação, fruto da contradição capital/trabalho, é, portanto, um fator estrutural do capital e acompanha a dinâmica cíclica que o constitui. No caso do Brasil e demais países latino-americanos, sua formação marcada pelo capitalismo periférico, dependente e hipertardio impõe, ainda, um quadro de pauperização que lhes é próprio, na

medida em que se constituem por meio da superexploração necessária para a garantia do processo de acumulação das potências capitalistas (Mandel, 1982; Carcanholo & Amaral, 2008; Marini, 2017). Esta forma de subordinação às demandas imperialistas, que acompanha toda a trajetória dos países periféricos e, particularmente, o Brasil, desde a colonização e a escravidão até os dias atuais, configura a dinâmica da desigualdade social em suas mais diversas facetas, bem como, conforme vimos, a torna ainda mais expressiva e severa sob tais povos da região (Lacerda Jr., 2013).

Dessa forma, embora o quadro da desigualdade e suas formas de expressão possam variar ao longo das etapas de desenvolvimento do capitalismo - e de acordo com a lógica da dominação imperialista sobre determinadas regiões -, sua manifestação permanecerá presente enquanto ainda imperar o modo de produção e as relações sociais vigentes. Em tempos de crise estrutural do capital, o aumento da superpopulação relativa, do desemprego e do pauperismo torna-se, ainda, mais expressivo (Meszáros, 2000; Netto, 2007; Netto & Braz, 2008; Montañó, 2012; Siqueira, 2012; 2014).

Nesse sentido, o debate acerca da pobreza, conforme discorrem Euzébios Filho (2007, 2010) e Montañó (2016), não pode ser desvinculado do conceito de classes sociais que polariza (em termos de interesses e necessidades reais em disputa) e, ao mesmo tempo, dá organicidade a sociedade capitalista. O pauperismo representa uma expressão máxima da desigualdade social constitutiva da sociedade de classes (Netto, 2007) e, embora evidenciado a partir das disparidades em termos de renda, poder de consumo, posse de bens materiais etc., sua simples explicação a partir de elementos economicistas pode significar uma camuflagem dos aspectos econômicos (no que tange à esfera produtiva) que o gera, bem como pode ser incapaz de revelar as variadas implicações postas para a vida da classe trabalhadora como um todo. Reduzir, portanto, a pobreza ao aspecto monetário e do consumo (critérios utilizados por organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial) implicaria em naturalizar as

relações sociais e o ideário de vida liberal e burguês, ainda que a análise de seus impactos seja importante para dimensionar as condições de vida, a visão de mundo e o lugar ocupado pela população empobrecida frente à desigualdade social estruturante.

Siqueira & Alves (2018) reafirmam, assim, que há projetos societários em disputa por detrás das diferentes concepções de pobreza existentes. Na contramão da perspectiva que aponta a estruturação econômica do capital, prevalecem teorizações que defendem, direta ou indiretamente, a responsabilização dos próprios sujeitos pela desigualdade e por sua condição de vida. Traremos essa discussão, no segundo capítulo, ao comentar sobre o papel da cultura da pobreza enquanto mecanismo ideológico e os seus impactos no modo de ser e agir dos setores pauperizados da classe trabalhadora. Neste momento, nos interessa entender que a compreensão equivocada (porém, intencional) da pobreza e suas causas reverbera-se na adoção de medidas, igualmente, limitadas, ineficazes e, muitas vezes, perversas para o seu real enfrentamento, seja por meio do assistencialismo, da criminalização e/ou das diferentes práticas de extermínio de vidas e culturas dos subalternos (Montaño, 2012; Yazbek, 2012; Siqueira, 2014; Siqueira & Alves, 2018).

1.3. Formas de enfrentamento pelo Estado: lógica assistencialista e focalizada como “combate” à pobreza no Brasil

O campo das políticas sociais é permeado por contradições e tem sua constituição determinada pela luta de classes, variando de modelos de acordo com cada particularidade histórica. Esta variação, no entanto, está atrelada a sua intrínseca função, voltada para a produção e reprodução social. Nesse sentido, enquanto um mecanismo de intervenção do Estado moderno, as políticas sociais representam uma concomitante tentativa das classes dominantes em dar respostas às reivindicações da classe trabalhadora por direitos e atender aos interesses e demandas próprios das etapas de acumulação do capital. A partir das políticas sociais, portanto, o Estado passa a incorporar, de maneira fragmentada, as ações de

enfrentamento à pobreza e às expressões da desigualdade social, buscando mediar, institucionalizar e, dessa forma, controlar/frear os processos de luta por melhoria das condições de vida dos setores mais pauperizados da população (Teixeira, 2007; Netto, 2007; Montañó, 2012; Lacerda Jr., 2015).

Montañó (2012) traça uma breve análise sobre as características que fundamentam as políticas sociais ao longo de sua trajetória, desde sua implementação - que, de forma sistemática⁴, data-se no contexto do pós-segunda guerra mundial nos países europeus e considerados desenvolvidos, frente à expansão da nova fase monopolista do capital -, até sua configuração em tempos atuais de crise estrutural e neoliberalismo. Assim, segundo o autor, as políticas sociais se efetivam através do modelo de Bem-estar social numa perspectiva de retirar, meramente, da ordem individual e da benemerência a responsabilização pelas refrações da “questão social”, de modo a encarar a pobreza enquanto um suposto problema de distribuição, fruto do déficit na oferta de bens e serviços do mercado (Montañó, 2012; Siqueira, 2014).

Dessa forma, as políticas sociais emergem na busca pela incorporação da “questão social” na esfera política, ao mesmo tempo que mantém - a partir do pensamento positivista - sua desvinculação da natureza econômica que estrutura a desigualdade social no capitalismo (a partir da propriedade privada e a conseqüente divisão social do trabalho). Para sanar o problema de distribuição e intervir frente à população considerada “excluída” do mercado de trabalho, as ações do Estado se voltam, sobretudo, para as políticas de incentivo ao consumo, a partir da transferência de renda, de modo a atender as necessidades da população vista como carente e incorporá-la na perspectiva da cidadania (Montañó, 2012; Yazbek, 2012).

⁴ Desde o século XVI, haviam determinadas ações desenvolvidas na Europa direcionadas ao tratamento da pobreza, marcadas ora pela filantropia e caridade, pela moralização dos mais pobres e pela segmentação, ora pela criminalização da considerada vadiagem, sempre a partir da perspectiva individualizante de culpabilização dos sujeitos. Tais ações segmentadas e dispersas se desenvolveram até o século XIX, quando começa a se desenvolver o campo da seguridade social até a sua consolidação mediante as políticas sociais nas primeiras décadas do século XX (Montañó, 2012; Sgarbossa, 2015).

No caso do Brasil, no contexto dos anos 30, havia um embrionário sistema de proteção social público voltado para o combate às refrações da “questão social” no país. As políticas sociais brasileiras, diante de sua economia dependente e periférica, tiveram sua expansão mais tardiamente, nas décadas de 1960 e 70, sob o regime da ditadura militar e no chamado “milagre econômico”, apresentando sua reestruturação no final da década de 80. Ao longo de toda essa trajetória, o caráter caritativo, filantrópico, segmentado e compensatório, relacionado à problemática relação público-privada, prevaleceu enquanto diretriz das ações do Estado no campo da proteção social (Netto, 2007; Teixeira, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A promulgação da Constituição de 88, como forma de dar respostas aos movimentos sociais progressivos à época, representou uma tentativa de instauração de um modelo de Bem-Estar Social no país, a partir de ideários como a universalização e o controle social e a resultante consolidação da Seguridade Social com a integração entre saúde, assistência e previdência. Esse movimento, no entanto, tornou-se comprometido diante das necessidades postas pela emergência da crise estrutural mundial do capital e a nova etapa de desenvolvimento em aberto a partir da década de 1970, marcada pela reestruturação produtiva, pela ascensão do neoliberalismo e pelo período de estagnação econômica (Meszáros, 2000; Netto, 2007; Montañó, 2012).

O avanço das políticas e reformas neoliberais no Estado brasileiro, ocorrido a partir da década de 1990, favoreceu, dessa forma, a continuidade das políticas sociais, sobretudo, no campo da assistência social, caracterizadas pela focalização, seletividade e assistencialização, sendo, inclusive, agravadas com a privatização, a pauta mercadológica e a inserção do chamado “Terceiro Setor” (Yazbek, 2006; Teixeira, 2007; Netto & Braz, 2008). A estratégia neoliberal, portanto, freou possíveis avanços no que tange à responsabilização do Estado no enfrentamento às expressões da “questão social”, aplicando uma agenda de precarização ao recorrer, novamente, à filantropia e ao voluntariado, voltada, assim, “à população consumidora, com

capacidade de compra (cidadã cliente), tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas” (Montaño, 2012, p. 277).

A assistência social brasileira, cuja regulamentação e materialização ocorreu a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, e da posterior instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, concentra um conjunto de programas e ações que cumprem um papel determinante na organização das políticas voltadas para o enfrentamento à pobreza no país. Essa centralidade assumida pela assistência na seguridade social, conforme aponta Mota (2010), representa o processo de deslocamento do incentivo às políticas relativas ao direito do trabalho para a ampliação de benefícios sociais compensatórios como via de “inserção” social e econômica dos setores de classe considerados “excluídos” - ou a superpopulação relativa, cujo contingente se amplia com a precarização das relações trabalhistas e o desemprego.

Nesse sentido, entre as ações destinadas ao campo da proteção social, se destacam os programas de transferência de renda, já existentes nas experiências europeias do Estado de Bem-Estar, mas que, na agenda neoliberal, tornaram-se carro-chefe das estratégias de proteção social adotadas no Brasil a partir dos anos 90, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na LOAS e que concentra a maior parte de recursos destinados à assistência social, e, sobretudo, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, pelo, então, presidente da república Luís Inácio Lula da Silva (PT) (Stein, 2009; Mota, 2010; Sitcovsky, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A expansão e prioridade atribuída a tais programas nas últimas décadas, conforme sinalizado, refletem a tentativa de incorporação das classes subalternas mediante as necessidades do mercado a partir do precário aumento do seu poder de consumo e de seus meios de subsistência, bem como reforçam a focalização da política ao delimitar a pobreza pela estratificação da renda e, dessa forma, se distanciar da perspectiva da universalização, voltando

sua atenção (seletividade) para as camadas mais pobres dentre os mais pauperizados (Sposati *et al.*, 1998; Mota, 2010; Euzébios Filho, 2016).

Para além da problemática dos critérios baseados na renda utilizados, as condicionalidades postas para a inserção e permanência nos programas, como o Bolsa Família, apresentam suas incoerências ao adotar práticas fiscalizatórias que, por vezes, ignoram as condições precárias de acesso e permanência às demais políticas sociais atreladas, como a educação e saúde, bem como a própria assistência social. Ou seja, por mais que possam estar atreladas ao discurso da intersetorialidade, do cuidado integral à família e do fortalecimento da rede de proteção social, as condições exigidas para a manutenção dos “benefícios” ofertados pelo Estado podem atuar, muitas vezes, para a moralização e responsabilização dos sujeitos e grupos atendidos, indo na contramão da compreensão da assistência social enquanto um direito (Stein, 2009; Yamamoto & Oliveira, 2010; Yazbek, 2012; Couto, 2015; Euzébios Filho, 2016).

O problema da assistencialização e desmantelamento das ações de proteção social vai além da problemática dos programas sociais direcionados para a “distribuição” de renda (termo em destaque, pois, conforme apontam Yamamoto e Oliveira (2010), bem como Sitcovsky (2010), a insuficiência de tais programas no combate efetivo à concentração de renda no país impede que sejam considerados enquanto uma política de redistribuição, na medida em que atuam de maneira descontínua e paliativa).

O desmonte do setor público e o incentivo à iniciativa privada, a burocratização da administração pública, a lógica de precarização das relações de trabalho, com alta rotatividade, cargos temporários e mal remunerados, entre outras questões impactam, diretamente, as condições de trabalho dos(as) profissionais que atuam nas políticas sociais, em especial, nos equipamentos da assistência social, comprometendo o desenvolvimento de ações comunitárias articuladas com os sujeitos. Nem mesmo o previsto pela própria política é, muitas vezes, alcançado, o que gera impasses para a ruptura com a lógica do assistencialismo e da

individualização dos problemas sociais. Ao mesmo tempo, todo esse cenário de desemprego e reestruturação produtiva, associado a emblemática relação entre trabalho e assistência social, acarreta o aumento na demanda dos serviços socioassistenciais prestados, mantendo, a todo vapor, a engrenagem que sustenta as desigualdades sociais no capitalismo (Iamamoto, 2000; Behring, 2011).

Não podemos negar os impactos dos programas socioassistenciais na vida da população pobre, já que, para muitos, significa a garantia de um prato de comida, de moradia, de roupas e de outros elementos essenciais para o sustento da família. As políticas públicas e sociais representam, mesmo diante de suas contradições, uma conquista por direitos da população trabalhadora, um respiro diante da realidade massacrante do capital. Por isso, devem ser fortalecidas em suas potencialidades e, ao mesmo tempo, encaradas perante os seus limites estruturais.

É necessário batalhar para que os ideários da constituição de 88 e a perspectiva da universalização sejam concretizados. Ainda assim, sabemos que a condição de tutela que recai sobre a assistência social, fruto de uma herança clientelista que é fomentada pela ótica neoliberal, dificulta o protagonismo dos sujeitos - ditos “necessitados” - atendidos pelos programas sociais e pode reforçar a relação de dependência que se estabelece com a política, dificultando o desenvolvimento de processos de cunho, verdadeiramente, emancipatórios (Yazbek, 2012; Couto, 2015; Euzébios Filho, 2016).

Nesse sentido, entendemos que os programas e ações implementados no âmbito da assistência social carregam, historicamente, ideologias direcionadas à classe trabalhadora pauperizada, vista como necessitada, acomodada e dependente de ajuda (Teixeira, 2007; Yazbek, 2012; Couto, 2015). Com a obstrução dos avanços obtidos na Constituição de 88, as políticas sociais permaneceram sustentadas na esfera da “gestão da miséria” e da cultura da pobreza - que desvaloriza, responsabiliza e deprecia a figura da população pobre (Sposati *et al.*,

1998; Euzébios Filho, 2007; Montaña, 2012; Sgarbossa, 2015). No final do próximo capítulo, ao falar sobre consciência e ideologia, apresentaremos uma sessão que discutirá a relação estabelecida entre a política de assistência social e os sujeitos alvos de ações, buscando entender como a predominância da lógica assistencialista, focal e a consequente condição de assistido posta incidem sobre a consciência das classes subalternas.

Capítulo 2. Formação da consciência e os impactos psicossociais da desigualdade social

2.1. O processo de formação da consciência: uma perspectiva histórica e dialética

A investigação dos elementos que conformam a produção das subjetividades e o modo como os sujeitos constroem suas formas de apreender, vivenciar, sentir e agir sobre suas realidades pode ser realizada a partir de diferentes paradigmas. Mesmo no interior do campo da Psicologia Crítica, na qual nos apoiamos, torna-se impensável buscar um consenso entre as distintas abordagens existentes que se debruçam no estudo da relação sujeito-sociedade.

Não por acaso, dentro da teoria marxiana, fala-se de consciência enquanto um processo, refletindo uma concepção de ser humano pautada em seu papel ativo e em sua historicidade. Essa visão é muito cara para as ciências sociais e, especificamente, para a Psicologia, tendo em vista a trajetória marcada pela predominância de teorias que enxergam os sujeitos de maneiras dicotômicas e reducionistas, seja a partir da abstração e do idealismo, seja pelo apego ao materialismo puro para explicar o comportamento humano e o desenvolvimento da sociedade (Lacerda Jr., 2010; Löwy, 2010; Iasi, 2011).

A noção de atividade trabalhada por Marx (2010a) torna-se, assim, fundamental na busca pela superação das análises mecanicistas da história humana. Aqui, o trabalho - compreendido enquanto intercâmbio orgânico do homem com a natureza - representa uma condição central da constituição do ser social, não apenas para o atendimento de suas necessidades básicas e para sobrevivência da humanidade, mas porque permite a dialética do processo de objetivação da vida dos sujeitos e subjetivação da realidade concreta. A atividade prática/produzida própria dos sujeitos potencializa as particularidades do gênero humano e as individualidades, desencadeadas pelo processo de hominização, com o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da criatividade, da consciência etc. (Mészáros, 2006; Euzébios Filho, 2007, 2010; Netto & Braz, 2008; Lessa & Tonet, 2011).

Essa concepção é importante, pois nos permite compreender a existência humana a partir da relação, de modo a desmascarar certas visões de mundo hegemônicas que, conforme vimos, naturalizam e/ou individualizam a realidade social, dada como fixa e imutável. Conforme descreve Mészáros (2006), para Marx, os sujeitos se constituem a partir do outro e da natureza, tornando-se impossível pensar em uma “essência humana” que não passe pelo processo de “socialidade”. Assim, o homem - enquanto um ser natural que encontra sua natureza fora de si mesmo - se efetiva/objetiva num processo constante e dialético de “exteriorização”, através da relação com o outro, produzindo e sendo produzido pelas circunstâncias concretas estabelecidas. Ao retratar a gênese do ser social e a mediação da ação prática e consciente em sua conformação - aspecto que o diferencia da natureza animal -, Marx afirma:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade. O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. (Marx, 2010a, p. 85, grifos do autor).

O desenvolvimento da consciência sobre si e sobre o mundo - junto às demais qualidades humanas - ocorre, portanto, por meio dessa transformação dialética do ser natural ao ser social, que passa a se reconhecer na natureza e, ao mesmo tempo, se perceber como um sujeito, relativamente, autônomo diante dela. Esse movimento é dinâmico e atravessado por fatos históricos (Marx & Engels, 2008), o que implica reconhecer sua complexidade, sua universalidade e suas particularidades, tendo em vista as especificidades do modo de produção e de sociabilidade estabelecidos em cada contexto de desenvolvimento econômico, social e cultural da humanidade.

Nos manuscritos econômico-filosóficos, Marx (2010a) traça reflexões iniciais sobre determinadas características do sistema capitalista e suas brutais consequências para o

desenvolvimento do ser e da sociedade. Nas relações sociais de produção pautadas na naturalização e manutenção da propriedade privada e sua consequente divisão social do trabalho, os sujeitos são concebidos enquanto uma espécie de mercadoria voltada, em última instância, para a acumulação de capital e, conseqüentemente, para a manutenção da ordem social. São, portanto, objetificados e descaracterizados enquanto seres potencialmente criativos e produtores de sua realidade (Konder, 2009).

O trabalho, na concepção liberal e burguesa, é exercido a partir da exploração de uma maioria para atender os interesses privados de poucos, sendo visto como uma relação de troca/mercadoria e “compensado” com o dinheiro (salário; pelo sistema da mais-valia). Esse processo reduz a capacidade humana às condições mínimas e mais imediatas de sobrevivência; faz com que as necessidades mais básicas, como a de se alimentar, ter saúde, uma casa etc., passem a ser, para muitos, as únicas aspirações e alternativas de vida. O capitalismo cria relações de trabalho mecânicas e desumanas, que, associada a outras esferas de produção e reprodução social, afetam e delimitam as possibilidades de experimentar, criar e se relacionar nos mais diversos âmbitos da vida pessoal e coletiva (Meszáros, 2006; Euzébios Filho, 2007, 2010; Marx, 2010a; Lessa & Tonet, 2011).

Assim, sob a lógica do capital, o processo de objetivação/efetivação do homem ocorre num movimento contrário às suas condições ontológicas, causando, ao invés de uma relação mútua de apropriação-negação, um distanciamento/estranhamento entre o sujeito e aquilo por ele produzido; entre o sujeito e a natureza na qual ele intervém. Na dinâmica baseada na disputa de classes sociais, a atividade criadora do sujeito, sobretudo, do trabalhador desfavorecido no processo de produção, torna-se comprometida, na medida em que ele é desapropriado daquilo que produz. A divisão social pautada na apropriação privada da riqueza provoca, assim, o fenômeno da alienação ao limitar as relações sociais ao sistema de produção (fetichizada) de mercadorias (Mészáros, 2006; Konder, 2009; Marx, 2010a).

O homem passa, portanto, a não se reconhecer no outro e a não reconhecer a si mesmo enquanto um sujeito implicado na produção de sua realidade. Dessa forma, a atividade produtiva do ser social, quando inserida nesse processo de alienação de si e do outro, torna-se um trabalho abstrato, que representa sacrifício, desgaste (físico e emocional) e servidão; ela sacrifica o gênero humano em sua essência; sacrifica o potencial consciente da atividade vital dos sujeitos, de modo que “transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ter tirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (Marx, 2010a, p.85).

Em resumo, a alienação do trabalho e da vida inerente ao modo de produção capitalista parte da reificação dos sujeitos e contribui para a fragmentação entre a objetividade e a subjetividade, atuando, diretamente, no nível da consciência dos sujeitos, na medida em que interfere na forma como estes se reconhecem e dão sentido ao mundo, caracterizada pelo estranhamento (Mészáros, 2006; Euzébios Filho, 2007, 2010; Iasi, 2011).

Não é nosso objetivo aprofundar no estudo sobre a alienação no modo de produção capitalista, contudo, não podemos deixar de assinalar essa discussão, pois ela nos ajuda a situar nosso objeto de estudo. Conforme enfatiza Konder (2009), ainda que tal fenômeno ocorra, com primazia, a partir da exploração do trabalho, do fetichismo da mercadoria e da consequente reificação dos sujeitos, a alienação produzida pelo capital não se reduz ao âmbito econômico, sendo propagada em diferentes formas: religiosa, política, artística, ideológica etc. No próximo tópico, refletiremos sobre o papel das ideologias na sustentação das relações de exploração e alienação econômicas.

2.2. A ideologia do fatalismo e o impacto da cultura pobreza

Ainda que, no capitalismo, a exploração da força de trabalho seja essencial para a manutenção da ordem social, existe uma articulação de diferentes mecanismos de dominação material e psicossocial que contribuem para a naturalização e fragmentação da realidade,

dificultando o desenvolvimento das potencialidades do gênero humano. Para garantir o funcionamento do modo de produção capitalista (a infraestrutura) é necessário, portanto, a atuação de diferentes aparatos e instituições ideológicas que perpetuem, também no âmbito da superestrutura, a lógica de acumulação privada da riqueza (Marx & Engels, 2008). São múltiplas as esferas de reprodução social utilizadas na tentativa de sustentação da ordem: a família, a religião, o direito e o Estado (em suas distintas frentes de intervenção), para citar alguns exemplos.

O conceito de ideologia, portanto, é importante para analisarmos a forma como os sujeitos se apropriam da realidade em uma sociedade movida pela luta de classes. Esta é uma categoria concebida por diferentes leituras dentro e fora da teoria marxiana e reconhecemos que, frente a sua complexidade, torna-se difícil sustentar, com firmeza, uma definição. Nesse sentido, vamos considerar a ideologia enquanto uma força social que é atravessada por interesses antagônicos de classe (Konder, 2002; Euzébios Filho, 2007; Löwy, 2010).

As ideologias expressam práticas sociais estabelecidas nas e pelas relações de opressão e dominação, forjando, assim, subjetividades e interpelando a consciência humana (Parker, 2014). Em uma de suas conceituações⁵, Martín-Baró (2017a, p. 118) descreve a ideologia enquanto um estado de “falsa consciência, como uma imagem que não tem correspondência com o real e, assim, encobre e justifica o existente a partir dos interesses da classe social dominante”.

Parker (2014, p. 59), contudo, considera que a noção de “falsa consciência” é problemática e até mesmo paradoxal, pois, a depender do seu uso, pode conter uma funcionalidade ideológica, sendo comum no interior dos estudos psicológicos. Através de uma

⁵ Os trabalhos de Mendonça, Souza e Guzzo (2016) e de Martins e Lacerda Jr. (2018) demonstram que, mesmo nas obras de Martín-Baró, há controvérsias a respeito de uma definição clara de ideologia, ora sendo colocada, pelo autor, enquanto falsa consciência, ora sendo caracterizada enquanto uma visão de mundo que constitui toda e qualquer ação humana, estando, no capitalismo, permeada por interesses de classe.

visão individualizante e vaga de ideologia enquanto um conjunto de ideias sobre o mundo, assim, “aqueles que cometem “erros” são vistos como pessoas de “falsa consciência”, o que contribui para a naturalização e manutenção das relações de poder e controle de determinada classe social sobre a outra. Assim prossegue o autor em sua explicação: “muitas pessoas assumem que a ideologia competitiva do capitalismo e suas ideias correspondem tão perfeitamente ao senso comum cotidiano que, dificilmente, alguém poderia dizer que elas estão cometendo erros”.

O debate é extenso e complexo, no entanto, entendemos que a ideologia representa uma forma de mistificação e falseamento da realidade, embora não se limite a ela, pois alcança a sua sustentação nas bases reais de vida. Ou seja, as ideologias só são difundidas e internalizadas pelos sujeitos, na medida em que conseguem expressar, de alguma maneira, sentido e explicações para determinados aspectos vivenciados em sua realidade cotidiana (Konder, 2002; Euzébios Filho, 2010, 2016). Conforme veremos mais adiante, a propagação ideológica age sobre a consciência provocando tensões entre a tentativa de camuflar a realidade e o conhecimento constituído pela dinâmica concreta estabelecida. Nesse sentido, o papel ativo da consciência no processo de subjetivação/objetivação da realidade não pode ser ignorado.

Numa sociedade em que as marcas das desigualdades sociais estão cada vez mais expressivas e insustentáveis, o investimento nos aparatos ideológicos torna-se uma importante saída para a manutenção das relações de dominação capitalistas. Assim, a ideologia dominante apresenta diferentes funções:

Oferece uma interpretação da realidade; fornece esquemas práticos de ação; justifica a ordem social existente; legitima essa ordem como válida para todos, isto é, converte em natural o que é histórico; efetiva uma relação de domínio existente; e reproduz o sistema social estabelecido. (Martín-Baró, 2017a, p. 119).

Martín-Baró (2017b) nos traz o conceito de fatalismo para compreender a forma peculiar como os povos latino-americanos, sobretudo, a população pobre e precarizada,

constroem sentidos e significados sobre o seu cotidiano, tendo em vista a construção histórica marcada pela colonização, pela dominação imperialista e pela experiência dos regimes ditatoriais no continente. O autor levanta diferentes estudos centrados na compreensão do modo como a ideologia fatalista predomina nas maiorias populares dos países periféricos, repercutindo nos atos de reflexão-ação dos sujeitos sobre si e o mundo, conforme aponta ainda Freire (1979, 1981). Cidade, Filho, Júnior e Ximenes (2018) afirmam que os estudos sobre a dimensão do fatalismo ganharam espaço na psicologia nos últimos anos, sobretudo, no campo da saúde e da personalidade, havendo uma predominância de abordagens cognitivistas.

A partir da ótica de uma psicologia social que se apoia no materialismo histórico-dialético, o fatalismo pode ser compreendido enquanto um processo psicossocial que representa o modo como o sujeito dá sentido e significado a sua relação com o mundo, que, devido à sensação de impotência e ao pessimismo frente à possibilidade de mudança de vida, se caracteriza pela prevalência do conformismo e adaptação à realidade enfrentada, mesmo quando prejudicial e negativa. Martín-Baró (2017b) descreve a ideologia fatalista a partir de três características, as quais estão, estritamente, articuladas: a) a ideacional, que corresponde à naturalização da realidade e à crença de que o destino da vida já está traçado e controlado por forças alheias, como Deus, e que, diante disso, nada pode ser feito para modificá-lo; b) a dimensão afetiva, relacionada à resignação, ao baixo envolvimento emocional com as circunstâncias da vida e à aceitação e adaptação frente aos fracassos e dificuldades enfrentados; c) e, por fim, “as tendências comportamentais”, relativas à predominância de posturas conformistas, submissas e passivas, bem como à tendência ao presentismo e à perda da memória histórica.

Dessa forma, o fatalismo predominante nos povos latino-americanos justifica-se, uma vez que, para Martín-Baró (1990, 2017a), a ação humana é permeada por elementos ideológicos, na medida em que constrói e é construída pela totalidade social marcada por

interesses de classe, o que irá refletir nos valores e nas formas de viver, pensar e sentir dos sujeitos, no âmbito pessoal e coletivo. Nesse sentido, o autor aponta que o fatalismo latino-americano é proveniente da imagem estereotipada, historicamente, designada a tais povos, caracterizada pela submissão e passividade, pela ingratidão e indolência, pela falta de progresso e pela subcultura. Ou seja, conforme já pontuado, o conformismo e a resignação considerados predominantes, no contexto latino-americano, têm suas raízes em uma longa trajetória marcada por violência, opressão, dominação e colonização das grandes potências capitalistas, articulada aos conflitos e exploração de classe próprios dos países do continente (Ianni, 2002).

Embora o fatalismo possa ser percebido no conjunto da população explorada latino-americana, os estudos analisados por Martín-Baró (2017a) destacam a sua maior incidência sobre os setores mais empobrecidos e pauperizados da sociedade. A ideologia fatalista, portanto, está relacionada a processos, denominados por Montero (2004), de habituação, naturalização e familiarização, que representam a predominância de formas de aceitação e reprodução acríticas da realidade cotidiana.

Nesse sentido, as classes subalternas são marcadas, ainda, por uma ofensiva ideológica específica (que se vinculada às demais) propagada pela classe dominante: a cultura da pobreza. Euzébios Filho (2007) discorre sobre como a “difamação da figura do pobre” se fundamenta na lógica liberal meritocrática, a qual aponta para a responsabilização única dos indivíduos pelos sucessos e fracassos obtidos em suas vidas.

Dessa forma, ao gerar uma desvalorização e depreciação da população em situação de pobreza, tal propagação ideológica, sustentada no fetichismo da mercadoria, atua a serviço de mascarar as raízes econômicas das desigualdades sociais e justificar a necessidade do capitalismo como alternativa única para o funcionamento regular da sociedade. Ocorre, ainda, uma supervalorização da figura e do modo de vida da população rica, de forma em que aqueles que não partilham as mesmas condições e patamares de vida considerados “dignos” são vistos

como marginais e desviantes dos bons costumes e da sociedade. Associado a isso, o pobre passa a ser encarado enquanto uma classe perigosa, o “inimigo”, que, sob a ótica da moral burguesa, torna-se responsável “não somente pela sua condição social, mas também pela suposta falta de espiritualidade de uma nação, pela violência e pela desordem social” (Euzébios Filho, 2007, p. 55).

A cultura da pobreza pressupõe, portanto, uma concepção individualizada da “questão social”, que, conforme vimos no capítulo anterior, tem servido de sustentação para as ações e programas do Estado brasileiro no que tange ao combate às desigualdades e à pobreza. Enquanto ideologia, representa um intenso ciclo de produção e reprodução social. Os pobres são bombardeados com concepções que os incapacitam e desvalorizam os valores, a cultura e os estilos de vida que lhes são próprios (Yazbek, 2006), ao mesmo tempo, não encontram meios objetivos para superar a sua subalternidade, tendo em vista à necessidade de perpetuação de suas condições de vida para a manutenção da lógica de acumulação do capital (Siqueira & Alves, 2018).

É nesse sentido que Martín-Baró (2017b) vai além e enfatiza um dos elementos dilemáticos da ideologia fatalista: do mesmo modo que representa uma forma de falsificação da realidade, constitui-se a partir de sua faceta verdadeira, que se comprova nas circunstâncias concretas de vida estabelecidas. Por mais que a população pobre se esforce para trabalhar, estudar e construir sua vida digna, dentro do projeto de vida almejado/imposto, a histórica realidade enfrentada de negação de recursos e de direitos mais básicos para sua sobrevivência mínima impede qualquer possibilidade de “ascensão social”. Até mesmo as possibilidades de mudanças mais imediatas de vida, situadas ainda no interior da ordem social, lhes é retirada, restando, então, a aceitação de sua submissão e a resignação frente às condições sociais que lhes são, por destino e/ou por ação divina, entregues.

Contudo, conforme o próprio autor afirma, os traços fatalistas não são homogêneos nem “absolutos, já que, por exemplo, estão misturados com sementes de rebeldia” (Martín-Baró, 2017b, p. 180), ainda que tais sementes possam emergir, em sua maioria, a partir de atitudes limitadas ao imediatismo, sendo incapazes de romper com as estruturas e as ideologias dominantes. Dessa forma, o fatalismo não deve ser encarado enquanto um fato dado e imutável, pelo contrário; sabemos que mesmo diante de realidades opressoras, que restringem as potencialidades humanas, o povo pobre e trabalhador segue constituindo suas formas de resistência e sobrevivência diárias (Cidade, Júnior & Ximenes, 2012) e é, justamente, com o objetivo de compreender essa relação que lançamos essa pesquisa.

2.3. Os movimentos da consciência e a dialética do fatalismo

A noção da dialética marxiana nos auxilia na busca por entender o movimento da consciência dos sujeitos implicados nessa realidade de exploração e opressão sem cair numa visão reducionista da história e das relações sociais. Por isso, quando falamos nos impactos negativos da pobreza e das desigualdades sociais no modo como as pessoas irão se relacionar consigo, com o outros e com a sua realidade, queremos ressaltar o aspecto da predominância de determinados fenômenos psicossociais, como o conformismo e a resignação. Desconsiderar os elementos contraditórios que permeiam a ação humana e a realidade concreta significaria assumir o fatalismo enquanto um factual destino histórico dos povos latino-americanos.

Partir da compreensão de consciência enquanto um processo implica reconhecer que a sua formação atravessa movimentos constantes e não lineares, podendo progredir ou regredir nas etapas do seu desenvolvimento, além de apresentar, dialeticamente, características universais e particulares. Esse processo de formação da consciência pode ser analisado, portanto, a partir de diferentes formas ou níveis que apresentam elementos,

predominantemente, constituintes e relacionados com o modelo de sociabilidade vigente (Freire, 1979, 1981; Martín-Baró, 1990; Iasi, 2011).

Conforme aponta Euzébios Filho (2007, p. 15), “o momento predominante é um conceito que serve para verificar quais aspectos da realidade interferem de maneira mais decisiva em uma dada situação concreta de vida”. Numa sociabilidade constituída através de processos de desumanização, de privação material e psicossocial, a consciência alienada, produto e produtor do trabalho alienado, torna-se, necessariamente, predominante no processo de desenvolvimento das relações sociais. Superar a alienação e a reificação dos sujeitos e da realidade exige superar a própria ordem capitalista, tendo em vista que a transformação do ser social ocorre em dialética com a transformação das bases reais de vida (Iasi, 2011).

Conforme o próprio estudo realizado por Martín-Baró (2017b) revela, períodos em que ocorrem ascensões revolucionárias propiciam o desenvolvimento da consciência em patamares mais elevados, no que diz respeito à compreensão dos sujeitos acerca de sua posição no mundo, bem como de sua disposição para modificá-la. Ainda que a formação da consciência e da subjetividade ocorra de acordo com as determinações materiais, o ser social se constitui a partir de um certo deslocamento relativo da primeira com relação à última (Lessa & Tonet, 2011). Esse movimento permite ser possível, mesmo no interior da atual ordem social, avançar na superação da consciência espontânea e imediatista (em si), indo em direção à consciência revolucionária (para si) (Freire, 1981; Martín-Baró, 1990; Iasi, 2011). Esse processo, no entanto, é acarretado por tensões constantes, fruto da relação ontológica entre a objetividade e a subjetividade, entre particularidade e genericidade (Euzébios Filho, 2010).

Conforme afirmamos anteriormente, a ideologia - que expressa as relações materiais (alienantes) no universo das ideias -, embora apresente elementos de falsificação da realidade, precisa estar em consonância com a dinâmica de vida estabelecida para que possa ser

sustentada, também, no âmbito da consciência dos sujeitos. Ainda assim, ao adotarmos uma perspectiva histórica das relações sociais, entendemos que a tentativa de cristalização de determinados valores, normas e costumes pode se chocar com as condições materiais de vida estabelecidas; ou seja, pode gerar contradições no que diz respeito ao que é idealizado e às circunstâncias concretas vividas pelas maiorias populares. Iasi (2011, p. 28) explica:

Alguém, por exemplo, que acreditasse que trabalhando conseguiria tudo o que se quer, mas passa a viver uma situação na qual, apesar de trabalhar muito, não consegue o mínimo para viver, vivencia uma contradição que pode levá-lo à revolta. As relações atuais passam a não corresponder ao valor interiorizado, mas antes de fazer saltar, toda a concepção é vivida como um conflito subjetivo, individual, que é compreendido tendo por base a própria estrutura da primeira forma de consciência.

O autor discorre sobre três formas de consciência, que, de maneira breve, se caracterizam pela alienação (primeira forma), pela tomada de consciência em si (segunda forma) - marcada pela identidade e por ações coletivas, ainda que de cunho imediatista - e, por último, pela consciência para si (revolucionária). Próximo a essa perspectiva, Freire (1979) apresenta a formação transitória da consciência a partir do que chamou de consciência semi-intransitiva ou mágica (alienada e acomodada), consciência transitiva ingênua (prevalência de ações coletivas e imediatistas, devido ao acirramento das contradições) e consciência crítica (constituída pelo diálogo e pela cooperação).

Vale, novamente, frisar que a análise do processo de consciência a partir de suas diferentes etapas não pode ser confundida com a existência de uma relação de linearidade e/ou oposição entre elas. Reafirmamos que a alienação, em menor ou maior grau, está presente nas três formas descritas, na medida em que partimos de sua circunscrição no modo de sociabilidade do capital. Da mesma forma, a passagem de uma para a outra enfrenta avanços e retrocessos distintos e constantes, relacionando-se, ainda, com as diferentes etapas e características predominantes do desenvolvimento da luta de classes, o que, por sua vez, irá interferir na vida cotidiana dos sujeitos e grupos sociais.

Nesse sentido, quando as contradições da primeira forma de consciência vêm à tona, ainda que possam gerar, nos sujeitos, sentimentos e atos de revolta e rebeldia, a maneira individualizada e a-histórica de encarar as injustiças sociais faz com que tais respostas, quando não refluem, se limitem, em sua maioria, no âmbito no imediatismo e do espontaneísmo, podendo, inclusive, representar formas de propagação das opressões e da violência diária que os acometem. Podemos situar, nessa discussão, o contexto de criminalidade social que marca a realidade das comunidades pobres e periféricas. A violência praticada/reproduzida pelo setor da classe trabalhadora, historicamente, submetido a condições de extrema miséria, desigualdade e precariedade, pode ser considerado, contraditoriamente, enquanto uma forma de resignação, mas, também, enquanto um mecanismo de se rebelar contra às circunstâncias de vida que lhes são impostas (Zaluar, 2000). Sobre essa questão, Martín-Baró (2017b, p. 180) afirma:

Contudo, é importante indicar que a tendência a rebelião não é, por si só, uma negação do fatalismo, mas pode, até mesmo, ser sua confirmação: o fatalismo afirmado no dia a dia somente é posto em questão pela rebeldia violenta e circunstancial que, em geral, termina retornando ao canal da normalidade fatal.

Não queremos cair numa perspectiva de romantização da violência (enquanto um ato individual), nem em uma visão ideológica e moral de seu uso, conforme analisam Martins e Lacerda Jr. (2018). Da mesma forma, não podemos considerá-la enquanto único meio de (re)ação possível da classe subalterna. Contudo, sabemos que representa uma forma encontrada para combater a invisibilidade social e a negação ao trabalho, educação, lazer etc. (reflexos da violência estrutural) que essa população enfrenta, ainda que, na prática, a depender de seus objetivos e alvos, possa contribuir mais para reforçar a realidade vivenciada do que para alcançar uma mudança social.

Konder (2002), resgatando estudos de Lukács e Agnes Heller sobre a dimensão cotidiana no processo de formação da consciência, contribui, também, para analisar a dialética do fatalismo que incide sobre as classes populares. O autor descreve a consciência cotidiana a

partir de sua “relação tendencialmente imediata com o que se apreende (Konder, 2002, p. 238), na medida em que, como também sinalizou Montero (2004), é atravessada pela conservação de costumes e hábitos desenvolvidos, o que, quando enrijecido, pode favorecer a adaptação passiva e o conformismo à realidade vivenciada.

As formas encontradas para lidar com as atividades diárias e exaustivas carecem, muitas vezes, de condições objetivas e subjetivas que fomentem o senso crítico e a reflexão nas decisões e ações tomadas frente às circunstâncias postas. A vida cotidiana apresenta particularidades e, ao mesmo tempo, heterogeneidades no que tange ao contexto histórico, ao modo de vida e às formas de vivenciar, de se afetar, de pensar e de agir dos sujeitos e grupos sociais, sendo atravessada por ações espontâneas, ultra generalizadas e pragmáticas (Heller, 1967).

A partir das experiências cotidianas, portanto, a consciência se torna bastante fértil para a proliferação de ideologias e da alienação, uma vez que refletem a dinâmica histórica e estrutural da sociedade (e, no capitalismo, conforme vimos, essa estrutura cerceia as capacidades e possibilidades do ser humano, sobretudo, das classes subalternas e exploradas). Ainda assim, esse nível de experiência é complexo, necessário e a forma de consciência que o atravessa não se resume à alienação e à mera reprodução social. A alienação pode ser predominante, mas não é absoluta.

Conforme afirma Konder (2002, p. 241), “a ambiguidade típica da consciência cotidiana, então, ao mesmo tempo que a torna extremamente vulnerável à distorção ideológica, apresenta possibilidades interessantes de resistência aos processos da ideologia”. É nesse sentido que o autor aponta o desafio e a urgência da tarefa de direcionar a espontaneidade, os hábitos e costumes próprios dos sujeitos pauperizados em ações e reflexões (*práxis*) críticas, de

modo a desnaturalizar ou desideologizar (Martín-Baró, 1986; Montero, 2004) a realidade cotidiana.

A possibilidade de ruptura com o fatalismo, a cultura da pobreza e, junto a isso, as relações sociais de exploração e opressão, traduz-se num movimento dialético e complexo entre mudança pessoal e transformação social, processo este que envolve, segundo Martín-Baró (2017b, p. 198): “(a) a recuperação de sua memória histórica; (b) a organização popular; e (c) a prática de classe”. Considerando que tais movimentos se retroalimentam, aqui, adentramos nos elementos imprescindíveis para a tomada e a superação do que Iasi (2011) chamou de “segunda forma de consciência” e Freire (1981) de “consciência transitiva ingênua” - a consciência em si, em direção a consciência para si.

Enquanto, na primeira forma de consciência, os possíveis questionamentos e indignações provocados por tensões entre as ideologias (como, por exemplo, a meritocracia) e as alternativas concretas de vida são canalizadas, predominantemente, para a individualização e a inevitabilidade dos problemas sociais, a segunda forma de consciência emerge a partir de um elemento central: a identificação enquanto grupo e a coletivização, não só das mazelas vivenciadas, como, também, das possíveis ações para enfrentá-las. Para além da identidade grupal e o reconhecimento de si no outro, é fundamental que esse sentimento de pertença reflita a condição de classe que os sujeitos partilham para que, assim, possam enxergar uma parte das contradições que enfrentam como tendo suas raízes na relação capital-trabalho (Iasi, 2011).

Ainda assim, a consciência em si apresenta limites para a superação das ideologias e da alienação, na medida em que “a pessoa ainda trabalha, age, pensa sob a influência dos valores anteriormente assumidos, que, apesar de serem parte da mesma contradição, continuam sendo vistos pela pessoa como naturais e verdadeiros” (Iasi, 2011, p. 30). A contradição da segunda forma de consciência manifesta-se, na medida em que, ao assumir sua posição de classe e

reivindicar melhorias nas condições de vida, os sujeitos acabam por afirmar a própria existência do capital.

Deste modo, as formas de reivindicação adotadas permanecem limitadas ao âmbito de pautas e demandas imediatas, como, por exemplo, a luta por melhoria salarial, por melhores condições de trabalho, de saúde; por direitos sociais como um todo. Sem negar a imprescindibilidade dessas lutas e conquistas frente à realidade massacrante imposta pelo capital, Iasi (2011, p. 31) aponta suas contradições ao ter como horizonte processos de mudança restritas à ordem social: “agora, ela [consciência] manifesta inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém. Ainda é o outro que pode resolver por nós nossos problemas”.

Lembremos que o movimento de consciência dos sujeitos é dinâmico e acompanha, dialeticamente, o desenvolvimento das relações sociais estabelecidas. A própria realidade que os aprisionam é a realidade que os faz - no mínimo, querer - romper com determinadas amarras. O problema está quando as amarras são apreendidas na sua superficialidade e os poucos nós (quando são) desprendidos passam a satisfazer, por si só, as demandas que impulsionaram a revolta e luta (pessoal e) coletiva.

A consciência em si, quando não “ultrapassa a simples negação de uma parte”, acaba por se distanciar de sua meta revolucionária, busca, novamente, mecanismos de adaptação à ordem estabelecida. Ela trabalha com os efeitos e sintomas, e não com as causas. (Iasi, 2011, p. 34).

Ainda que o processo de formação de consciência dos sujeitos esbarre nos limites próprios da realidade concreta - no caso, a sociabilidade capitalista -, no que tange à possibilidade de efetivar o processo de libertação humana, cada movimento decorrente dos avanços obtidos a partir da ação sobre a realidade, mesmo que regresse, deixa marcas e pode contribuir para aprofundar as contradições, os questionamentos e a busca por compreender as bases de sustentação da exploração de classes. A consciência de classe para si representa esse

momento em que ocorre um duplo movimento de negação: “(...) num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo, assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (Iasi, 2011, p. 32).

Conforme já sinalizado, esse nível de consciência - a consciência revolucionária - predomina em contextos históricos marcados pelo fortalecimento de lutas revolucionárias, voltadas para a transformação radical da sociedade. Levamos, ainda, em consideração que as lutas por direitos mais imediatos podem fortalecer, quando não meramente espontaneístas e estacionadas em si mesmas, processos de elevação de consciência. Não queremos, com isso, defender perspectivas reformistas e etapistas de mudança social, apenas ressaltar o movimento contraditório e dialético das relações sociais, tendo clareza da importância das direções revolucionárias para efetivar a transição de pautas imediatistas para a luta real de supressão do capital. Por meio desse caminho é que compreendemos a relação entre a emancipação política e a emancipação humana (Marx, 2010b; Montaña, 2016), debate que atravessa nosso estudo e reflexões, embora, neste trabalho, não teremos condições de adentrar a fundo nessa questão.

Trouxemos a análise realizada por Iasi (2011) por entender que ela contribui para o entendimento da complexidade, das oscilações e contradições do movimento de consciência, sem, contudo, ter a pretensão de identificar nos sujeitos participantes de nossa pesquisa o grau ou nível de consciência em que se encontram. Para além de considerar, praticamente, inviável, tal tentativa poderia levar a uma perspectiva mecanicista do movimento da consciência.

Vimos, contudo, que os impactos do fatalismo e da cultura da pobreza dificultam o avanço da consciência e da ação dos sujeitos pauperizados, buscando perpetuar uma condição histórica de subalternidade e mazela social. Os pobres são vistos como inferiores e indolentes, não sendo reconhecidos nem sequer como classe trabalhadora, o que, muitas vezes, é por eles

mesmos internalizado (Zaluar, 2000; Euzébios Filho, 2007; Martín-Baró, 2017b). Ximenes e Cidade (2016), assim como Euzébios Filho e Guzzo (2015), apontam que as características que demarcam a sociedade atual, como o culto ao individualismo e a competitividade, aprofundam os desafios para a ruptura do fatalismo, na medida em que enfraquecem horizontes de lutas coletivas, sobretudo, classistas. Em tempos de reestruturação produtiva e neoliberalismo, os impactos sob a vida da população explorada se agravam, fortalecendo ainda mais a ideologização das condições de pobreza e a miserabilidade humana.

Ainda assim, finalizando esse tópico da mesma forma que o anterior, reafirmamos: há dialética e contradições no fatalismo. Mesmo que na sociabilidade do capital, o conformismo e a resignação possam, muitas vezes, predominar na vida cotidiana das classes subalternas, tendo em vista as condições de objetivas e subjetivas de vida forjadas, através destas podemos, ainda, encontrar o ponto de partida para atos de revolta e contestação da ordem. Nesse sentido, conforme aponta Yazbek (2012, p. 292):

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.

Na próxima sessão, levantamos alguns estudos realizados com a população destinatária da política de assistência social que abordam a forma como ela se relaciona com a política, bem como percebe a si a partir da condição de “assistida”, marcada por problemáticas relacionadas ao caráter de focalização e segmentação da política. Tais discussões contribuem, assim, para a compreensão acerca da dimensão do fatalismo e da cultura da pobreza na vida cotidiana das classes subalternas.

2.4. Sobre os sujeitos destinatários da política de assistência social: a cultura da pobreza na condição de assistido

Antes de analisar a relação estabelecida entre sujeito e política social, tomando como foco a população “assistida” pela política de assistência social, é importante nos perguntar: quem são esses sujeitos? O retrato da desigualdade social apresentado no início de nosso trabalho já sinaliza importantes aspectos para a nossa resposta, em termos de condições de vida enfrentadas pelo setor mais pauperizado da classe trabalhadora, que são, historicamente, alvos das ações socioassistenciais.

Os dados levantados através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁶ reforçam o panorama traçado e contribuem, ainda, para a caracterização da população atendida pela política de assistência social. De maneira sintética e de acordo com o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) referente ao ano de 2013 - quando haviam cerca de 25 milhões de famílias cadastradas (80 milhões de pessoas) -, podemos observar que: a maioria das pessoas cadastradas é mulher, de cor/raça considerada parda e negra e extremamente pobre (55% possuem renda *per capita* de até R\$ 70). Além disso, a maior parte das famílias é residente de áreas urbanas (77%) e das regiões Nordeste (46%) e Sudeste (28%) do país, bem como apresenta um perfil monoparental feminino (36%). No que tange à escolaridade, 51% dos adultos cadastrados com mais de 25 anos possuem ensino médio incompleto e 15% é considerado sem nenhuma instrução. O documento do MDS revela, ainda, que o acesso a serviços como abastecimento de água pela rede pública, energia elétrica, coleta de lixo e escoamento sanitário adequado é negado a 54% das famílias cadastradas, condição que atinge, sobretudo, as áreas rurais (Brasil, 2014).

⁶ O registro no CadÚnico (ou Cadastro Único) representa uma condição necessária para a inserção em diferentes programas do Governo Federal (um total de 23 programas), entre eles, o PBF (considerado um dos programas sociais mais importantes) e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo o relatório do MDS, o CadÚnico “é atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil”, sendo que “contém o perfil socioeconômico das famílias, levando-se em consideração o nível de acesso a serviços e algumas das principais vulnerabilidades das famílias pobres do país” (Brasil, 2014, p. 9).

Freitas e Guareschi (2014) nos trazem uma importante síntese de como a população destinatária da assistência social é definida pelas diretrizes da política, a partir da elaboração de documentos como o PNAS (2004), a LOAS (1993) e as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB/SUAS), publicada em 2010. Os autores destacam que os “usuários” da política de assistência social são descritos como “aqueles que dela necessitam” (p. 149), pautando-se, assim, na noção de “necessitado”, além de nortear-se por conceitos controversos que não refletem os aspectos econômicos estruturantes da desigualdade social e, ao mesmo tempo, fomentam a lógica da focalização da política.

Silva (2015b) discute que a imprecisão na caracterização do público-alvo (os “usuários” ou “assistidos”) da política de assistência social pode estar atrelada à perspectiva de naturalização e manutenção das condições de pobreza existentes. Couto (2015) concorda que a dispersão e simplificação do modo de vida da classe trabalhadora pauperizada em termos como “vulnerabilidade”, “risco pessoal e social” e “inclusão/exclusão” acaba por distanciar-se de uma compreensão mais totalizante da realidade social, visando, em certa medida, a responsabilização e despolitização dos sujeitos e comunidades diante do quadro social que enfrentam.

Dessa forma, embora a constituição de 88 tenha inserido premissas relevantes voltadas ao fortalecimento e protagonismo comunitário como forma de conceber o combate à pobreza, como vimos no capítulo anterior, a política de assistência social, na prática (assim como em determinados pontos de seus fundamentos), enfrenta desafios para superar a adoção de ações segmentadas e baseadas em concepções moralizantes da população pobre, tendo em vista a preponderância da lógica da tutela e do clientelismo existentes na perspectiva neoliberal.

Estudos como o de Yazbek (2006), Freitas (2014) e Silva (2014) demonstram que a relação estabelecida entre os sujeitos destinatários da política de assistência social com os serviços prestados se baseia numa lógica de estreita dependência a fim de atender suas

necessidades materiais mais básicas e imediatas. Euzébios Filho (2016) discute que essa dependência ocorre tanto em relação ao aspecto financeiro quanto ao político, vinculado a fins eleitoreiros e práticas paternalistas, representando uma das armadilhas ideológicas do assistencialismo predominante na assistência social.

A desconfiguração da assistência enquanto um direito conquistado e seu caráter emergencial e compensatório geram, ainda, por parte dos sujeitos atendidos pelos programas, uma forte vinculação entre assistência e ajuda, um favor do Estado ou de um governo, reforçando, assim, sua histórica marca de filantropia e benemerência (Sposati *et al.*, 1998; Yazbek, 2006; Freitas, 2014; Euzébios Filho, 2016). Há, portanto, a predominância de ações que individualizam e despolitizam a questão social brasileira. Junto a isso, a focalização da política, que expressa a cultura da pobreza, e a decorrente internalização das condições de necessitados e dominados, contribui para que os sujeitos sejam permeados por sentimentos ambíguos em relação à aceitação/rejeição da condição de assistido, de necessitado e de carência, ou seja, da condição subalterna (Yazbek, 2006).

Conforme vimos, a visão, muitas vezes, construída a respeito dos sujeitos destinatários da política de assistência social, de fato, carrega estereótipos que os condicionam à situação de humilhados e submissos. Isso é respaldado pela própria forma de seleção discriminatória da “clientela assistida”, através do estabelecimento de um “ranking” de carência baseado na quantificação da renda para inclusão nos serviços e programas sociais (Sposati *et al.*, 1998; Yazbek, 2006, 2012; Freitas & Guareschi, 2014).

Sposati *et al.* (1998) e Yazbek (2006, 2012) questionam, ainda, a contradição existente na relação inclusão-exclusão na qual a assistência social se baseia, na medida em que se destina para a inclusão da população “excluída” enquanto forma de atendimento das suas necessidades materiais criadas pela própria sociedade capitalista. Siqueira e Alves (2018) concordam com o perigo da lógica de “inclusão social” propagada, tendo em vista que as pessoas submetidas à

realidade de desemprego, desigualdade e pauperismo não vivem “marginalizadas” na sociedade, conforme afirmam a classe dominante e o senso comum. Debates, anteriormente, como tais condições de vida são, na verdade, essenciais para a exploração e acumulação da economia capitalista, constituindo, assim, a lógica que Sawaia (2001) chamou de “dialética da exclusão/inclusão” e que Fontes (1996), por sua vez, denominou de “inclusão forçada”.

Freitas (2014) discorre, ainda, sobre como a seletividade, o clientelismo e a benemerência presentes na política reverberam-se na comum distinção realizada entre o “bom pobre/bom usuário” e o “mau pobre/mau usuário”. A partir dessa concepção, aqueles que obedecem e se submetem às condicionalidades impostas na seleção dos “beneficiários” dos programas sociais são considerados sujeitos merecedores de ajuda e de direitos, ao passo em que aqueles que contestam à política e sua condição de subalternidade são reconhecidos como ingratos e desviantes dos valores e das normas estabelecidas pela ordem social. Isso reflete, em certa medida, a tentativa de responsabilização dos pobres e subalternos por suas condições de vida, como se mantivessem uma dívida com o Estado.

Consideramos que o desenvolvimento das relações sociais e econômicas impõe, na verdade, uma inversão nessa lógica: o capitalismo e seus aparatos de perpetuação do poder é quem apresentam uma dívida histórica com o povo pobre e explorado. No entanto, o estudo de Freitas (2014) demonstra que impera a premissa na qual se delimita quem são os verdadeiros “cidadãos” e merecedores de direitos, sendo, fortemente, reproduzida pela população sujeitada a este (desigual) julgamento social. Euzébio Filho (2016, p. 263) corrobora com essa análise ao afirmar que diferentes características que prevalecem na política, como a focalização, provocam tensionamentos entre os sujeitos atendidos, como a competitividade e disputa entre os que realmente necessitam e devem ser incluídos nos programas, de modo a “desviar o foco do que precisa ser mudado e enfraquecer laços comunitários de solidariedade, colocando o pobre contra o pobre, não contra a pobreza”.

Ainda assim, tanto o estudo de Yazbek (2006), quanto o de Freitas (2014) destacam determinadas posturas críticas e exigentes frente ao Estado por parte dos entrevistados, reconhecendo seus deveres e direitos nas ações socioassistenciais, ainda que com limitações, o que trazem à tona as contradições da consciência e da política, que, segundo Freitas (2014), perpassam pelas tensões entre as suas dimensões ideológica e crítica.

Há, nesse sentido, questionamentos direcionados ao Estado, em relação à “sua inoperância e ausência de ações efetivas no campo do bem-estar social” (Yazbek, 2006, p. 144), bem como surgem descontentamentos decorrentes da falta de acesso à informação, ao protagonismo e a determinados direitos básicos previstos nas diretrizes da política de assistência social (Freitas, 2014). Observa-se, portanto, a existência de ambiguidades na forma como os sujeitos refletem sua condição a partir da inserção nos programas de assistência social, o que ocorre, segundo Silva (2014, p. 165), por meio de movimentos que vão “do consenso à rebeldia, do conformismo à resistência, e alguns permanecem legitimando a subalternidade que lhes foi atribuída”.

No entanto, percebemos que a predominância do assistencialismo e do clientelismo nos programas socioassistenciais, que impõem barreiras para uma atuação profissional voltada para a quebra desse ciclo, atuam enquanto um empecilho para o fortalecimento de uma consciência mais crítica e contestadora da realidade. Nem mesmo a efetivação da diretriz de controle social da própria política, que prevê a participação e o protagonismo da população na formulação e controle das ações desenvolvidas, está garantida (Brasil, 2004; Faquin & Paulilo, 2009). A oportunidade de um maior engajamento crítico da população se esbarra na lógica da tutela e o não reconhecimento da garantia de direitos universais, o que dificultam a compreensão dos propósitos da assistência social e podem gerar a postura de subserviência e passividade, seja diante da entrega de cesta básica, ao acesso ao Bolsa Família, ao auxílio com documentações, entre outros serviços ofertados (Souza & Gonçalves, 2017).

Nesse sentido, com o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras e a perpetuação da focalização pela agenda neoliberal, os setores mais empobrecidos e pauperizados da sociedade foram incorporados de maneira formal à ótica da cidadania - esta que, inserida no âmbito da emancipação política, já apresenta limites para a consolidação da igualdade plena (Marx, 2010b) -, na medida em que convivem com a negação ou o acesso sucateado a determinados direitos básicos, comprometendo a ruptura com a construção histórica e estigmatizada dos pobres enquanto marginais, acomodados e indesejados; enquanto “não cidadãos” e não dignos de direitos. A condição de “assistido” imposta, ao fazer ressoar a cultura da pobreza e o fatalismo predominantes, pode, assim, fortalecer um processo de adaptação e resignação dos sujeitos às condições de vida com as quais se deparam - essas que, conforme vimos, estão imersas em uma realidade de pobreza, desigualdade, desemprego, violência (sobretudo, estatal) e precariedade nos mais diferentes âmbitos da vida (Yazbek, 2006; 2012; Bravo & Correia, 2012; Souza & Gonçalves, 2017).

Capítulo 3. Percurso metodológico

3.1. Objetivos e abordagem teórico-metodológica

A partir dos aportes teóricos levantados, objetivamos, neste trabalho, analisar como os sujeitos destinatários da política de assistência social percebem a si e sua realidade e atuam frente às condições de pobreza em que estão inseridos. Para tanto, apontamos como objetivos específicos: 1) investigar o movimento de consciência dos sujeitos à luz de categorias psicossociais como fatalismo e revolta; 2) analisar como a condição de assistido/usuário pode interferir em processos de resignação/ruptura em relação à condição subalterna; 3) identificar como os sujeitos destinatários da política percebem as contribuições e os limites dos programas socioassistenciais para o enfrentamento à realidade de pobreza e desigualdade social; por fim, 4) compreender as perspectivas dos sujeitos subalternos em relação às possibilidades de enfrentamento e transformação da realidade social.

Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético nos guia enquanto método de análise (e intervenção) da realidade, atravessando nosso modo de compreender e fazer ciência, bem como nossa postura frente aos sujeitos-objetos (não objetificados/coisificados) de nosso estudo. Apontamos, anteriormente, as contribuições de determinados pressupostos epistemológicos da teoria marxista para se pensar a relação subjetividade/objetividade, estrutura/superestrutura a partir de toda sua complexidade e contradições. Isso porque a realidade, baseada nessa abordagem, é percebida por sua totalidade, historicidade e dinamismo (Löwy, 2010; Montaña, 2016).

Compreender a realidade a partir de sua totalidade, na perspectiva marxista, se difere da ótica positivista de encarar o fenômeno enquanto um dado pronto e esgotado em si mesmo, controlado por leis estáticas e, por isso, passível de generalizações. Conforme aponta Löwy (2010, p. 16), “a categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social

como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”.

Nessa perspectiva, Martín-Baró (1991, p. 38) demonstra a importância de se considerar o dado enquanto “um momento dialético y, por tanto, como una afirmación histórica” como forma de se contrapor a perspectivas hegemônicas que, em nome da ciência e da busca pela verdade absoluta, reforçam ideologias, como o fatalismo, e estabelecem práticas de controle e dominação sociais.

Cada hecho social y, por tanto, cada dato psicológico, es lo que es precisamente como producto de una historia: pero en su objetividad dada en la afirmación de su facticidad (es así y no de otra manera), entraña también una negación: todo lo que podría haber sido «si» se hubieran dado otras condiciones, «si» se hubiera desarrollado otra historia social. El «dato», por tanto, es ininteligible sino en sus esenciales relaciones, diacrónicas y sincrónicas, con todos sus concomitantes sociales y, em particular, a la luz de la lucha y ejercicio del poder social. (Martín-Baró, 1991, p. 37).

O autor discorre, assim, sobre a insuficiência histórica da psicologia ao fragmentar o ser humano, apontando novas perspectivas metodológicas na conformação do campo da Psicologia Política, baseado numa relação dialógica e participante entre pesquisador e pesquisado. Tais aportes, conforme afirma Gonzalez Rey (2005), influenciaram a constituição de epistemologias qualitativas de pesquisa na busca por superar os limites do pensamento positivista e suas vertentes, como o empirismo lógico.

Ainda que o campo qualitativo de pesquisa abarque uma ampla variedade de epistemologias e visões de sujeito e sociedade, sua constituição trouxe, ao longo da história, inúmeras contribuições para se (re)pensar as práticas científicas nas ciências sociais, assim como em outras áreas do saber. A abordagem qualitativa, conforme a compreendemos e a utilizamos em nossa investigação, busca analisar o fenômeno a partir de sua complexidade e sua contextualização histórica, bem como considera as particularidades postas pelo campo onde se insere a pesquisa, indo além da mera descrição, da tentativa de controle, generalização e da

aparência imediata do empírico (Gonzalez Rey, 2005), entendendo a postura participativa do pesquisador enquanto um elemento fundamental do processo de pesquisa (Fernandes & Moreira, 2013).

Consideramos, ainda, oportunas as contribuições de Martins (2006, p. 2) quando a mesma afirma que o “marxismo dispensa a adoção das abordagens qualitativas na legitimação da cientificidade de seus métodos de investigação, pois dispõe de uma epistemologia suficientemente elaborada para o fazer científico: a epistemologia materialista histórico dialética”. Entretanto, compreendemos, também, conforme acima salientado, que o campo das pesquisas qualitativas é muito vasto, acolhendo diferentes leituras e formas de pesquisar e interrogar sobre o cotidiano, os modos de vida, bem como os processos de produção da consciência e das subjetividades.

Neste sentido, apostamos no diálogo cuidadoso entre a epistemologia histórico-dialética e as contribuições que vem sendo forjadas no campo das abordagens qualitativas por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas de atuação, especialmente, no tocante ao manejo das técnicas de investigação empregadas, ao processo de inserção no campo de pesquisa e a relação estabelecida com os sujeitos da investigação, dentre outros importantes aspectos. Consideramos que tal aproximação não tende a comprometer nossa capacidade de análise, pelo contrário; pode contribuir para o desenvolvimento dos nossos trabalhos de pesquisa e intervenção.

A metodologia de uma pesquisa, a partir da abordagem qualitativa, representa “muito mais que técnicas, (...) articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (Minayo, 2009, p.15). A partir de tais pressupostos e tendo como fundamentação o materialismo histórico-dialético, lançamos mão de instrumentos desenvolvidos no âmbito das pesquisas qualitativas para a elaboração de nosso trabalho, desde

o processo de inserção no campo e construção dos dados, até a fase de análise dos materiais produzidos na relação estabelecida com os sujeitos da investigação.

3.2. O campo

3.2.1. Particularidades (e similitudes) do cenário local

Juiz de Fora é um município da Zona da Mata mineira (sendo o mais extenso entre eles) situado há cerca de 250km da capital do Estado. A estimativa populacional da cidade é de 564.310 habitantes, segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2018⁷ (o censo realizado pelo instituto em 2010 aponta para 516.247 habitantes). O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é alto, levando em consideração este último censo realizado pelo IBGE em 2010, o qual aponta para o IDH local de 0,778. Ainda de acordo com o instituto, em 2016, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos, sendo que 29,9% dos domicílios possuíam rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Neste mesmo ano, havia cerca de 30% da população ocupada em relação à população total. A população considerada pobre (baseada no consumo como - problemático - critério) atingia, em 2010, 5,48%, ao passo que o Índice de Gini da cidade correspondia a 0,56⁸, o que expressa uma significativa desigualdade de renda. A desigualdade de raça marca, ainda, o desenvolvimento de Juiz de Fora, colocando-a na posição de cidade com maior diferença de IDH entre brancos e negros do Estado de Minas Gerais (IBGE, 2010).

O Mapa Social de Juiz de Fora divulgado, em 2012, pela Subsecretaria de Vigilância e Monitoramento da Assistência Social do município, revela que, de 28 mil famílias inseridas no CadÚnico, 14% possuem renda *per capita* abaixo da linha da extrema pobreza e 44% abaixo da linha da pobreza. No que tange ao acesso e às condições de trabalho, quase 70% das famílias

⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>

⁸ Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/juiz-de-fora_mg

possuem mais da metade dos membros em idade ativa desocupados e cerca de 60% estão fora do mercado formal. A precariedade percebida no campo do trabalho reflete, ainda, o quadro de escolaridade: quase metade das famílias não possuem adultos com ensino médio completo e 24,1% possuem adultos considerados analfabetos funcionais (Juiz de Fora, 2012).

A política de assistência social do município expressa determinados elementos que compõem o cenário das políticas públicas e sociais brasileiras, apresentando, ainda, particularidades em seu desenvolvimento. Em Juiz de Fora, a assistência social é gestada, desde a implementação do SUAS no município (ocorrida em 2005), de forma híbrida entre a prefeitura, a partir da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), e a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC). A AMAC foi fundada pelo governo municipal, em 1984, enquanto uma organização civil sem fins lucrativos e assumiu, ao longo de toda a trajetória do SUAS, as principais funções de coordenação e execução dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da assistência social da cidade, dentre eles creches, curumins e outros serviços de proteção básica e especial (Souza Filho & Oliveira, 2014).

A problemática relação estabelecida entre o público e o privado está, portanto, bastante presente na trajetória da assistência social da cidade. Recentemente, no final do ano de 2017, a prefeitura realizou um polêmico chamamento público direcionado a alguns serviços da assistência social, do qual teve como vencedora a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), uma organização mundial ligada à Igreja Adventista.⁹ O cenário gerou intensos conflitos relacionados a troca de gestão, demissão de funcionários, reorganização de equipes, dentre outros, além de manter a imperativa lógica neoliberal da terceirização e da filantropia na administração das políticas públicas. Somado ao agravamento

⁹ Para saber mais a respeito: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/06-02-2018/adra-e-habilitada-em-edital-de-r-82-milhoes-na-area-de-assistencia-social.html>

do quadro nacional de desmonte e corte de verbas nas áreas e programas sociais, foi diante desse cenário que realizamos a nossa pesquisa por meio da assistência social do município.

Atualmente, existem onze Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e três Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) distribuídos pelos territórios de Juiz de Fora, além de outros serviços socioassistenciais sendo ofertados em conjunto com diversas entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (Juiz de Fora, 2012). Optamos por realizar a pesquisa no equipamento da proteção social básica por compreender sua importância na estruturação da política de assistência social e, sobretudo, na atuação frente aos sujeitos atendidos, principais alvos de nosso estudo.

O CRAS é considerado a principal porta de entrada do SUAS, estruturando-se a partir dos eixos da matricialidade sociofamiliar e da territorialização, além de ser o responsável por oferecer, de forma exclusiva, alguns serviços fundamentais da proteção básica do SUAS, como: o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a partir dos quais são planejados os atendimentos individuais e grupais com a população destinatária das ações socioassistenciais. Além disso, através do CRAS, a população pode se inserir nos programas de transferência de renda, como PBF e o BPC, que, conforme vimos, se destacam nas ações desenvolvidas no campo da proteção social (Brasil, 2009). Em Juiz de Fora, atualmente 13.570 pessoas estão cadastradas no PBF e cerca de 7.000 recebem o BPC. Ainda assim, dados do Relatório de Informações Sociais do atual Ministério da Cidadania apontam que o município está abaixo da meta de cobertura do PBF, atendendo, aproximadamente, 70% das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza¹⁰.

No que se refere a nossa pesquisa, algumas situações oriundas dos procedimentos necessários para a inserção no campo provocaram um atraso no início dessa importante etapa.

¹⁰ Fonte: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/30-05-2019/juiz-de-fora-esta-abaixo-da-meta-de-cobertura-do-bolsa-familia.html>

Ainda assim, as dificuldades pelas quais poderíamos atravessar, tendo em vista os prazos para a conclusão dessa pesquisa, foram minimizadas pelas oportunidades abertas diante dos próprios imprevistos. Considero que o fato de nossa pesquisa ter sido “escolhida” pelo equipamento em que foi realizado (e não o contrário; como imposição dos pesquisadores) e por ter sido tão bem recebida por toda a equipe profissional foi essencial para que ela pudesse se desenvolver.

Vale esclarecer que, no decorrer do capítulo metodológico, iremos mesclar a conjugação verbal de nossa escrita, ora recorrendo à primeira pessoa do plural, conforme feito nos capítulos anteriores, ora à primeira pessoa do singular. Ainda que o presente trabalho tenha sido realizado de maneira conjunta entre os pesquisadores (e, claro, com os sujeitos participantes e demais envolvidos em nossa pesquisa), as experiências e percepções obtidas através do cotidiano do campo adquirem uma dimensão muito particular por quem as vivenciou de maneira mais ativa, próxima e presente. Muitos dos relatos contidos nos próximos tópicos, portanto, expressarão, também, no formato da escrita, essa vivência singular (e afetiva) da pesquisadora inserida no campo.

3.2.2. Inserção: como cheguei ao CRAS e dados oficiais do dispositivo

A escolha do método para investigar nosso principal tema de estudo (a consciência) e, com isso, o campo a ser realizado a pesquisa empírica, constituiu-se pela minha inserção em uma pesquisa coordenada pelo meu orientador, Fernando, em conjunto com outras pesquisadoras da área de Serviço Social, cujo objetivo é analisar as práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no SUAS, a partir da ótica da interdisciplinaridade. Nesta pesquisa, há um eixo de estudo direcionado aos sujeitos atendidos pela política de assistência social, o qual decidimos por vincular à minha pesquisa de mestrado. Buscamos, assim, delimitar o campo da assistência social como forma de acessar tais sujeitos inseridos em situação de pobreza e pauperismo para compreender, como diria Freire (1981), seus atos de “reflexão-

ação”, de modo a levantar, ainda, questões que contribuíssem com o estudo sobre a política, a atuação profissional e seus impactos na população às quais se destinam.

Nesse sentido, todos os trâmites formais necessários para obter a autorização de nossa pesquisa, como a submissão no Comitê de Ética e a aprovação dos órgãos administrativos responsáveis da Prefeitura (SDS e AMAC), foram realizados através da referida pesquisa, intitulada “Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social”. O desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado e a inserção no campo, portanto, estavam atrelados, inicialmente, às atividades e andamento da pesquisa sobre as práticas profissionais. Em um determinado momento, contudo, conforme solicitação da própria Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), tivemos que apresentar, novamente, nossa pesquisa de mestrado aos órgãos da Prefeitura, agora, melhor explicitando as especificidades de nossos objetivos, o que, com a devida aprovação, acarretou nossa inserção tardia no campo, ocorrida no início do último semestre do curso de mestrado.

Nossa intenção inicial era realizar a pesquisa no CRAS-Sudeste localizado no bairro Vila Olavo Costa, devido às trajetórias acadêmicas dos pesquisadores, que contaram com o desenvolvimento de trabalhos comunitários na região. No entanto, por diferentes motivos, como a ampla quantidade de projetos já inseridos em Olavo Costa, nossa pesquisa foi acolhida e abraçada pela coordenação e por toda a equipe profissional do CRAS-Centro.

O CRAS-Centro localiza-se na rua Espírito Santo, em uma região central da cidade que possui proximidade com pontos comerciais e turísticos estratégicos, além de praças, linha férrea e o Rio Paraibuna, que cortam toda a cidade (Juiz de Fora, 2012). A região central é composta por um complexo de prédios centenários e patrimônios históricos tombados que marcam a história de industrialização e urbanização da cidade, os quais abrigam, atualmente, além do CRAS-Centro, espaços como o Mercado Municipal, o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM), a Biblioteca Municipal, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), o

Instituto Estadual de Educação (IEE), a Câmara Municipal de Vereadores, dentre outros serviços de referência na cidade. No complexo onde está o CRAS-Centro, funcionam a secretaria da AMAC e as unidades I e II do CREAS, bem como são prestados projetos como o Centro de Convivência do Idoso (CCI) e o Centro de Convivência do Adolescente (CCA), ambos geridos, atualmente, pela AMAC.

O território de abrangência do CRAS-Centro, ainda segundo o Mapa Social de Juiz de Fora, é composto por 39 bairros¹¹, em sua maioria urbanos (apenas dois bairros possuem áreas com características rurais), percorrendo desde a região central até as regiões norte e nordeste. No que tange ao perfil demográfico, 9.442 pessoas estão referenciadas no CRAS-Centro, o que corresponde a 11,3% do total de referenciados na Política de Assistência Social do município, sendo que, destas, 58,4% são mulheres e 41,6% são homens (Juiz de Fora, 2012).

Quanto à análise socioeconômica dessa população, o referido documento aponta que “a renda *per capita* distribui-se com 9,81% que recebem até R\$70,00. 19,37% recebem entre R\$70,01 a R\$140,00 e 70,82% recebem acima de R\$ 140,00” (Juiz de Fora, 2012, p. 96). Com relação à escolaridade, aproximadamente, 50% das pessoas referenciadas no CRAS-Centro possuem o Ensino Fundamental incompleto, 18,56% completaram o Ensino Médio e 2,54% concluíram o Ensino Superior. No que diz respeito ao trabalho, cerca de 30% das pessoas entre 18 e 59 anos não trabalham e 23,25% são assalariados, destes, 20,34% com carteira de trabalho, sendo que apenas 39% das famílias tem membros inseridos no mercado formal. Os dados levantados sobre as condições habitacionais revelam, ainda, que 74% das famílias não tem domicílio próprio e 71% reside em locais considerados cedidos ou invadidos.

¹¹ A saber: “Altos dos Passos, Alto Eldorado, Boa Vista, Bom Clima, Bom Pastor, Carlos Chagas, Cascatinha, Centenário, Centro, Cerâmica, Democrata, Dom Bosco, Dom Orione, Eldorado, Esplanada, Fábrica, Granbery, Jardim Cachoeira, Jardim Glória, Monte Castelo, Monte Verde (urbano/rural), Mariano Procópio, Mirante, Morro da Glória, Santa Cordula, Mundo Novo, Nossa Senhora das Graças, Padre Café, Paineiras, Quintas da Avenida, Santa Catarina, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Terezinha, São Dimas, São Mateus, Torreões (urbano/rural), Vale do Ipê e Vista Alegre” (Juiz de Fora, 2012, p. 92).

Levando em consideração as dimensões como condições de habitação, de trabalho, acesso ao conhecimento, vulnerabilidades, disponibilidade de recurso e desenvolvimento infantil, o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) das famílias referenciadas no CRAS-Centro equivale a 0,75 (Juiz de Fora, 2012). Tais dados nos ajudam a situar e compreender aspectos importantes da realidade vivenciada por pessoas e famílias pobres de regiões abrangidas pelo equipamento onde realizamos a pesquisa. Embora cada sujeito carregue uma trajetória de vida particular, sabemos que a população pobre partilha de barreiras, lutas e sonhos comuns.

3.3. As etapas da pesquisa

Para a construção dos dados de nossa pesquisa, recorreremos a duas técnicas presentes na epistemologia qualitativa. Utilizamos a entrevista semiestruturada como forma de adentrar, com profundidade, a partir da fala, nos sentidos e significados construídos pelos participantes sobre sua realidade (Minayo, 2009). Falaremos, mais a frente, sobre o recurso das entrevistas.

Além das entrevistas, nos baseamos em pressupostos da metodologia da observação participante. A constituição de tal método carrega, na história, suas contradições. Posto de grosso modo, a observação participante foi desenvolvida por pesquisadores da Antropologia e das Ciências Sociais, em torno dos séculos XIX e XX, no contexto de expansão imperialista europeia, como forma de “estudar” os povos nativos ditos primitivos e não civilizados - o exótico. Assim, embora tenha aproximado o pesquisador do campo, os estudos desenvolvidos mantiveram-se alinhados a perspectivas positivistas e funcionalistas, contribuindo, em última instância, com práticas de controle e dominação social. O desenvolvimento dos estudos etnográficos, no entanto, é atravessado por questionamentos e transformações, sobretudo, a partir da década de 70, através de abordagens teórico-metodológicas distintas e defensoras da

não-neutralidade científica e de outras formas de aproximação entre pesquisador e pesquisado (Vieira, 2001; González Rey, 2005; Fernandes & Moreira, 2013).

Nesse sentido, rompendo com determinadas características de sua emergência histórica, o uso da observação participante e dos estudos etnográficos, na atualidade, tem proporcionado ricas contribuições em pesquisas qualitativas desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento. De forma sintética, a observação participante pode ser definida

como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Minayo (2009, p. 70).

Não temos a pretensão de afirmar que nossa pesquisa aplicou a observação participante propriamente dita, por entender toda a sua complexidade e, ao mesmo tempo, os limites que enfrentamos diante das condições de inserção e permanência no campo, sobretudo, no que tange ao tempo de mergulho no contexto da pesquisa e ao nível de contato estabelecido com os sujeitos pesquisados, que foram, relativamente, reduzidos. Ainda assim, sem dúvidas, nos inspiramos nesta rica abordagem como forma de olhar e nos relacionar com o campo - entendendo, este, enquanto “um dado a mais para a investigação” (Fernandes & Moreira, 2013, p. 516) -, sendo guiados pelos objetivos e aportes teóricos da pesquisa, mas também abertos ao inesperado.

No que tange a disponibilidade de recursos, Minayo (2009) aponta que o diário de campo é o principal instrumento da observação participante, pois, conforme salienta, ainda, Vieira (2001, pp. 98-99) “favorece o registro do fenômeno investigado com toda a variabilidade do objeto em diferentes momentos”, de modo que “a releitura de fatos e de momentos significativos da pesquisa contribuirão efetivamente para a escolha final dos procedimentos analíticos”. O observador, portanto, assumindo sua postura (ético-política) enquanto

pesquisador, busca, ao máximo, se relacionar, construir laços e adentrar no cotidiano do campo, entendendo que “todos os dados obtidos pela observação participante advêm da conjugação da tríade *participação do pesquisador, ação dos sujeitos observados e situação contextual*” (Fernandes & Moreira, 2013, p. 520, grifos dos autores).

3.3.1. Diário de campo: sobre a breve e fecunda experiência no cotidiano de um CRAS

Acompanhei durante três meses o trabalho e a rotina das profissionais do CRAS-Centro. Iniciei o campo em 20 de fevereiro de 2019 e encerrei as entrevistas e o acompanhamento semanal no dia 20 de maio deste mesmo ano. Mesmo finalizada a construção de dados e materiais para a pesquisa, contudo, busquei visitar a unidade, esporadicamente, a fim de manter o contato estabelecido com toda a equipe profissional.

Durante esses três meses de inserção no campo, minha ida ao CRAS variou entre duas a três vezes na semana de acordo com o horário de funcionamento do serviço, o que, somada à disponibilidade e boa receptividade de toda a equipe, me permitiu acompanhar diferentes frentes de atuação e obter uma boa compreensão sobre o funcionamento e estruturação da política. Eu nunca havia tido uma inserção, seja ela de natureza acadêmica e de formação ou prática, no campo da assistência social. Mesmo que o foco do presente estudo seja os sujeitos por ela atendidos e não a política em si, compreender o atravessamento desta na vida destes sujeitos configura-se enquanto um eixo de análise fundamental para a nossa pesquisa.

Em meu primeiro dia na unidade, fui recebida pela coordenadora, quem me apresentou todo o quadro de profissionais e funcionários, o espaço físico, bem como as principais demandas dos “usuários” e as dificuldades enfrentadas na atuação profissional. O CRAS-Centro conta, atualmente, com cinco profissionais, todas mulheres (uma psicóloga, duas assistentes sociais, uma pedagoga e uma geógrafa como técnico-SUAS) e com contrato pela AMAC. O chamamento público mencionado, anteriormente, ocasionou uma redução no quadro

(antes, haviam sete profissionais), o que gerou uma sobrecarga de tarefas, tendo em vista a ampla área de abrangência do dispositivo. Além das profissionais e da coordenadora, há quatro assistentes administrativos (durante a pesquisa havia uma assistente em período de licença-maternidade) e uma auxiliar de serviços gerais, com quem tive boas conversas diárias na cozinha da unidade enquanto tomava um café.

Os atendimentos no CRAS-Centro ocorrem de terça a quinta-feira no modelo chamado de “porta-aberta”, segundo a coordenadora, para compensar a distância do equipamento em relação aos territórios onde reside a população atendida. As segundas e sextas-feiras são utilizadas para organização e planejamento interno, atendendo, também, mediante agendamento, as famílias acompanhadas. Em relação às demandas da população atendida no equipamento, a coordenadora citou o Programa de Segurança Alimentar (PSA), popular e simplificado, conhecido como “cesta básica”, como um dos que se destacam na procura pelos recursos da assistência social.

Nos atendimentos individuais que pude acompanhar, de fato, além do auxílio com documentações para o acesso a determinados serviços, o pedido pela “cesta básica” foi bastante frequente. Como reflexo da política governamental de cortes orçamentários dos programas sociais intensificada, nos últimos anos, o CRAS-Centro, atualmente, conta com 130 cestas básicas e uma longa fila de espera para inclusão no programa. “O PSA não é um serviço de inclusão e, sim, de exclusão”, comentou comigo uma das profissionais diante da alta demanda, pouca oferta e da necessidade de selecionar, por meio de um ranqueamento da pobreza, as famílias que receberão o benefício. Essa fala nos remete à noção da “dialética exclusão-inclusão” (Sawaia, 2001) que, conforme debatido nos capítulos teóricos, permeia o campo das políticas sociais brasileiras.

Ainda assim, as reuniões mensais previstas como critério de participação do PSA representam um dos poucos espaços de discussão e reflexão grupais desenvolvidos com a

população que pude perceber no CRAS-Centro. A distância do equipamento em relação aos territórios é uma das principais dificuldades relatadas pelas profissionais em sua atuação, pois a escassez de recursos e o grande número de atendimentos e demandas pontuais e imediatistas, além do cumprimento de tarefas burocráticas, comprometem a presença mais frequente nos bairros e, com isso, o desenvolvimento de ações comunitárias contínuas.

Esse fator, em certa medida, afetou nossa pesquisa. Com exceção dos dias em que aconteceram os grupos de PSA ou outros atendimentos agendados, a presença das famílias acompanhadas no cotidiano do equipamento era repentina, já que, muitas vezes, faltam condições financeiras para arcar com o transporte até o CRAS (ir a pé se torna inviável para moradores de regiões mais afastadas). Isso dificultou um maior contato e acompanhamento das pessoas que participaram da pesquisa, para além do estabelecido no momento das entrevistas. Por outro lado, ainda que por meio de atendimentos mais breves, a significativa demanda de serviços torna o dia-a-dia do equipamento bastante agitado.

Desde o início, a equipe me deixou bastante à vontade para transitar pelo CRAS e buscou me inserir em, praticamente, todas as suas atividades rotineiras. Para além dos atendimentos individuais e, em sua maioria, mais pontuais e as reuniões dos grupos do PSA, onde foram debatidos temas como emprego, violência doméstica e desigualdade de gênero, pude acompanhar algumas visitas domiciliares em diferentes regiões da cidade. Também estive presente em uma reunião de rede, organizada pelo CRAS-Centro e que reúne, mensalmente, dezenas de entidades que desenvolvem projetos sociais em seus territórios de abrangência. Na ocasião, foram debatidas as diretrizes e a estruturação da política nacional de assistência social.

Ainda que o acompanhamento semanal da dinâmica do CRAS tenha me permitido dimensionar aspectos importantes a respeito da população atendida pela política de assistência social, as poucas visitas domiciliares que pude acompanhar me trouxeram uma maior compreensão da realidade por ela vivenciada, extrapolando os limites inerentes ao espaço físico

da unidade. A propósito, até mesmo para realizar as visitas domiciliares a equipe do CRAS-Centro enfrenta limitações. A disponibilidade do veículo oficial da Prefeitura para a locomoção das profissionais é bastante reduzida e insuficiente frente à alta demanda, variando de dois a quatro dias por mês. No período em que lá estive, pude acompanhar quatro visitas, perpassando por todas as regiões de abrangência do CRAS; algumas, inclusive, em que eu nunca havia transitado.

Conforme discutem Cassab & Pinto (2013), o processo de urbanização de Juiz de Fora não foge ao padrão de acumulação capitalista que determina, historicamente, a forma de espacialização das desigualdades sociais estruturais, bem como o modelo das políticas habitacionais adotadas. Ao atravessar a cidade junto às profissionais até as regiões mais periféricas, essa constatação tornou-se ainda mais evidente.

Ainda que o Mapa Social de Juiz de Fora (2012) aponte para um IDF elevado da população atendida pelo CRAS-Centro, uma parte significativa das famílias que visitamos partilha com seus vizinhos condições precárias de habitação, de infraestrutura, de equipamentos sociais e de vida. Falta de acesso a água e luz (cortado, por vezes, pela impossibilidade de pagamento), por exemplo, não era algo incomum nas casas; algumas delas, em estado insalubre. Em uma das casas que visitamos, sem luz, portas e janelas adequadas, um fogão à lenha improvisado e entulho aos fundos, foi possível acompanhar um rato caminhando pela sala. A “(des)assistida” em questão: mãe de uma menina e desempregada; enfrenta, há meses, entraves burocráticos para obter sua carteira de trabalho e, assim, poder assiná-la como funcionária de uma padaria que aguardava para contratá-la.

As visitas domiciliares, em sua maioria, não duravam muito tempo. Como já relatei, a (in)disponibilidade do carro para realizá-las gerava um acúmulo de famílias (uma média de 7 a 8) a serem visitadas num período curto, não mais que três horas (considerando o tempo gasto no percurso até chegar aos bairros). Nem todas as visitas eram, previamente, agendadas pela

dificuldade de contatar os moradores (em muitos casos, os números telefônicos indicados no CadÚnico encontram-se indisponíveis) e, em algumas ocasiões, não havia ninguém em casa. Foram comuns, também, casos de famílias que se mudaram sem o conhecimento das profissionais, sendo revelado por vizinhos durante as frustradas tentativas de contato.

Numa dessas visitas, uma cena chamou bastante atenção. Acima de uma casa (precária; que compõe o cenário da pobreza), uma bandeira do Brasil bastante gasta, desbotada e rasgada tremulava. Registrei em fotografia sem a devida permissão. De imediato, o simbolismo daquela imagem me gerou reflexões e sentimentos diversos. Podemos, por exemplo, associá-lo ao cenário político brasileiro e ao contraditório sentimento de patriotismo que atravessa a população, que, mesmo diante de projetos que destroem e expropriam nossa cultura, nossa riqueza e exterminam vidas em nome da Ordem e do Progresso, carrega a esperança por um país melhor. Mas sem romantismos.

A esperança dos mais precarizados (ditos “necessitados”) se faz presente, junto à persistência da luta (no geral, individual) diária por melhorias nas condições de vida, de habitação, por emprego, pela educação, boa alimentação dos filhos e um longo etc. Falam e demonstram, com orgulho, das pequenas conquistas, como uma mulher idosa (“assistida”) que fez questão de nos convidar e apresentar sua humilde casa após a reforma dos primeiros cômodos. Tudo isso, não sem dor e sofrimento.

Durante as visitas domiciliares e os atendimentos, foram diferentes casos em que pude acompanhar a trama de mulheres (maioria “atuante” na política e que carregam o peso da responsabilidade dos filhos e da casa: contradições da matricialidade sociofamiliar¹²) que demonstraram suas angústias e tristezas pelas dificuldades enfrentadas mesmo diante de tanta batalha, esforço e trabalho (ou, como costumam dizer, de tanto “correr atrás”). “Confessaram”

¹² Os estudos de Duque-Arrazola (2010) e de Carloto & Nogueira (2018) discutem a problemática relacionada à dimensão de gênero na constituição da política de assistência social.

para as profissionais, com a minha presença, as inúmeras noites em que deitam em suas camas e choram, depois de mais um frustrante e exaustivo dia. O capitalismo, suas desigualdades, ideologias e formas de controle são, extremamente, perversos.

Ainda que nossa pesquisa não tenha como objetivo aprofundar nessa questão, é inegável que a realidade vivenciada por uma parte significativa do público presente na assistência social carregue especificidades pelo histórico papel social de gênero e de mãe, somada a condição de trabalhadora e pobre, impostos a essas mulheres. Por ser uma expressão direta dessa realidade, uma das visitas realizadas teve sua estadia um pouco mais demorada.

A “assistida” era mulher, mãe e deficiente visual; perdeu por completo sua visão após ser espancada pelo ex-marido. Chorou ao partilhar de sua vida, das mudanças e das dificuldades forçadas pela violência sofrida. Lembro-me, ainda, de outra história que pude acompanhar em um atendimento no CRAS. Uma mulher (branca e loira; com estereótipos de “classe média”) foi ao equipamento pela primeira vez, acompanhada e incentivada por uma amiga, recorrer à cesta básica. O motivo: foi abandonada pelo marido depois de revelado o diagnóstico de autismo do filho. Desamparada, desempregada (devido à necessidade de cuidado do filho) e distante dos familiares (todos no sul do país), chorou durante todo o atendimento.

São distintas as formas de desigualdade enfrentadas pela população pobre e atendida pela política de assistência social. Atuar frente a essa realidade já é, em si, desafiante, o que se agrava diante dos limites inerentes a um equipamento de políticas públicas. Ainda que se tome como perspectiva a universalização dos direitos, romper com o assistencialismo, na prática, é um dilema que recai, principalmente, sobre as mãos das(os) profissionais.

Pude acompanhar um pouco desses desafios durante os três meses no CRAS-Centro. Por parte das profissionais, existe a tentativa de “politizar a política” e os programas socioassistenciais, ainda que a estrutura institucional e societária imponha inúmeras barreiras e

artimanhas. Essa politização, vale ressaltar, vai além do trabalho direto na política de assistência social. Meu encontro com as profissionais do CRAS-Centro ocorria no equipamento, mas, também, fora dele; nas ruas, lutando por diretos (mesmo diante da pressão de corte de ponto por adesão às paralisações contra a Reforma da Previdência).

Presenciei, assim, diferentes momentos e situações dilemáticas. Num determinado atendimento, uma senhora, que buscava auxílio para a emissão gratuita da carteira de identidade, agradeceu a assistente social por tanto ajudá-la e, de imediato, esta rebateu: “não é uma ajuda, é a execução de um serviço”, buscando apontar a ótica de direitos. Ao mesmo tempo, é comum retirarem dinheiro do próprio bolso e entregam nas mãos dos “assistidos” como forma de viabilizar a fotocópia de seus documentos e, assim, encaminhar a (tentativa de) obtenção de tais direitos. Me colocando em seus lugares, talvez não fizesse diferente.

Não tenho dúvidas das inúmeras contribuições à pesquisa provocadas pela minha breve experiência no cotidiano de um CRAS. Sobretudo, por ter sido onde foi, no CRAS-Centro, com todas as suas potencialidades e desafios particulares e comuns. Muitas das situações vivenciadas, inclusive, não foram expressas aqui (talvez por não conseguir traduzi-las em texto). Mas, sem dúvidas, me marcaram e acompanharão toda a minha trajetória (acadêmica, profissional, de vida).

3.3.2. As entrevistas

As entrevistas semiestruturadas são definidas por Minayo (2009, p. 64) como uma técnica de comunicação que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. O roteiro de entrevista (Anexo A) da presente pesquisa, bem como as categorias trabalhadas foram, assim, elaborados a partir da literatura e do processo de imersão no campo baseado na metodologia da observação-participante.

Estruturamos o roteiro de entrevista a partir de 5 grandes eixos. Todos estão atravessados pelas principais categoriais analíticas motivadoras de nossa pesquisa, como ideologia, consciência e fatalismo, entendidas a partir da noção da dialética e das contradições que as constituem.

O primeiro eixo está relacionado a questões iniciais de apresentação pessoal, que contribuíram para entender a trajetória dos sujeitos na política de assistência social. O segundo, intitulado “condição de assistido”, teve como objetivo contribuir na análise sobre a percepção e os impactos políticos e econômicos da política na vida da população destinatária de suas ações, buscando desvelar questões que perpassam pela noção de assistência enquanto *benesse versus* direito e a reprodução de ideologias, bem como os contraditórios sentimentos provocados diante da posição de assistido.

O terceiro eixo corresponde às formas de compreensão sobre as desigualdades sociais e a pobreza existentes, o que auxiliou na análise sobre determinados processos de naturalização da realidade e individualização dos problemas sociais, assim como levantou elementos relativos à consciência dos sujeitos sobre si e sua posição no mundo. O quarto eixo, por sua vez, buscou compreender como os participantes enfrentam ou se resignam diante das dificuldades do cotidiano e, em que medida, enxergam alternativas de mudança de vida. O quinto eixo, por fim, relacionado a questões mais gerais e projetivas, buscou entender como tais sujeitos planejam seu futuro, constroem seus sonhos e visam melhorias para a política de assistência social.

O roteiro foi apresentado às profissionais do CRAS-Centro para que pudessem opinar sobre a adequabilidade do instrumento frente aos sujeitos pesquisados, sobretudo, no que tange à forma de se perguntar sobre o conteúdo. As entrevistas foram individuais e realizadas, de maneira reservada, na sala de estagiários da unidade (que, durante nossa pesquisa de campo, carinhosamente, se tornou a “sala da Mariana”). Todas elas foram gravadas por aparelho de

celular para facilitar a posterior análise, a partir da autorização dos participantes mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

3.3.3. Participantes das entrevistas: quem são elas(es)?

Participaram das entrevistas dez pessoas atendidas pelo CRAS-Centro de Juiz de Fora. A definição do número de participantes foi feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados, estabelecido a partir da percepção da repetição do conteúdo, possibilitando a análise do material sem grandes perdas, tendo em vista os objetivos da pesquisa. Estabelecemos como único critério de participação/inclusão pertencer a uma família acompanhada no serviço, ou seja, que possui vínculo a algum programa social, de modo a contribuir para a investigação do eixo correspondente à relação estabelecida entre sujeito e política. Apenas um dos participantes não possuía acompanhamento na unidade, contudo, devido à riqueza do material obtida na entrevista e ao fato de possuir uma trajetória na política de assistência social, decidimos por não descartar sua participação na pesquisa.

As entrevistas tiveram duração entre vinte minutos a uma hora e cinquenta minutos. A idade das(os) participantes varia de 29 a 51 anos e o tempo de acompanhamento na unidade e/ou que está referenciado na política de assistência social tem variação de 1 a 10 anos¹³ (com exceção do participante citado anteriormente). O perfil majoritário do público da política de assistência social, em termos de (desigualdade de) gênero e raça, refletiu-se, indubitavelmente, em nossa pesquisa: 80% são mulheres e apenas 20% do total se declaram brancos. A tabela a seguir apresenta maiores informações demográficas e socioeconômicas das(os) participantes, cuja coleta foi realizada a partir dos dados do CadÚnico e das entrevistas realizadas. Cabe

¹³ Clara: 1 ano; Luiz: 1 ano; Júlia: 2 anos; Camila: 2 anos; Célia: 4 anos; Rosa: 8 anos; Márcia: 9 anos; Joana: 10 anos; Ângela: 10 anos.

salientar que os respectivos nomes são todos fictícios, afim de garantir o anonimato das(os) entrevistadas(os).

Tabela 1
Dados demográficos e socioeconômicos das(os) participantes

Nome	Idade	Etnia	Bairro	Estado Civil	Religião	Renda Familiar <i>per capita</i>	Programa Social
Rosa	45	Preto	Parque das Águas	-	Evangélica	R\$142,00	PBF, PSA e BPC
Clara	40	Branco	Amazônia	Casada	Evangélica	R\$150,00	PBF e PSA
Rodrigo	42	Preto	Monte Castelo	Solteiro	-	Ø	-
Ângela	31	Preto	Dom Bosco	Solteira	Evangélica	Ø	PBF e PSA
Camila	36	Preto	Parque das Águas	Casada	Evangélica	R\$24,50	PBF e PSA
Célia	51	Pardo	Parque das Águas	Solteira	Católica	R\$66,00	PBF e PSA
Júlia	30	Branco	Cerâmica	-	-	R\$74,50	PBF e PSA
Márcia	32	Preto	Santa Cecília	Casada	-	Ø	PBF e PSA
Joana	29	Preto	Esplanada	-	Católica	Ø	PBF e PSA
Luiz	51	Pardo	Parque das Águas	Viúvo	Nenhuma	R\$97,50	PBF e PSA

A “escolha” dos(as) participantes foi decorrente da inserção e acompanhamento das atividades diárias do CRAS-Centro, contando com o decisivo papel da equipe profissional. Conforme observado a partir do diário de campo, por diferentes motivos, a presença da população atendida no CRAS era momentânea e pontual, o que dificultou um maior contato, conhecimento e aproximação para com a mesma. Pouco pudemos aprofundar na trajetória de vida das pessoas que, gentilmente, confiaram a nós seus relatos por meio das entrevistas.

Dessa forma, tendo a ciência dos objetivos de nosso estudo, as(os) participantes da pesquisa, em sua maioria, foram indicadas(os) e/ou convidadas(os), inicialmente, pelas profissionais. As entrevistas aconteceram no período em que as(os) mesmas(os) estiveram na unidade para atendimento. Percebemos que agendar uma entrevista e, com isso, fazer com que a pessoa saísse de sua casa (envolvendo todos os custos de tempo, dinheiro etc.) apenas com essa finalidade era, totalmente, ineficaz. Ou, pelo menos, quase. Foram quatro tentativas de agendamento em que, dessas, três pessoas não compareceram.

Ângela foi a exceção. Sua presença no CRAS é bastante frequente. Justamente, por isso, fiz o convite após um grupo do PSA e, já no dia seguinte, ela estava presente na unidade com a intenção única de participar da pesquisa. Desceu a pé de sua casa. *“Agora o povo vai me conhecer”*, disse, orgulhosa, no término da entrevista que durou quase duas horas. As entrevistas revelam pontos semelhantes e outros muito particulares de cada um(a) que delas participou. Abaixo, faremos uma breve apresentação das(os) dez participantes da pesquisa.

Ângela foi a única com quem tive a oportunidade de trocar conversas para além da entrevista e conhecer um pouco mais de sua história. É mãe de cinco filhos, solteira e lésbica. Enfrenta muitas barreiras e preconceitos por assumir sua sexualidade. Realizou dois partos em casa, um deles sozinha; se considera uma mulher independente. Antes de chegar ao CRAS, se prostituía. Busca acompanhar os noticiários e manter-se informada sobre temas relacionados à política, embora considere que os conteúdos abordados, por vezes, gerem desgosto e apatia.

Rosa foi a minha primeira entrevistada. Com a fala serena, baixa e um pouco comprometida devido à ocorrência de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), relata as situações já enfrentadas com sua família de seis filhos diante da pobreza e das desigualdades. *“(...) Às vezes eu dormia até com a minha filha debaixo de marquise”*. Ainda assim, acredita na capacidade do Brasil e dos brasileiros para alcançar um país mais justo e igualitário.

Clara, por sua vez, demonstra um pouco mais de pessimismo diante da realidade brasileira, ainda que mantenha firme seus sonhos e esperanças. Começa e termina nossa conversa falando sobre o seu marido e a luta por emprego. *“Desculpa falar mais um pouco, né, do meu marido”*. Clara tem dois filhos e considera que o PBF contribui para que ela tenha mais autonomia financeira na casa, sendo que, no geral, já assume as responsabilidades da família. *“Se eu não tomar a rédea, a frente, nada ia acontecer também”*.

Rodrigo foi o terceiro entrevistado, sendo o primeiro homem. Sua entrevista foi a segunda mais demorada, com pouco mais de uma hora. É pai, já passou por alguns divórcios e está desempregado, sustentando-se a partir de “bicos”. Atualmente, busca, no CRAS-Centro, inclusão no BPC e no PSA. Em um conflito familiar, levou cinco tiros que o deixou em coma por sete dias e com sequelas que o comprometem (ainda mais) a conseguir e se manter em um emprego. Embora não esteja inserido em nenhum programa social pelo CRAS-Centro, na época em que morava com sua ex-esposa e filho, sua família recebia o PBF. Assim, ele já possui uma trajetória na política de assistência social, embora sua esposa tenha sido a referência e assumido a “função” na casa.

A entrevista com Camila, por sua vez, foi mais breve. Assim como Rosa, teve um AVC que a deixou com sequelas. *“Eu esqueço muita coisa”*. Ainda assim, ao partilhar sobre sua vida e suas visões de mundo, trouxe ricas contribuições para a nossa pesquisa. Camila tem sete filhos, recebe o Bolsa Família e conta que, de vez em quando, faz faxina para auxiliar no sustento da casa. Chorou ao final da entrevista ao falar (e remoer) sobre os seus sonhos.

Célia retornou ao CRAS-Centro há cerca de um ano. Foi quando voltou a morar no Parque das Águas¹⁴, em Monte Castelo. Havia se mudado depois que seu filho foi assassinado

¹⁴ “Parque das Águas” é um conjunto habitacional do Programa “Minha Casa, Minha Vida” localizado no bairro Monte Castelo, na região Norte da cidade. O empreendimento iniciou-se em 2012 e, atualmente, abriga 565 famílias, sendo o maior do tipo em Juiz de Fora (Cassab & Pinto, 2013).

no bairro. *“Ele tava indo pra casa, aí ele e uns menino, aí era pra dar tiro no outro menino e pegou nele (...) Eu tenho depressão até hoje”*. Além da depressão, Célia sofre inúmeros preconceitos por ser portadora de HIV. *“Meu marido era usuário de drogas injetável e eu não sabia, aí ele passou pra mim (...) Eu nunca na minha vida imaginaria que meu marido, vivia dentro de casa comigo, ia fazer o que fez comigo”*.

Júlia participou da entrevista acompanhada de um de seus cinco filhos que, com seis anos de idade, tem diagnóstico de hiperatividade e transtorno afetivo bipolar. Ela deixou Santos Dumont/MG, sua cidade natal, para procurar emprego em Juiz de Fora. *“Eu vim pra cá, não vim porque eu gosto daqui, pra morar, nem nada. Eu vim foi atrás de serviço”*. Recorre ao CRAS devido à dificuldade em trabalhar por não ter quem (leia-se: políticas públicas) assegure os cuidados (processo educacional e formativo) dos filhos.

A entrevista com Márcia foi a mais breve de todas. *“Sou meia tímida”*. Foi convidada após um grupo do PSA e, com certo receio inicial, topou participar. Através de poucas palavras, conta sobre a situação de desemprego dela e seu marido, sobre ter retornado aos estudos com o curso de enfermagem; sobre sua realidade. Traz, também, suas percepções sobre a política brasileira. *“Votei no Haddad (...) Meu marido também, todo mundo que eu conheço votou no Haddad”*.

Joana, penúltima entrevistada, tem uma longa trajetória na política de assistência social, acessando toda a rede de proteção social, da básica à especial (de média e alta complexidade). Afirma que, em sua família, *“todo mundo tem uma participação no CRAS”*. É negra, tem cinco filhos e, ao longo da entrevista, relata diferentes situações em que foi discriminada, segundo ela, por sua *“aparência”*. Aposta na fé e na oração, embora não frequente igrejas e não se restrinja a nenhuma religião.

A entrevista de Luiz, bem como sua vida, é, também, fortemente marcada pela crença religiosa. Partilha de Joana a opção de não frequentar igrejas. Sua presença no CRAS é recente:

“(...)antigamente quem recebia pros meus filhos era minha esposa, só que ela morreu, e eu que tomei conta deles agora”. É de São Bernardo do Campo e fala, brevemente, do tempo em que “vendia cafezinho pro Lula”. Hesitou, de início, a falar sobre os sonhos que carrega e, assim, como Camila, se (e me) emocionou. Terminou a entrevista com uma preocupação levantada antes de começarmos: “*Você desculpa se falei alguma coisa errado, alguma palavra*”. Também, no final, reafirmou sua humildade, religiosidade e solicitude: “*Se precisar nós estamos aí. Aqui, aí você fica com Deus, viu?!*”.

3.3.4. Análise dos dados transcritos

Os dados da presente investigação foram analisados a partir da Análise de Conteúdo do tipo temática. Esta técnica permite estudar o conteúdo manifesto da comunicação humana, classificando a mensagem em categorias determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo, a partir do processo dialógico estabelecido com os sujeitos da pesquisa (Gomes, 2009). Feito isso, estabelecemos quatro famílias e vinte e três categoriais, conforme apresentado no anexo B. Para o processo de análise, as entrevistas foram integralmente transcritas, sendo utilizado o *Software Atlas.ti*. (6.2) como auxílio na organização e tratamento dos dados. A construção das categoriais passou, portanto, pelas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, a inferência e interpretação dos pesquisadores.

3.4. Procedimentos formais e éticos

3.4.1. Formalização no Comitê de Ética da UFJF

O presente trabalho foi submetido no Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF, localizado na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFJF, Campus Universitário (Anexo C). Conforme explicitado no capítulo metodológico, o estudo foi submetido a partir da pesquisa ampla intitulada “Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da

Política de Assistência Social”. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

3.4.2. Formalização na AMAC e SDS

A pesquisa passou, também, pela submissão e aprovação dos órgãos municipais competentes, a SDS, localizada na Rua Halfeld, 450 - Centro, e na AMAC, localizada na Rua Espírito Santo, 434 - Centro. Inicialmente, submetemos em nome da pesquisa “Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social” e, posteriormente, a pedido das referidas instituições, sob o eixo específico de nosso projeto, intitulado, inicialmente, “Consciência, pobreza e formas de (re)ação: uma análise a partir dos sujeitos destinatários da política de assistência social” (Anexos D e E).

Capítulo 4. Costurando narrativas sobre desigualdades e seus enfrentamentos

Neste capítulo, optamos por descrever os resultados em dois grandes eixos por compreender que as categorias estabelecidas (conforme a tabela em anexo) estão, fortemente, consubstanciadas. Assim, no primeiro tópico, traremos questões que envolvem a relação dos sujeitos com a política de assistência social: as percepções sobre ser “assistido(a)”, a noção de direitos x ajuda, os impactos nas condições de vida, a relação com o campo do trabalho, bem como as reproduções da lógica da focalização. No segundo tópico, iremos apresentar os resultados no que tange à compreensão dos(as) participantes sobre desigualdade social e pobreza, assim como as formas adotadas para o enfrentamento/resignação da realidade. Também, nesse eixo, serão abordados assuntos relativos à conjuntura política atual, ao lugar da religião e ao modo como projetam seu futuro e elaboram seus sonhos.

4.1. O sujeito na política e a política no sujeito: percepções e impactos da assistência social

Apresentaremos, inicialmente, como as(os) participantes de nossa pesquisa abordaram a importante discussão direcionada ao papel da política de assistência social, no que tange sua compreensão enquanto um direito ou uma benesse. Assim, ao indagar suas opiniões sobre tal política (e, em específico, o CRAS) na vida da população por ela atendida, o conceito de “ajuda” aparece logo de imediato na maioria das respostas.

Márcia, por exemplo, afirma: *“Ah, ajuda bastante (...) mas ajuda muito mesmo, quebra um galhão pra mim. Meu marido tá desempregado, eu faço bico... Ajuda muito”*. Para Luiz, a política de assistência social, também, se configura enquanto *“uma ajuda muito forte”*. Clara, nessa mesma direção, aponta que diante das despesas da casa, citando o aluguel como exemplo, a assistência social *“ajuda um tanto”*, na medida em que ela e seu marido possuem dois filhos e dificuldades no acesso ao trabalho. Camila, por sua vez, retrata sua situação antes de receber o PBF: *“não tava tendo dinheiro nenhum pra comprar nada, nada pros meus filhos”* e afirma,

a partir do programa, bem como da cesta básica recebida pelo PSA, que: *“tá me ajudando bastante, tô vendo evoluir, sabe? A gente tem que ver evoluir, né? E Deus tá me ajudando bastante mesmo”*.

A presença bastante forte do conceito de ajuda, ainda assim, não representa, necessariamente, uma oposição a noção de direitos. Clara, por exemplo, ao ser questionada sobre o que ela entendia da assistência social enquanto direito, demonstrou certa incompreensão na indagação e afirmou ser *“mais uma ajuda mesmo”*. No entanto, no decorrer da conversa, a perspectiva de direitos aparece, tímida e contraditoriamente, em sua fala: *“(…)Tá precisando... Antes pedir do que roubar, né. Antes correr atrás, se é direito, é direito. Se não é, não é.”*

Entre a ajuda e o direito, Ângela, assim como Clara, aponta, em seus relatos, a dualidade na compreensão da política de assistência social. Ao mesmo tempo em que opina ser *“pra um lado de grande ajuda”*, ela coloca: *“Tem gente que confunde o CRAS com a casa da mãe da gente (...) Não é. É um núcleo de assistência. Eu também não entendia no começo”*. Ângela relata, ainda, ser considerada *“vassourinha”* por outros *“usuários”*, tendo em vista que sempre recorre ao CRAS quando *“precisa”*, estando bastante presente no cotidiano do dispositivo:

“Não é que eu seja vassourinha, mas igual elas sempre me explicaram, é direito do cidadão. Elas falam ‘você pode chegar aqui e a gente pode te ajudar como pode não ajudar, mas você tem que vir procurar a gente’. Tendeu? E é o que eu faço. Eu preciso eu venho aqui.”

O conceito de *“ajuda”*, no entanto, predomina nos relatos, sendo materializado a partir da garantia mínima de meios para a subsistência, o que, mesmo limitado, gera impactos significativos frente às mazelas enfrentadas nas condições de vida. O reconhecimento do papel da política de assistência social não se resume em termos materiais, representando, também, um espaço de informação e de apoio afetivo e emocional, conforme exposto nos relatos a seguir:

“Então, eles tão sempre me ajudando, assim, eu nunca vejo um armário vazio, entendeu? Então do Bolsa Família (...) é o que eu pago meu gás, minha água, ponho algumas coisas na geladeira, o que der. Então, assim eu vou vivendo... Através da cesta eu vejo que meu armário não tá vazio e tenho onde por alimento na mesa pros meus filhos.” (Júlia)

“Agradeço muito, porque tipo assim, tem muitas coisas que eu, às vezes, a gente acha que sabe tudo e não sabe nada. (...) Esse tempo que eu tô correndo atrás aí por causa de um número só do documento, atrapalhou. (...) Igual elas falou assim, ‘o que nós puder te ajudar, nós vamo te ajudar’... (...) e elas sempre me dando apoio, conversando comigo... você fica mais tranquilo e vem trabalhando aos pouco, tendeu? (...) Eu fiquei 2 meses correndo, papel aqui, papel lá... Porque falta informação. Que hoje ela tá me dando tão mais fácil, coisa que já podia tá resolvido há muito tempo. Infelizmente, tô nessa guerra aí.” (Rodrigo)

Conforme descrevemos no capítulo metodológico, atualmente, Rodrigo busca “inclusão” no BPC e no PSA. Diante disso, ele expõe o que significaria receber os benefícios solicitados no CRAS:

“A dificuldade que eu tô passando hoje, tipo assim, se eu ganhar uma cesta básica ou o LOAS, vamos supor assim, se eu... Tô quase me transformando num, um catador de reciclagem, do jeito que as coisas lá vai, vou ter que fazer isso.”

Para Célia, o dinheiro recebido através do Bolsa Família contribui de diferentes formas, estando direcionadas às necessidades dos filhos e netos: *“Igual, pagar minha casa, um leite pro Davi, um sapato, uma coisa assim. Material de escola pra Laila. Ajuda muito. Salvou o ovinho da Páscoa deles esse ano”*. A assistência social, no entanto, não se resume a isso, conforme afirma: *“Igual aconteceu já comigo de eu vim aqui, tá triste, desabafar com ela e ela conversar*

e ajudar. Não tô falando só em matéria de comida. Às vezes um ombro amigo é bom, quando você precisa”. Célia aponta, assim, a importância do apoio do CRAS frente ao quadro de depressão que enfrenta:

“Ajuda tudo, né? Ajuda tudo. Às vezes você pensa coisa errada, igual, muitas vezes, eu já pensei em tirar minha vida, aí você lembra uma conversa com a pessoa que falou com você que você nem é parente, não é nada. Aí vem na cabeça: bem que o fulano falou, então, não vou fazer isso.”

Já Rosa e Joana, assim como Rodrigo, enfatiza o papel da assistência social enquanto um núcleo de informação. Rosa pontua: *“quando a gente é assistida daqui, a gente tem várias informações pra vida da gente sobre consciência negra, sobre várias coisas que eles colocam, a importância da mulher, a defesa da mulher (...)”*.

Joana, por sua vez, afirma: *“porque é igual a gente, que não tem muito essas coisas, não estuda assim, a gente que não é estudado e não tem muitas informações, que aí aqui consigo tirar minhas informações todas”*. Além disso, descreve como o PSA e o PBF contribuem para o seu sustento diário:

“A cesta básica já economiza muito. Aí quer dizer, se eu ia no mercado comprar o bruto, já não preciso comprar por uns quatro meses, que aí sobra mais pra comprar uma fruta, um pão, um biscoito, essas coisas assim (...) ajuda na alimentação, no calçado, pra pagar as contas que bate na porta, porque no meu caso eu só tenho a ajuda do Bolsa Família, então me ajuda muito colocar minhas contas em dia.”

Clara, por sua vez, retrata que a “ajuda” obtida no CRAS, através do Bolsa Família, contribui para que ela tenha uma certa autonomia, sobretudo, financeira em relação ao seu marido:

“(...) por exemplo, não tenho que pedir ele, né. Recebo aqui e vou fazer minhas comprinhas, faço as coisas. Até mesmo mês passado eu recebi uma cesta básica daqui, aí não precisou de comprar umas coisinhas que precisou, né. Precisou também não tá pedindo pra ele, né... pra poder conseguir, não precisou. Aí é uma ajuda boa, né.”

Ainda assim, diante dos limites dos programas e recursos socioassistenciais, o conceito de ajuda, por vezes, parece estar atrelado a sua insuficiência na efetiva mudança nas condições de vida. Assim, o PBF, o BPC (conhecido como “LOAS”) e o PSA (“cesta básica”), programas nos quais a maioria se insere (exceto Rodrigo, que os almeja), refletindo o seu caráter compensatório, são concebidos enquanto “complementos” (mínimos, mas importantes) na renda e no sustento da família.

Nas palavras de Clara, por exemplo, o benefício da assistência social: *“é pouco, a verdade é, mas tá ajudando. Antes pouco do que nada, né. Então tá ajudando”*. Ângela, também, demonstra o caráter mínimo da “ajuda” recebida ao expor sua condição quando ainda não recebia o PSA: *“Quando tava só o Bolsa Família, e era pouco na época, eu escolhia, ou eu pagava o aluguel ou eu comia. Ou eu comia ou eu pagava a luz, ou eu pagava a água”*.

Caminhando nesse mesmo sentido, Rodrigo pontua: *“Dá pra pessoa ir tocando o barquinho... Agora se a pessoa tiver pagando aluguel, pagando luz, pagando água, pagando gás, tem que comprar mantimento pros filhos, comprar leite, aí infelizmente não dá, não dá...”*. Vejamos, ainda, mais algumas falas que explicitam essa questão:

“E a Bolsa Família é uma coisa pra poder nos ajudar, não pra poder enriquecer a gente, porque ela não enriquece, ela só ajuda no complemento, comprar um uniforme pras crianças, um caderno, uma bolsa pras crianças, um biscoito que às vezes a gente não tem onde tirar e aí a gente vai lá no Bolsa Família, em vez de usar pra outras

coisas, a gente vai lá e compra o biscoito, compra manteiga, compra pãozinho deles, o leite deles”. (Rosa)

“O Bolsa Família ajuda a manter... porque eu faço biscate, igual mês retrasado, deu pra inteirar pra pagar os materiais deles todos, tanto pra um quanto pra outro, deu pra comprar, e juntando com um pouquinho do meu. Daí o biscate que eu faço eu pago aluguel, ou quando eu não tenho que comprar uma coisa assim, por exemplo, agora, às vezes eu compro uma coisa pra um, outro mês compro pra outro, entendeu? (...) Porque tirar R\$300 sem trabalhar como é que você vai fazer? Tem que trabalhar mesmo, né.”

(Luiz)

Márcia corrobora com Luiz ao afirmar que a assistência social: *“é uma ajuda, mas tem que correr atrás também. Às vezes quer comer uma verdura, uma carne, né, na cesta não vem isso”*. Célia relata, nesse mesmo sentido, fazer faxina para complementar a renda da família: *“Não fico prostrada recebendo só... Porque é muito pouco também”, “(...) não vou viver só daqui, e peço a Deus que um dia eu arrume um serviço melhor, né, que eu largue aqui, dou minha vez pra outra pessoa”*.

Joana afirma que no período em que estava trabalhando e participava do PBF, a renda recebida pelo programa *“ficava de reserva”*. Ela conta, ainda, ter ficado um ano sem receber a bolsa enquanto estava trabalhando, sendo que, atualmente, na condição de desempregada, sua única renda vem dele. Assim, ela considera o PBF um complemento: *“porque pode ser pouco, mas ajuda bastante. Não é pro resto da vida, mas naquele tempo que a gente recebe dá pra organizar muita coisa, pra que futuramente você não precisa passar aperto naquela mesma situação”*.

As falas de Joana e Célia evidenciam outro elemento importante percebido em grande parte das entrevistas: a assistência, através de seu caráter de ajuda, é vista como uma etapa

provisória em suas vidas. “(...) *Esse tempo é o que eu tenho pra dar uma guinada na vida*”. Nessa frase expressa por Ângela, está contido o seu real desejo: “*de tomar as rédeas da minha vida. Eu já tenho as rédeas da minha vida, mas eu digo voltar a trabalhar, tendeu? Ter a minha independência concretizada (...)*”.

Assim, Ângela corrobora com a percepção das demais participantes a respeito da transitoriedade da assistência social colocada, estando relacionada à busca pelo direito ao trabalho. Os trechos, a seguir, extraídos das conversas com Rosa e Camila expressam, também, dilemas percebidos entre a assistência e o trabalho:

“(...) Porque eu sou beneficiária da Bolsa Família, ganho um pouquinho, e o LOAS eu ganho um salário. Então, como que eu faço com um salário pra manter roupa, calçado, alimento, pra uma casa com 5 crianças pequenas? Até eu se tivesse uma oportunidade agora de trabalhar e dar um futuro melhor pros meus filhos, eu queria.” (Rosa)

“Eu faço uma faxina de vez em quando, tá me ajudando. (...) Porque eu consigo um emprego, ganho um salário e eles acham que a gente não precisa do Bolsa Família. Se eu ganho um dinheiro a mais, eles cortam o Bolsa Família.” (...) *“Tem gente que recebe Bolsa Família porque não consegue um emprego. Procura, procura, mas não acha. Tem pessoas que ganha Bolsa Família porque... Faz até faxina. Eu faço faxina, pra ajudar no meu sustento.”* (Camila)

Júlia, ao falar sobre sua vinda para Juiz de Fora motivada pela busca de emprego, retrata as dificuldades enfrentadas diante da responsabilização dos filhos, sobretudo, o que a acompanhou durante a entrevista:

“(...) o CRAS me ajuda. Mas, assim, porque eu vim pra trabalhar, eu gosto de trabalhar. Então às vezes eu fico chateada por causa disso, de não poder trabalhar por

causa dele... Igual meu ex-patrão me chamou de volta pra mim trabalhar na rodoviária, mas como é que eu vou deixar ele?"

Ângela, contudo, afirma perceber que muitos dos “usuários” se inserem na política na condição de desemprego, de modo a revertê-la com o tempo, conforme expresse abaixo:

“Elas deixam bem claro, que por mais que a gente receba a cesta, a gente tem que correr atrás. As pessoas tem que ter a noção de que tem que criar sua independência pra que esse benefício venha como uma ajuda, não como uma dependência”.

Na contramão do que ela afirma neste trecho, a assistência social e o trabalho são percebidos, no geral, por sua relação de oposição e não enquanto campos que deveriam se articular e se fortalecer na consolidação da rede de proteção social. Embora a inserção na assistência social seja considerada momentânea, a dificuldade de acesso ao campo do trabalho acarreta a necessidade de permanência na política. Nesse sentido, ao que parece, essa inserção não ocorre através da perspectiva de universalização, integralidade e participação social, mas por meio de uma certa dependência, sobretudo, econômica, tendo em vista a perpetuação das condições precárias de vida.

A própria Ângela, em sua entrevista, indica esse nível de dependência estabelecido: *“acaba que eu não tô trabalhando, aí acaba que período da cesta elas esperam ter, ai depois vão lá, reavaliam minha situação e me colocam de novo”.* Diferentemente do que havia exposto, anteriormente, ela demonstra como a realidade de desemprego atravessa sua relação com a assistência social:

“Mas aí conforme foi passando o tempo, muita gente perdeu o emprego. Eu sou prova viva disso. Eu recebia Bolsa Família, eu comecei a pegar o Bolsa Família pra complementar a minha renda. Hoje em dia o Bolsa Família é a minha renda.”

Joana, com seus 29 anos, fala de sua longa experiência no CRAS. Atualmente, como havia dito, se sustenta apenas com a renda do PBF, o que somado ao trecho seguinte, indica, também, depender da política em termos financeiros. O posterior relato de Júlia revela que ela partilha de uma condição bastante próxima às de Joana e Ângela:

“(...) Graças a Deus, igual agora, é minha última cesta, aí depois de um tempo eu volto de novo. Então é sempre correndo atrás dessas coisas. Porque eu pego a cesta desde quando eu dei entrada no meu Bolsa Família, com meus 18, daí eu pego um tempo, depois fico um tempo sem receber, aí depois eu corro atrás de novo, e mantendo também (...)” (Joana)

“(...) Porque igual, eu não trabalho, minha única renda é o Bolsa Família, que é R\$447. (...) Então eu acho que assim, me ajuda muito, mesmo assim, você tem o prazo de receber, entendeu? Elas sempre tão me ajudando, se puder me incluir de novo, elas me inclui. Então assim, eu não tenho o que reclamar, só agradecer mesmo o que elas fazem por mim, entendeu?” (Júlia)

Diante dessa (distorcida) relação estabelecida entre assistência social e trabalho, mesmo reconhecendo a importância da “ajuda” recebida, a política é, ainda, percebida por seu caráter focal e direcionado aos mais pobres, aos mais necessitados. “Ninguém tá aqui porque quer, é porque precisa”, manifestou Júlia.

Ângela, por sua vez, afirma: “Não desmerecendo a ajuda que eu tenho agora, mas eu poder deixar essa ajuda pra uma pessoa com mais necessidade do que eu estaria. Eu não vou mentir, eu tenho vontade de viver a vida”. Ela, de início, questionava sua inserção na assistência social por estar “tirando o lugar de outra pessoa”, na medida em que reconhece, no trabalho, a forma de garantir sua autonomia e independência: “Porque eu sempre trabalhei. Eu sempre

tive meu emprego. De tanto jogarem muita coisa na minha cara, eu sempre corri atrás sozinha. A maioria das coisas que eu tenho, eu consegui ali na marra, por mim, pra mim”.

Camila, também, pontua que sua inserção na assistência ocorre pelo fato de passar necessidade: *“acho, assim, que só vem quem precisa mesmo, porque eu acho que se eu tivesse uma condição boa eu não ia vim aqui não”.* Ela afirma que, embora goste muito das pessoas que trabalham no CRAS, consideraria injusto se participasse da assistência social diante de uma condição melhor de vida: *“porque que eu ia vim aqui tirar a vez de outro que tá precisando, tendeu?”*

Célia, ao explicitar, igualmente, essa questão, retrata (mais uma vez) a separação realizada entre assistência social e trabalho:

“Igual eu, eu tava recebendo o Bolsa Família na época e recebendo a cesta básica, aí arrumei um serviço, aí falei que tinha arrumado serviço, saí do Bolsa Família e saí da AMAC. Depois, agora que eu fiquei desempregada que eu corri atrás de novo. Então, quer dizer, dar lugar pra quem precisa.”

A focalização é percebida, também, em diferentes falas que contém denúncias àqueles que, de acordo com todas(os) as(os) entrevistadas(os), recebem os benefícios da política de assistência social sem, contudo, realmente necessitarem. As falas de Rodrigo abaixo são sugestivas, nesse sentido:

“Mas se for olhar pelo outro lado, tem muita gente que aproveita disso. Eu conheço lá no meu bairro mesmo que eu moro, tem. Tem, você vê mãe sarada, pai sarado, e eles ficam o mês todo, tendeu? Andando pra um lado pro outro.”

“Ajuda pras pessoas que necessita mesmo, e dá boa vida pra outras que tira proveito, vamos dizer assim, no caso. Tem horas que é bem distribuído e tem horas que é mal distribuído.”

Rosa não só entende que a política de assistência social se destina aos mais pobres, como, também, defende as práticas fiscalizatórias para garantir o uso considerado correto dos programas sociais.

“Aí eu acho que assim, a possibilidade deles pesquisar mais, seria melhor pras pessoas. (...) Ver assim, quem realmente precisa e quem realmente não precisa de ganhar a casa, né? Porque igual, tem uma pessoa que eu não vou citar o nome que é falta de ética, tem 3 casas, 3 moradias lá, de aluguel. Comprou 3 casas. Uma foi ganhada, mas aí comprou mais 2. Aí fica difícil pras pessoas que não tem onde morar, que não tem a condição nem como comprar uma casa. Porque nem emprego não tem, nem a moradia não tem. Aí fica muito difícil.”

Na entrevista de Clara, o discurso da focalização esteve, fortemente, presente do início ao fim. *“Sempre muito bom pras pessoas que realmente precisa, né. Quem não precisa... Tá aí tirando onda aí”*. Ela crítica a prática de pessoas que recebem cesta básica e a vende, o que, supostamente, não indicaria uma real condição de necessidade. Assim como Rosa, ela denuncia os considerados abusos na utilização dos programas e exige uma maior fiscalização por parte das profissionais:

“Tem gente que recebe, lá no meu bairro mesmo eu já vi, tem gente que recebe e não precisa, tem carrão, tem casa, tendeu? (...) Se tem isso tudo não precisa de vim aqui, entendeu? Não paga aluguel, não paga nada, não precisa de vim aqui.”

Júlia reafirma as colocações anteriores ao falar sobre conhecidos que recebem o PBF: *“muita gente do meu bairro que não precisa, tem carro, tem moto e recebe”*. A mesma indignação está contida na conversa com Camila, conforme exposto nesse trecho:

“Ah, tem muita gente que tem a mais que eu lá, porque eu tô lá no Minha Casa, Minha Vida, e eu vejo que tem pessoas lá que não precisava ganhar aquela casa (...) E recebe

Bolsa Família, tem uma casa maravilhosa. Mas não é porque eles querem ter uma casa maravilhosa, é que eles tinham dinheiro e não precisava ganhar aquela casa. (...) Acho que o Minha Casa, Minha Vida, tinha que ser pra quem não tem dinheiro, pra que não consegue fazer nada mesmo. Muitas pessoas ali tem a casa e não precisava ganhar, tendeu? (...) Ai lá perto da minha casa, tem um moço que tem 3 casas lá.”

A seguinte fala de Ângela exemplifica, ainda, como a reprodução do discurso focalizatório da política está relacionada ao modo como compreendem a desigualdade e a pobreza (o que veremos no segundo eixo de apresentação dos resultados e na posterior discussão):

“E muitas dessas pessoas que não são pobres às vezes pega cesta. Igual, tinha... Porque hoje em dia não tem mais, porque ela não pega mais, porque ameaçaram ela de denunciar ela aqui. Mas tinha uma senhora que pegava a cesta aqui e vendia pra dinheiro pra comprar cerveja. Ela não é pobre.”

Ainda que a assistência seja direcionada aos pobres, necessitados e carentes, essa posição parece, por vezes, ser rejeitada por aqueles(as) que participaram de nossa pesquisa. Ângela, ao contar sobre sua trajetória na prostituição e o papel do CRAS em sua vida, reflete sobre essa questão:

“Se hoje em dia, sinceramente, se não fosse essa ajuda do CRAS aqui, a gente estaria passando necessidade. Mas quando eu digo necessidade eu digo não ter o que comer mesmo. Eu me veria de novo tendo que sair de madrugada, sabe? E eu me sinto depois muito mal com isso.”

Assim, ao exporem o que representa estar na condição de assistido, diferentes sentimentos são relatados em suas falas. No geral, humilhação e vergonha não estão presentes, ainda que alguns confessem terem tido um receio inicial para procurar o CRAS. Além disso,

reconhecem que a vergonha - por motivo de “orgulho” - está presente no outro (vizinhos, “usuários” da política; os pobres e necessitados). Nesse sentido, vejamos o que cada um(a) dos(as) participantes afirma sobre ser um(a) “assistido(a)”:

“Ah, pra mim? Pra mim, foi muito importante porque eu já tive dois AVC e, assim, encontrei um apoio que eu não encontrei na minha família. Foi um processo muito lindo de viver porque eles me acolheram, como, tipo... Eu ser filha deles e eles ser minha mãe.” (Rosa)

“Ah... Pra falar a verdade... É muito bom, né. Porque tem gente também que precisa, realmente precisa, e tem vergonha de vim aí, de pedir, tem orgulho, né. No meu caso assim, já não tenho orgulho. (...) Porque tem gente que pensa assim, né, mas assim, né, porque não tem motivo, fala assim: ‘ah não, vou lá me rebaixar, não sei o quê’. Por aí, né. Aí pega e não vem.” (Clara)

Para Rodrigo, estar na condição de assistido representa um ponto de apoio e direcionamento em sua vida: *“Abre campo pra gente e dá mais coragem pra gente. (...) Quando você não tem uma pessoa que te apoia, que te dá uma visão da coisa certa, você fica sem rumo. Ainda assim, confessou que o sentimento de vergonha esteve presente antes de procurar o CRAS:*

“(...) eu tinha um pouquinho. (...) Po, ficar pedindo as coisas? Po, não tem uma cesta básica? Poxa, não tem uma roupa aí? Eu sempre pensei que não, se Deus quiser eu não vou precisar disso. Hoje não, hoje... Igual eu acabei de falar, se eu não tivesse esse apoio, eu não seria o que eu sou hoje, tendeu? Hoje eu poderia ser um mendigo, uma coisa qualquer, mas como eu não deixei a peteca cair, e tipo assim, eu consegui passar por cima do meu orgulho.”

Sobre ser uma assistida, Joana pontua: *“me sinto mais, sei lá, tipo protegida”*, na medida em que tal condição a permite obter auxílios em diferentes frentes quando necessita. Ângela, por sua vez, afirma ser *“um pouco reconfortante”* devido à *“abordagem”* através da qual é atendida no CRAS, já que, em sua trajetória, passa por inúmeros preconceitos, situação não enfrentada no dispositivo onde está referenciada: *“(…) Eu não vou mentir pra você, eu não sou bem quista por muita gente, pelo fato de eu assumir a minha liberdade de expressão e assumir minha independência”*.

Assim como Rodrigo, Ângela manifestou sua resistência e orgulho inicial em procurar o CRAS: *“(…)Só que, às vezes, sozinha não dá. Aí vem a questão da ajuda. E eu era muito orgulhosa, tipo assim, pra elas me convencerem a aceitar foi um custo”*. No desenrolar da conversa, Ângela relata a seguinte situação de uma vizinha que recebe cesta básica pelo PSA:

“(…) tem uma conhecida que vem aqui, que ela traz um monte de sacola do ‘Pais e Filhos’, chega lá em cima falando que recebeu. Aí eu ponho a mão no rosto e fico olhando pra cara dela, porque ela tava sentada do meu lado hoje. (...) aí coloca num monte de sacola de mercado e chega no bairro falando que fez compra. Ou, então, ela tava mandando outra pessoa no lugar dela pra ninguém saber que ela tava pegando (...) Eu não acho vergonha.”

A primeira reação de Luiz diante do CRAS, também, foi de hesito:

“Até no início eu fiquei meio assim, aí falei ‘poxa...’, ainda mais que você vê só mulher vindo aqui. Aí falei, ‘e agora, o que que eu vou fazer?’ (...) “No começo fiquei meio incomodado, todo mundo tá indo de sapato, você tá vindo de chinelo...”

Segundo Luiz, sua desconfiança e dúvidas diante de algo com o qual nunca teve *“essa prática de mexer”* foram, assim, sendo superadas a partir do tratamento recebido das(os) profissionais do CRAS: *“Aí foi totalmente o contrário, só conversar, aí a gente sai um*

pouquinho mais alegre, mais cabeça, porque a gente conversa, mas com a pessoa mais experiente nisso tudo conversa com ele, acho que vai indo mais pra frente, entendeu?”

Já Camila, por exemplo, considera “*pobre de espírito*” pessoas que, segundo ela: “*tá vendo que a vida tá difícil e não quer procurar ninguém, não quer procurar uma ajuda (...) tá vendo que não tem nada, mas tem vergonha vir aqui*” - se referindo ao CRAS. Em sua opinião sobre ser uma assistida, afirmou significar “*muita coisa*” em sua vida, tendo em vista a ajuda que recebe sempre quando precisa. “*Tudo é excelente aqui. A forma que eles me atendem ali na frente, aqui dentro*”. E, assim, complementa: “*pra mim, não é vergonha nenhuma vim aqui e pedir a cesta. Isso porque todo mundo passa momentos ruins. (...) Não tenho vergonha nenhuma. Nenhuma*”.

Márcia, Júlia e Célia, em suas respectivas falas, também, negam o sentimento de vergonha perante a condição de assistida. Enquanto, para Márcia, “*vergonha é roubar*”, Júlia afirma: “*porque é melhor eu pedir do que deixar meus filhos passando fome. Ou ter que me prostituir, alguma coisa. Então, se eles tão aqui pra ajudar, eu não tenho vergonha de pedir*”.

“*Não, eu não tenho um pingão de vergonha. Não tenho não. (...) Não, eu conheço muitas pessoas que são assim. Conheço muita. Eu me orgulho*”. A partir dessa afirmação, Célia acha que uma pessoa que está precisando dos benefícios da assistência social e, ainda assim, não recorre à política por conta da vergonha “*é pessoa metida a besta, né? (...) Porque se a pessoa tá precisando...*”.

Além do orgulho manifestado (não mais no sentido pejorativo, como colocado por outros(as) participantes), Célia afirma que, diante da escassez de recursos e a dificuldade em acessar os programas da assistência social, ser uma assistida representa uma posição de privilégio: “*Ah, sou privilegiada. (...) É, ué, porque muita gente, às vezes, tenta e não consegue,*

né?”. Márcia expressa a mesma opinião de Célia: *“Privilegiada. Tem muita gente que não consegue, que vem aqui e não consegue”*.

Júlia, em relação a sua condição de assistida, pontua: *“Ah, pra mim é o maior prazer”*. Ela e Célia, contudo, relatam já terem sido questionadas por sua inserção na política de assistência social. *“Já falaram: ‘que isso, você tem coragem? Eu tenho vergonha de sair de lá com uma cesta básica, principalmente, transparente’. Eu não tenho vergonha, porque eu não tô roubando, tô pedindo”*, relata Célia. Júlia expõe a situação que vivenciou no trecho a seguir:

“Não, muita gente fala ‘ah, não sei o quê, tá buscando cesta básica’. Eu falo que eu busco, porque eu não trabalho, então, prefiro eu matar a fome dos meus filhos dentro de casa do que ter que bater de porta em porta pra pedir um prato de comida. Se eles tão lá (...) vão na minha casa, me procuram, faz acompanhamento, entendeu? Então, por mim, pode falar que eu não me sinto envergonhada não.”

A maneira como compreendem, se relacionam e se posicionam perante a política de assistência social e, mais especificamente o CRAS, parece estar muito vinculada à relação direta estabelecida com as profissionais do equipamento. Em diferentes falas (algumas, aqui, já expostas), o tratamento recebido é retribuído com sentimentos de gratidão, o que, de certa forma, pode refletir a dificuldade de elaborar críticas e sugestões para a política.

Dessa forma, quando questionadas(os) a respeito de melhorias na política, observamos a predominância de percepções oriundas e limitadas na atuação profissional. Clara, por exemplo, afirma: *“(...)eu vejo que não tem nada pra melhorar não. Porque eu precisei e fui bem tratada aqui dentro”*. Rosa, também, teve dificuldades em apontar avanços para o CRAS: *“porque o atendimento deles é nota 10”*, afirmou ela, embora considere importante investir nas palestras (o que, possivelmente, diz respeito aos grupos desenvolvidos no PSA).

Assim, para Rosa, o CRAS “*não fechando já é uma benção*”. Célia concorda com Rosa e Clara ao elogiar a AMAC pela ajuda que recebe: “*Por tanto que eu precisei pedir ajuda de novo. Sou muito bem feliz, bem satisfeita. Nunca me trataram mal, nunca me falaram ‘não’, então não tenho de reclamar*”. Outros dois relatos caminham no mesmo sentido:

“Não, não precisa melhorar nada não. (...) Todo mundo aqui é maravilhoso. (...) Eles atendem a gente muito bem, nunca fui maltratada por ninguém aqui. Acho que tá maravilhoso o CRAS desse jeito aqui, não precisa nem tirar, nem mudar ninguém.”

(Camila)

“Ah, eu não tenho nada do que reclamar não. Acho que eles faz o trabalho deles muito bem, eu assim, não tenho nada que questionar não. (...) Como é que eu vou falar? Eles são bem atenciosos, dá bastante atenção. Não discrimina, não é de ignorar, então, eu não tenho o que reclamar dessa questão, eu acho que do jeito que tá... só continuar.”

(Joana)

Márcia demonstra, também, não ter reclamações direcionadas ao CRAS, diante da afirmativa: “*Uai, tudo que a gente precisa, a gente corre aqui pra (...)*” (citando o nome de uma profissional). Quando indagada se haveria algo em que a assistência social poderia melhorar, afirmou: “*Não. Eu gosto do atendimento dela*”. Ao ser questionada sobre a política para além da atuação das profissionais, disse: “*Ah, o governo podia ajudar mais um pouco mesmo, pra mais gente poder ser ajudada. Porque eles não pode ajudar todo mundo, né?*”.

Ângela, em diferentes momentos de nossa longa conversa, retrata sua gratidão às profissionais pela “ajuda” sempre disponibilizada, conforme exemplificado no trecho a seguir:

“No primeiro instante que eu acho que eu conseguir dar a volta pra cima, eu vou ter o prazer de vir aqui dar um abraço muito forte nelas e agradecer, porque eu sou grata a elas pro resto da minha vida. Sou mesmo, do fundo do meu coração.”

Assim, ela faz críticas à burocracia que atravessa e cria obstáculos para a atuação dos profissionais do CRAS: *“Porque tem muita coisa que elas queriam fazer por mim e não conseguem fazer por causa da burocracia que vem atrás. Porque de trás dessa folha tem essa, tem essa, tem essa”*.

Júlia, Rodrigo e Luiz, assim como Márcia, apontam para a necessidade de um maior amparo do governo para a política de assistência social e a atuação profissional, conforme expressam, respectivamente, os seguintes trechos:

“Ah, não sei nem como melhorar, porque toda vez que eu venho aqui, eu sou tão bem atendida, entendeu? Então eu não sei assim, eu acho que, sei lá, o governo que tem que ajudar eles, pra eles poderem estar ajudando outras pessoas. Pra eles, a hora que você precisa, você chega aqui e eles te atendem. Eu sou muito bem atendida.” (Júlia)

“Os grandão dando apoio pra eles. O presidente, outros órgãos mais acima do órgão aqui, dá mais facilidade pra eles chegar no objetivo, tendeu? Porque mesmo que vocês tem força de vontade, sabe onde ir, se pode chegar num grandão pra liberar mais fácil, igualava mais coisa pra todo mundo. (...). Não adianta vocês vir, dar uma capacidade pra gente, dá uma força pra gente, dá... Como fala? É... Dá uma força pra gente e chega lá na frente e agarrar por causa de outro órgão maior.” (Rodrigo)

“Ah... Eu, por mim, tô satisfeito. (...) Acho que poderia melhorar mais se desse mais atenção pra eles, os grandão, né, pra eles ter mais, né?”. Essa fala tímida de Luiz em relação aos governos e aos políticos, chamados de “grandão”, parece refletir uma baixa compreensão a respeito da estruturação da política e dos programas sociais. Quando questionado a quem,

exatamente, ele se referia, as dúvidas surgiram: *“Daqui, das pessoas, eles são empregados também não são? (...) São empregados. Elas trabalham, acima deles tem alguém que manda neles”*. Após ser explicitado o papel do governo, ele disse:

“O governo. Podia olhar um pouco mais pra eles, né? A mesma coisa com os professores, ou os médico. Umas coisas tão útil pra gente. Os lixeiros... Não são útil pra gente? (...) Então, eu acho que assim, aqui, na base aqui, não tem nada pra reclamar não, pra assim, melhorar... Acho que o que eles tão fazendo já tá justo demais, só de ouvir a gente aqui e poder encaminhar pro que a gente tá precisando, já tá bom demais. Tem muita gente desorientada sem saber o que fazer.”

Ao perguntar sua opinião a respeito do que poderia ser feito para que o governo atendesse mais ao CRAS, aos profissionais e “usuários”, Luiz afirmou: *“É, essa base, eu não tenho muito o que te falar não, daí já não (...) Essa área aí... Não consigo. Essa área eu tenho dificuldade. Nem sei como é.”*

Nesse sentido, Ângela, ao falar sobre a atuação das profissionais, chega a citar o descaso do governo, bem como relata perceber uma baixa participação social dos “usuários” na política:

“Acho que é um respaldo que o governo não dá pra gente, é o que elas tem como passar. Porque querendo ou não tem gente que ‘ah, a cesta não chegou’, cai todo mundo em cima delas, mas ninguém sabe o que é que tá acontecendo aqui. Igual eu vejo, igual eu tava falando, eu vejo direto elas vestindo a camisa e indo lá. Eu fui uma vez porque foi num horário que deu pra mim ir, mas eu particularmente, de todas as pessoas que eu vejo aqui na reunião, que eu vejo vindo aqui pedir cesta, eu nunca vi uma delas participando daquela reunião da Câmara.”

Quando questionada sobre o que seria essa reunião, Ângela não soube bem explicar, mas tudo indica estar se referindo a audiências públicas com pautas que perpassam a política de assistência social:

“É uma reunião acho que aberta ao público, não sei (...) Já teve umas duas ou três que ela perguntou se o pessoal podia ir, eu sem condição de ir. Mas hoje em dia passa na televisão. Que eu tenho conversor até, passa na televisão, eu fui assistir, sabe? Eu posso não ser estudada, mas sempre tento me manter integrada, e eu acho, eu particularmente acho um absurdo as pessoas cobrarem sem saber do dever. Tudo bem, é direito da pessoa receber a cesta, é direito, mas ela tem o dever de comparecer.”

No próximo tópico, ao apresentar as opiniões e compreensões dos(as) participantes a respeito da desigualdade social e da pobreza, iremos demonstrar como as(os) “assistidas(os)” enxergam (ou não) as possibilidades de enfrentar as dificuldades e as injustiças percebidas diante da realidade.

4.2. (In)Compreensões sobre desigualdade social e pobreza: formas de ser, agir e sonhar

No que tange à compreensão da desigualdade social no Brasil, opiniões comuns e distintas vieram à tona nas entrevistas. Enquanto, para alguns, as dúvidas emergiram como reação inicial, outros apontaram para diferentes âmbitos a partir dos quais se expressa a desigualdade em nossa realidade: raça, moradia, posse de bens materiais e acesso ao trabalho foram algumas das dimensões que surgiram nas entrevistas.

Camila, por exemplo, ao refletir sobre as dificuldades, por ela, enfrentadas diante da escassez de recursos, afirmou: *“Tem bastante, né? Uns tem muito, outros tem menos, outros não tem nada. É complicado. (...) Pra uns o boi dá leite, pra outros parece que nem a vaca quer dar”*. Conforme exposto no tópico anterior, ela reside em um conjunto habitacional do Programa “Minha Casa, Minha Vida” e, com isso, pode traduzir a desigualdade percebida em

seu dia a dia a partir da seguinte colocação: “*eu vejo que tem pessoas lá que não precisava ganhar aquela casa e tem pessoas que precisavam ganhar*”.

Clara, também, percebe a desigualdade nessa perspectiva: “*Alguns tem até demais, né, outros nada tem*”; e acrescenta: “*Ou tem e não sabe administrar aquele pouquinho que tem, né. Ai... Ai o Brasil fica como tá, né (...)* *E o que tem fica esbanjando também*”. Júlia corrobora com estas falas ao considerar errada essa realidade desigual em que “*alguns tem muito e outros tem muito pouco*”. Para ela, deveria existir uma maior igualdade de direitos, “*tanto pra negro, quanto pra branco, quanto pra rico, quanto pra pobre*”.

Já Joana considera que o fato de haver uma desigualdade “*muito grande*” está relacionado à “*forma de vida*” que uma pessoa leva, bem como ao seu poder aquisitivo, complementando: “*se a sua casa é boa ou não, se você se veste bem ou não. Você pode não ter dinheiro, mas se tem a aparência boa, pra eles a aparência é que conta*”. Ao falar sobre “eles”, Joana diz se referir à “*sociedade no geral, a maioria*”, e aponta estar atravessada por essa realidade: “*porque a gente é julgado pela aparência, eu mesmo sofro isso (...) porque questão de serviço, essas coisas tudo, a gente é muito discriminado*”.

Rosa, por sua vez, opina que não deveria haver desigualdade no país, mas reconhece sua existência, na medida em que, segundo ela: “*tem muita pessoa ainda nesse mundo que não consegue serviço, não consegue uma moradia*”. Assim, ela pontua: “*nós tem que fazer o possível pra nós poder melhorar. Ser uma pessoa melhor. O Brasil tem uma capacidade incrível de ser melhor, mas ainda não faz nada pra tá melhorando*”.

Luiz e Márcia, no entanto, demonstraram dúvidas diante do questionamento feito. “*Desigualdade como assim?*”, perguntou, inicialmente, a entrevistada para, depois, manifestar sua indignação frente as desigualdades de gênero e de classe existentes: “*Ah, desigualdade, do*

homem e da mulher. Igual, agora, pobre, né, não tá aumentando mais o salário... Mas olha o salário deles e olha o nosso, muita desigualdade”.

Nesse mesmo sentido, indagou Luiz: *“Desigualdade, esses negócio de racismo e essas coisas? O que que é desigualdade?”*. Após receber uma breve (tentativa de) explicação, nos deu a sua opinião: *“(...) muita gente que tem, que pensa em si só, se ajudasse um pouco... E, nossa, muita gente não ia precisar nem dormir na rua ainda”*. Embora Luiz perceba o racismo enquanto uma forte expressão da desigualdade brasileira, ele, que se considera *“escuro”*, afirmou nunca ter passado por algum tipo de discriminação racial: *“Não posso mentir não, essa parte aí não”*.

A respeito da desigualdade social, Rodrigo nos devolveu a pergunta: *“Aí eu te pergunto assim... Bom, em qual parte? Sobre cor, sobre financeiro ou moradia?”*. Essas três dimensões revelam como Rodrigo percebe as relações desiguais em seu dia a dia, conforme relata: *“que nós hoje da minha cor escura (...) se eu passar ali agora e acontecer um, qualquer tipo de problema, passar um branco correndo e o preto tiver o contrário, a gente escura pega o fardo”*. Ele nos conta, ainda, perceber a desigualdade em termos de moradia a partir da divisão geoespacial e territorial da cidade, na medida em que há uma relação de *“superioridade”* a depender da região onde a pessoa reside:

“(...) Porque Monte Castelo, pra lá pro lado das casinhas, pro Parque das Águas, que eles fala que é a turma dos favelados... Quem mora aqui em Santa Terezinha é as pessoas superior que mora melhor (...) Já trabalhei muito rodando a cidade, então, vejo desigualdade sim.”

E, assim, concluiu: *“Então a desigualdade tá aí: no bolso, na cor, na roupa, na casa. Essa é a divisão que eu percebo”*. Além disso, Rodrigo reconhece a desigualdade social na forma como as pessoas agem e reforçam práticas discriminatórias, afirmando que as pessoas

“*humildes*”, como ele, não diferem no tratamento dado aos demais, independentemente da posição social que o outro ocupa. Ao refletir sobre seu modo de vida e o de seu patrão, Rodrigo consegue, ainda, perceber determinadas diferenças: “*no caso, pra ele é tudo fácil (...) Então, quer dizer assim, no caso, ele pode comprar, e eu não, eu vou ganhar. Então a diferença é essa, que ele pode pagar e eu não*”.

A reação inicial de Célia a nossa pergunta, também, conteve dúvidas: “*Ah, assim, qual a minha opinião? Assim, de racismo, essas coisas assim?*”. Coadunando com Rodrigo, Célia considera que a desigualdade social reflete a ignorância de pessoas que reproduzem preconceitos na sociedade: “*(...) Gente ignorante, né? Porque eu acho assim, preto, quando morrer, branco, vai tudo pro mesmo buraco. Tudo que você faz, eu faço, o outro faz*”. Ela descreve, como exemplo, o processo de discriminação e culpabilização da população em situação de rua: “*desfazer das pessoas que moram na rua, né, existe muito isso. Porque não sabe porque que tá ali*”.

Diante disso, ela cita o caso de seu falecido marido, que se tornou usuário de crack e esteve em situação de rua, segundo ela, devido à trajetória de maus tratos e abandono familiar na adolescência. “*Então meu modo de pensar é esse, porque muitos tão na rua assim por causa disso, por falta de um carinho, de uma atenção ou houve alguma coisa. (...) Cada um tem sua história, né?! Porque tá ali*”. Assim, Célia, enquanto portadora de HIV, relata sentir na pele o preconceito destilado pela ignorância de alguns: “*Igual o meu caso, nem pra todo mundo eu falo que eu sou soropositivo*”.

Rosa, por sua vez, fala sobre como a desigualdade social afeta o seu dia a dia comentando sobre um de seus filhos, que, em suas palavras, “*foi preso por causa de droga, mas saiu e teve muito preconceito*”. Ela relata, a partir de sua experiência, as debilidades do sistema carcerário no que tange à “*reinserção social*” dos detentos, criticando o desamparo do governo ao não possibilitar melhores condições de trabalho, de moradia e de vida após o cumprimento

da pena. “(...) porque quando a gente vai visitar, a gente vê que não é nada bom, e em vez da pessoa querer ser alguém da vida, não tem um apoio... Ai acaba voltando pra mesma forma que entrou”. Além disso, Rosa consegue perceber a desigualdade social a partir de suas condições reais e escassas de vida, exemplificando a partir da seguinte situação: “meus filhos chora pra poder ter alguma coisa (...) que eu não posso dar, né?!”.

Ângela, nesse sentido, traz relatos do seu cotidiano e de sua trajetória para demonstrar como se expressa a desigualdade considerada “imensa” em nossa realidade: “(...) a questão do preconceito pelo fato de eu ser mãe solteira, tendeu? É... O fato da minha homossexualidade (...) Acho que uma ou duas situações pelo fato de eu ser negra”.

Ao longo de toda sua entrevista, Ângela retrata as dificuldades e preconceitos enfrentados em diferentes âmbitos, como no campo do trabalho e na própria família, atravessados pelo fato de se assumir lésbica, ser mulher, negra e independente e por não se preocupar em construir uma “família tradicional”. Além disso, ela relata perceber a desigualdade social em sua comunidade diante do descaso do poder público, tendo em vista as dificuldades de acesso ao transporte público, ao saneamento básico, a falta de segurança e o uso de drogas no bairro. Ela é moradora do Dom Bosco e demonstra, ainda, situações vivenciadas diante da construção/invasão do hospital privado na região: “O Monte Sinai meteu uma faixa lá, estacionou um monte de carro ali. Tipo, pro ônibus descer lá é uma aleluia”.

Márcia, no entanto, mesmo reconhecendo (a partir da dúvida inicial) a desigualdade diante da existência de preconceitos e injustiças em nosso país, considera não perceber nem vivenciar situações semelhantes em seu cotidiano. “Não, nunca passei não, graças a Deus (...) Meu bairro é muito bom, graças a Deus. (...) É, sem violência. Lá é tranquilo”. Por outro lado, Júlia descreve seu bairro a partir da discrepância nas condições de vida percebida entre os moradores:

“(...)porque tem muito luxo. Você vê, eu moro num cômodo com banheiro, com 5 crianças. Você passa na frente da casa deles e você vê as mansão, os carro na porta, moto, entendeu? Os filhos tudo estudando em faculdade, escola particular... E meus filho tudo estuda em escola pública. Entendeu? Assim, às vezes me vê chegando com cesta, mas eu não ligo também pro que falam.”

“Eles”, expresso na fala de Júlia, está direcionado aos “ricos” que convivem junto a ela no mesmo bairro. Ela, portanto, sugere ser discriminada por sua condição de assistida, mas parece entender que o problema está na desigualdade e no preconceito do outro: *“Porque eu moro num bairro onde tem muita gente rica, mas ninguém pensa em te ajudar (...) se cada um tirasse um pouco... tipo, vamos fazer uma cesta pra cada mês ajudar uma pessoa que tem necessidade no bairro”*.

Adentrando, assim, no entendimento do conceito de pobreza e riqueza, os(as) entrevistados(as) apontaram para diferentes perspectivas. Ainda na conversa com Júlia, ao pedir que descrevesse uma pessoa rica, sua fala esteve, novamente, direcionada ao seu bairro: *“Ah, igual tem lá perto de casa, casa muito boa, carro do ano... Tem duas, três motos, dois, três carros na garagem, tendeu? Todos eles são odontológicos...”*. A respeito de uma pessoa pobre, ela questionou: *“Uma pessoa bem pobre mesmo?”*. Tal pergunta/resposta já indicava a sua percepção sobre a pobreza, condição a qual, aparentemente, nega pertencer:

“Ah, essas pessoas que mora debaixo de um viaduto, que não tem o que comer mesmo. Você abre a lata e não tem o que por na mesa, não tem, sei lá, não tem uma rede de esgoto dentro de casa, não tem uma água, uma luz direito, tendeu? Graças a Deus, por isso eu não passo, mas eu vejo pessoas piores do que eu, entendeu?”

Rosa, assim como Júlia, compreende que uma pessoa rica é aquela que *“tem carro, tem moto, tem aonde dormir, tem uma caminha quente, um cobertor quente. Tem uma coisa que a*

gente não tem. Tem alimento a hora que precisa, tem dinheiro pra comprar a hora que precisa”, conforme pontua. Apesar de se perceber numa posição oposta à de uma pessoa rica, Rosa considera que saiu da condição de pobreza a partir de sua inserção no CRAS, conforme sugere o seguinte relato:

“Misericórdia! Ah, é... Uma pessoa pobre? Eu vou me colocar antes de eu conhecer o CRAS, eu tinha que catar papel, às vezes eu não tinha carrinho, não tinha nada, às vezes eu tinha que dar água de fubá pros meus filhos sem óleo, sem nada pra comer. Então, eu vou descrever esse meu caso. Realmente, eu fui uma pessoa pobre. Às vezes, eu dormia até com a minha filha debaixo de marquise.”

Clara corrobora com a ideia de que rico é quem “*tem de tudo*”, enquanto o pobre é descrito por ser aquele que “*não tem condição*”, que paga suas contas, aluguel e garante suas necessidades básicas, “*(...)tudo ali com dificuldade, ganha seu salário, com dificuldade*”. Num momento anterior da entrevista, ao falar sobre como percebe a desigualdade em sua vida cotidiana, Clara relatou enfrentar, exatamente, a condição que ela caracteriza enquanto pobreza, ainda que não tenha afirmado, abertamente, ser uma pessoa pobre. Ela percebe, ainda, a desigualdade ao comparar a sua condição de vida com a do patrão de seu marido, conforme aponta no trecho abaixo:

“Porque o patrão do meu marido, ele tem carro, tem dois carros, tem uma moto, uma casa com piscina. E o que a gente tem? A gente paga aluguel. Tem duas crianças, ele desempregou meu marido (...) Tem gente que ganha, mas é mão fechada, né... eles só quer pra eles, o nosso mesmo, nada... Infelizmente, a vida é assim. Não só com ele, com todo mundo. É assim.”

Ao expor sua descrição de pobreza e riqueza, Ângela afirma considerar uma pessoa pobre aquela que possui a insuficiência de recursos para garantir o seu sustento, o que não se

limita ao aspecto da renda, na medida em que, conforme afirma, *“a pessoa pode ter a renda, mas não tem como se manter com aquela renda”*. Ao exemplificar sua opinião a partir da situação de sua vizinha, Ângela, assim como Rosa e Júlia, parece não considerar sua inserção na pobreza: *“(...) tipo, uma senhora que morava do lado da casa dela, numa casinha caindo, tadinha, que não tem condição de vir de lá até aqui pra conseguir uma cesta. Essa sim é pobre”*. Ainda assim, descreve: *“Uma pessoa rica... Ganhando mais que eu”*.

Em outra passagem, ainda refletindo a forma como percebe sua posição na sociedade de classes, Ângela comenta sobre a vida da população pobre a partir das dificuldades percebidas na rotina sobrecarregada de um trabalhador do transporte público, conforme o seguinte relato: *“(...) porque querendo ou não ele é um trabalhador assim como eu já fui. Então, todo e qualquer tipo de humilhação que você pode imaginar, a pessoa passa. Ah, porque pobre é tudo sem educação. Não, pobre é sobrecarregado”*.

Já nas palavras de Márcia, uma pessoa pobre é aquela *“que passa necessidade, né, não tem uma renda... Tipo uma mãe solteira que não tem um marido pra ajudar, aí é difícil”*. Para ela, ser rico significa *“ganhar bem”* e cita, como exemplo, a condição de vida do presidente e da categoria profissional médica. Luiz, por sua vez, afirma: *“Pessoa pobre? Necessitada. Que não tem onde morar ou tendo que se humilhar, pedir pra comer, chega a dormir no banco de praça. É isso aí. Pobre eu considero isso”*; ao passo em que, um sujeito rico, para ele, é aquele que *“não pensa no amanhã”* e *“tem a postura dele, né. Num estalo tá tudo ali”*.

Luiz considera que parte da população pobre está nessa condição por *“sem vergonhice”* e por não saber administrar o pouco que tem: *“tem uns que bate a cabeça porque querem”*, afirmou. Diante de sua colocação, se reconhece enquanto um pobre *“ciente”*, tendo em vista que a atual condição precária de vida que enfrenta tem raiz em uma longa trajetória de dificuldades: *“minha vida foi muito assim, nossa, foi muito prejudicada”*. No entanto, ao ser questionado do porquê ele considera ter passado pelas situações e dificuldades relatadas, Luiz

foi bastante enfático: *“Destino de Deus. Ninguém pede pra ser pobre, nem ser rico ou milionário. Então, é pelo que Deus falou. Isso aí a gente não pode fazer nada”*.

Para Célia, uma pessoa pobre pode ser considerada aquela *“que não tem nem o que comer”*, embora considere que, diante das possibilidades ofertadas, seja com a ajuda do CRAS ou em termos de emprego, é difícil uma pessoa ficar, totalmente, isenta de recursos: *“porque só se você não correr atrás você não tem mesmo (...) tem muita gente que gosta de ganhar, mas não quer correr atrás”*, declarou. Ela entende, por outro lado, que a riqueza não se limita aos bens materiais que uma pessoa possui, estando relacionada, também, à forma como os recursos são administrados: *“(...) varia, tem uns que gasta demais, tem uns que gasta de menos. Pobre não, pobre não tem esse negócio de miséria não, se tiver um dinheirinho já vai lá e gasta tudo no mesmo dia”*.

Camila e Joana concordam que a pobreza extrapola a dimensão material da vida, estando atreladas, ainda, ao plano espiritual. *“Tem pessoas pobre, igual eu, que sou pobre só de coisa, porque eu sou rica porque tenho Jesus na minha vida”*, declarou Camila. Ela se diz grata a Deus por ter uma casa, o PBF e uma cesta básica e complementa: *“mas tem pessoas que não ganham nada disso. As pessoas que é pobre, mas pobre mesmo, até pobre de espírito (...) porque não tem Deus, não procura religião, não tem nada”*. Assim, para Camila, a maior manifestação da pobreza está naquelas pessoas que não buscam auxílio diante da necessidade - *“então fica aí dependendo dos outros”* -, ao passo em que afirma: *“uma pessoa rica é aquela que não precisa de nada de ninguém (...) não precisa fazer Bolsa Família, nada. Não precisa correr atrás de cesta, sabe? É isso aí, uma pessoa que tem condição”*.

Nessa mesma direção, Joana, a princípio, descreve uma pessoa pobre a partir da condição de *“um morador de rua”*, depois repensa:

“Mas eu ainda acho que, igual, tem um que mora ali no Manoel Honório ali, perto da ponte vermelha, eu não acho que ele é pobre, porque ele tem a barraquinha dele, ali mesmo ele faz a comida dele, então não sei o que é ser pobre, acho que a gente tem a dificuldade, mas assim, pobre... acho que nem morador de rua pode ser julgado como pobre também. Porque se vira, come, bebe, veste, da forma dele, mas tem como sobreviver.”

Dessa forma, Joana aponta que pobre pode ser considerado “aquele de espírito”, diante da explicação: *“a pessoa é rica, tem tudo, mas por dentro ela é pobre (...) porque eu falo, quem tem dinheiro compra tudo... então, não tem amizade, não tem liberdade, não tem felicidade”*. Em suas palavras, portanto, ela se declara rica ao afirmar que *“a gente que não tem nada pode se julgar uma pessoa rica”*, na medida em que *“não tem que mostrar aparência pra sociedade”*, bem como demonstra se contentar com o “básico” que tem: *“uma máquina pra lavar roupa, tenho uma televisão, um chuveiro, um fogão pra cozinhar, então... Acho que a gente não precisa de muita coisa, carro, essas coisas de luxo pra poder ter não”*.

Para Rodrigo, no entanto, a pobreza pode ser percebida a partir de três níveis, conforme observado no seguinte relato:

“Nós tem três pobrezas hoje (...) O pobre dos pobre é aqueles que ficam morando na rua. O pobre mais ou menos é aquele que tá correndo atrás de um serviço, correndo pra melhorar sua vida. E tem o pobre orgulhoso, tá passando necessidade, tá passando aperto, mas não pede arrego.”

De acordo com a sua descrição, Rodrigo afirma: *“eu sou pobre, tô naquele do meio”*, que vive com um *“um pouquinho de dificuldade, mas bem”*. Ele corrobora com a colocação anterior de Luiz ao responsabilizar os sujeitos a partir da seguinte explanação: *“Então eu sou*

um pobre (...) Um pobre razoável. Pobre mesmo é essas pessoas que fica aí... Muitos também tá porque quer, mas... No ponto de vista mesmo, eles tão abaixo e eu tô no meio”.

O conceito de riqueza, segundo Rodrigo, caminha nesse mesmo sentido, o que é exemplificado a partir da diferença colocada entre os ricos considerados humildes - que possuem uma boa condição e bens materiais, mas que se preocupam em ajudar os necessitados -, os ricos que, em suas palavras, “*só olha assim e não quer saber de nada, vai embora*”, e “*aquele padrão que só vê falar em televisão (...) então, seis escalas de vida que tem*”, concluiu.

As diferentes formas a partir das quais as(os) participantes de nossa pesquisa compreendem a realidade brasileira e desigual, bem como percebem a si e suas vidas cotidianas, refletem, ainda, as contradições que atravessam suas visões a respeito das origens e raízes das desigualdades sociais. No que tange essa questão, a lógica meritocrática e a crença religiosa predominam nos relatos obtidos através das entrevistas, ainda que haja direcionamentos diversos.

“*Ah, aí eu não... É... Eu não sei*”. Essa foi a primeira resposta de Clara ao ser questionada do porquê ela considerava existir desigualdades. Ela afirma ser bem difícil e desleal, mas pontua: “*é a realidade, né?!*”. Diante dessa dura constatação de que, em suas palavras, “*tem gente que tem um emprego melhor (...) tem gente que tem mais, é, condições pra poder chegar lá, tem gente que não tem*”, a justificativa, por ela, encontrada perpassa pelo esforço individual: “*É assim. (...) Tem gente que corre atrás, tem gente que não corre... Deixa por isso mesmo. Tem gente que não vai à luta*”. Célia percorre por essa mesma direção ao expor: “*um tem mais um tem menos porque o que tem mais lutou pra ter, né? (...) E o que tem menos porque não teve oportunidade ainda. Meu modo de pensar é esse*”.

Diante do mesmo questionamento, Ângela respondeu: “*(...) Vou viver mais um cadinho e não vou conseguir entender. Vou morrer com essa dúvida*”. Contudo, ela acredita que as

desigualdades e injustiças começam e se expandem a partir “*da própria família*”, bem como critica o individualismo que predomina, atualmente, nas relações sociais: “*(...) hoje em dia não é assim, cada um por si e Deus por todo mundo. Quem tem, tem. Quem não tem, se vira*”.

Ângela demonstra, ainda, apostar na ação divina como forma de dar sentido aos fenômenos sociais: “*Deus dá o dom e a inteligência, o milagre quem faz é a gente. Existem pessoas que tem sorte de ter coisas melhores (...) Tem gente que não tem sorte de conseguir nada*”. No entanto, ao ser questionada sobre a dimensão da “sorte”, ela considera que a dinâmica da vida real não se limita a ela: “*não é só sorte, mas empenho. Eu me esforço pra melhorar a minha vida, então, a vida vai melhorar*”.

A reação inicial de Júlia, também, foi pela negação do saber, mas depois ponderou: “*Ah, sei lá, acho que é o governo desse jeito que a gente tá... Porque até a cesta do CRAS foi cortada*”. No decorrer da conversa, ao pedir que refletisse sobre o motivo das desigualdades existentes entre ela e os considerados ricos de seu bairro, toda a sua trajetória de vida emergiu como forma de justificativa:

“É, eu não sei, né... Assim, eu sempre vim de uma família humilde. Eu perdi minha mãe, minha família muito cedo. Assim, tive estudo e tudo, mas arrumei filho muito cedo, entendeu? Não tive como me profissionalizar na vida. (...) aí eu não consigo trabalhar, entendeu? Aí tudo fica mais difícil.”

Assim como Júlia, Camila considera que as desigualdades sociais existem, em suas palavras, “*por causa do governo mesmo, por causa do presidente, por causa de tudo*”, na medida em que considera o sistema político atual injusto ao se direcionar para os interesses de “*gente que já tem dinheiro*”. “*Acho que tinha que pensar mais no pobre, tinha que pensar mais nas pessoas que não tem nada, porque eu ainda tenho alguma coisa*”. A partir dessa afirmação,

Camila acredita, portanto, que investir nos programas sociais contribuiria para a redução ou até mesmo supressão das desigualdades existentes.

Ainda assim, ao refletir e discorrer sobre a população rica e a pobre, ela justificou o processo de ascensão social de uma pessoa através da sorte e mérito pessoal: *“Ah, uns é por sorte, né? Tem uns que tem uma sorte, ganha um dinheiro aí. E umas que é porque trabalha, né? Vai atrás do seu sonho”*. Ao mesmo tempo, Camila discorda que o empobrecimento de uma pessoa seja acarretado pelo mesmo processo, embora afirme: *“(…) Acho que a pessoa já nasce com isso, aí vendo, vai pra frente (…) Eu falo com a minha filha todo dia que ela tem que trabalhar (…) porque pra ser rico a gente tem que conquistar isso”*.

Luiz, por sua vez, considera que a desigualdade social se manifesta, atualmente, devido à *“ganância pura”* das pessoas e justifica sua afirmativa a partir do local onde mora, o Parque das Águas, mesmo conjunto habitacional em que reside Camila: *“se você pensar bem, muita gente não precisa daquilo, e a gente mesmo que tá pagando aluguel precisa”*. Rosa, também, é moradora do Parque das Águas e entende que parte das desigualdades sociais ocorrem tendo em vista o uso *“desnecessário”* e injusto de programas sociais como o *“Minha Casa, Minha Vida”*.

A existência de desigualdades é justificada, ainda, nas palavras de Rosa, pela *“falta de amor. (…) Amor é pra mim o verdadeiro ideal”*. No decorrer da conversa, ao pedir que Rosa refletisse sobre as diferenças entre suas condições de vida e as de pessoas que não são usuárias da assistência social, ela afirmou:

“(…) Eu não me sinto inferior a eles porque eu venho aqui (…) eles não precisam porque na casa deles eles tem o sustento deles, tem um meio de ganhar as coisas que eles conquistam, e infelizmente eu ainda não tive a mesma sorte deles.”

Assim, a “sorte” aparece, mais uma vez, como causa das relações desiguais. Ao ser questionada sobre essa questão, Rosa, no entanto, pode melhor refletir a partir de sua própria trajetória de vida: *“(...) eu não tive uma coisa de estudo, não pude estudar na vida, não pude ir pra algum lugar porque meus pais eram muito coisa. Eu acho que é mais uma questão de não sorte, mas de oportunidades”*.

Joana e Rodrigo, no entanto, resgatam elementos da construção histórica do Brasil enquanto forma de compreender as origens das desigualdades sociais. Joana, por exemplo, opina:

“Eu acho que isso já vem desde antes da gente nascer, começou pelo racismo, né, aí veio a ditadura, aquelas coisas todas, então... Os antigos vem trazendo, então, hoje em dia eu acho que é menos, mas ainda podia ser igual pra todo mundo.”

Já Rodrigo aponta para a história ao afirmar que a desigualdade: *“(...) faz parte desde a época da escravidão, desde meus tatataravô, só que vem mudando, assim, um pouco o estilo, só vem modernizando”*. Dessa forma, ele compreende que a desigualdade vem por *“geração mesmo e isso aí vem de ninhagem”* e explica a partir de sua condição de vida, cujo atravessamento se dá pelas “heranças” familiares de seus antepassados: *“Às vezes você puxa seu pai no estilo de ser, pode contar que vai sobrar um pouquinho pra você (...) Como vem evoluindo a vida, evoluiu também a questão social”*.

Rodrigo acredita que as questões sociais, como o racismo, “evolúram” ao longo do tempo e que verá (e viverá), ainda, muitas mudanças pela frente. No entanto, ele declara que as desigualdades sociais jamais deixarão de existir: *“tá difícil de acabar, mas que sempre vai ter, vai. Acabar, acabar não vai não. (...) Enquanto eu tiver vida e tiver enxergando os ponto objetivo, não vai não. É que isso aí é do ser humano”*.

A partir dos relatos e opiniões dos(as) entrevistados(as) a respeito da conformação da desigualdade social brasileira, iremos agora abarcar as formas encontradas de enfrentamento/resignação diante da realidade vivenciada por cada um(a). Nesse sentido, questões que atravessam a religião, a meritocracia e a assistência social são retomadas pelos(as) participantes da pesquisa. Serão, ainda, apresentados elementos da conjuntura política atual que surgiram ao longo das entrevistas, bem como apontaremos reflexões sobre a luta coletiva geradas a partir da construção da figura passiva do brasileiro.

Quando questionadas sobre o modo como enfrentam e lidam com as dificuldades pelas quais esbarram, Clara, Júlia, Camila e Márcia descreveram ações que permeiam suas rotinas e vidas cotidianas. Para Júlia, exceto a preocupação com a alimentação de sua família - garantida pelo PSA no CRAS -, as formas de enfrentamento da realidade *“são muitas”* e descreveu: *“acordo cinco horas da manhã, aí faço café, acordo todo mundo pra ir pra escola (...), aí volto, pego roupa, casa, entendeu? Daí já vou direto, não paro (...)”*.

Camila vai nessa mesma direção ao destrinchar sua rotina diária *“pra tentar ir vivendo”* com sua família, conforme relata: *“Ah, eu vou vivendo um dia de cada vez. (...) Igual com o dinheiro do Bolsa Família, cada mês eu compro roupa pra um, outro mês pra dois, e assim eu vou indo”*. Ela é evangélica e manifesta, ainda, a importância da crença religiosa para superar os obstáculos em sua vida: *“(...) Se não fosse Jesus, acho que já teria morrido. Se não fosse Deus na minha vida, não aguentaria os baques não (...) de vez em quando eu passo um aperto, aí eu oro a Deus, peço a Deus pra me ajudar”*.

Márcia, por sua vez, afirma: *“Correndo atrás, né? Porque parada dentro de casa você não vai chegar em lugar nenhum”*. Ela, então, fala de sua retomada aos estudos como forma de garantir um futuro melhor para ela e seus filhos: *“nunca é tarde pra recomeçar”*. Já Clara considera, enquanto enfrentamento, a busca constante por melhorias nas condições de vida e pontua: *“a gente vai levando, né. Fazer o quê? Porque... Se for o melhor, é o melhor, né, se*

não for...”. Ao ser indaga sobre o significado de “ir levando”, Clara conta como garante o sustento diário de sua família perante as condições escassas de vida e, diante disso, demonstrou seus sentimentos: “Ah... Sei lá... Se a gente parar pra pensar mesmo, a gente acaba ficando doida, né. Eu acabo surtando. Não tem como... Vai roubar? Não tem como roubar. Não tem como tirar (...)”.

Rosa, assim como Camila, diz ser uma “*evangélica pela honra e glória do Senhor*” e declara o suporte da crença religiosa e do CRAS como mecanismos para lidar com as dificuldades diárias: “*Primeira coisa acreditando em Deus (...) O único meio que eu conheço mesmo é o CRAS e Deus. Primeiro Deus, depois o CRAS*”. Nesse sentido, em outro momento da entrevista, Rosa conta sobre sua participação em um grupo de “*oração do CRAS*”, formado por moradores do seu bairro e que tem como objetivo o fortalecimento e apoio coletivo: “*a gente formou um grupo lá no Parque das Águas, que a gente conversa muito sobre o CRAS, conversa muito sobre o desenvolvimento social, aí a gente tem as nossas opiniões, aí a gente fala, fala (...) Aí a gente ora pelas pessoas que nos ajudam, né?!*”.

Rodrigo, no entanto, demonstra uma maior “tranquilidade” em enfrentar a realidade diante de sua trajetória de vida: “*Suave. Tipo assim, no caso, passo aperto desde pequeno mesmo, se eu não conseguir hoje, eu vou conseguir amanhã... Tranquilo*”. Em outro momento da entrevista, ele recorre, ainda, à crença divina como forma de guiar suas ações: “*Ele lá em cima que sabe, Deus que sabe (...) Deus deu uma boa proposta pra minha vida, agora vou correr atrás pra ver qual que vai ser ela*”.

Enquanto isso, Célia relata encarar sua condição desigual de vida com momentos de dor e sofrimento:

“Às vezes, triste. Às vezes, não. Porque tô viva, né? Posso correr atrás. Eu fico triste quando meu neto pede as coisas, minha filha pede as coisas e eu não tenho. Mas fora

disso... Tem gente que tá em cima de uma cama de hospital que não pode fazer nem isso. Quer dizer, enquanto eu tiver vida, posso correr atrás de ter oportunidade e ter.”

Os sentimentos de angústia são percebidos, também, na entrevista (e na vida) de Ângela, que, diante da frustrante busca por emprego e pela almejada independência, relatou: *“Eu, sei lá, tem vezes que eu sento na beirada da cama e eu confesso que eu choro às vezes, eu espero as crianças dormir e eu choro”*. Joana, também, reconhece as dificuldades que enfrenta e, embora prefira não frequentar igrejas, aposta sua esperança na fé e na oração, bem como na política de assistência social: *“Com fé a gente vai... Mas não é fácil, não. (...) eu tenho ajuda de rede, tenho aqui o CRAS, tenho o CREAS, o pessoal da Vara, o pessoal do abrigo, então é uma rede, eu não posso mais ficar na luta praticamente sozinha”*.

Um outro participante que busca enfrentar as dificuldades a partir da religião e do esforço próprio é Luiz: *“Muita fé. E ‘ocê’ também trabalhando, né?!”,* afirmou o “assistido”. Ele desacredita na possibilidade de mudanças da humanidade diante das incertezas e injustiças da vida, na medida em que, para Luiz: *“o ser humano não tem capacidade pra isso mais não... Só Deus chegando mesmo. Só Deus. Acho que isso aí é igual a vida, você nasce, morre, sem saber de nada (...)”*.

Nesse sentido, Ângela compreende que a população brasileira, no geral, se comporta de maneira passiva diante das desigualdades *“porque tá todo mundo com medo”* e *“desacreditado”*. Ao longo de toda sua entrevista, ela levanta elementos que marcam a conjuntura brasileira atual, demonstrando sua insatisfação perante ao modo como tem sido orquestrada a política institucional, sobretudo, no Governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Suas críticas passam pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), pelo conservadorismo da atual Ministra Damare Alves e a perseguição posta à comunidade LGBT e aos direitos das mulheres; pela a Reforma da Previdência, pelo aumento da inflação e a

redução do poder de consumo da população pobre e trabalhadora, bem como pelo projeto de liberação do porte de armas de fogo. *“O cara pegou um país fodido, por assim dizer, e ele vai e libera a arma”*, contestou.

Ângela, entendendo que a sociedade se constitui pela *“alta classe e a minoria”*, afirma: *“nesse governo, eu tenho pra mim que a minoria sempre vai continuar embaixo”*. Ela compreende que cada governo *“é bom pra uma classe”*, sendo Bolsonaro o representante do *“povo fascista”* e Lula, do *“povo da marmitinha”* e prossegue em sua análise *“(…) porque, querendo ou não, ele contribuiu bastante com algumas coisas, mas também prejudicou bastante com algumas coisas, entendeu? O Temer é do bonde do não sei”*. Ângela cita, ainda, a não conclusão do caso que envolveu o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL-RJ)¹⁵, quem ela afirma ter pesquisado a respeito para saber de sua vida e seus projetos políticos: *“era uma mãe solteira, homossexual, tava lutando pelos direitos da... Não só da desigualdade com as mulheres, mas pelas desigualdades de classes sociais”*.

Diante desse quadro, Ângela entende a importância de *“cruzar os braços”* e reivindicar direitos, *“igual o negócio dos caminhoneiros, mas mobilizou bem. Alguém reagiu”*, afirmativa feita mediante a seguinte ponderação: *“não adianta dez mil manifestação sendo que quem tá ali no poder, quem podia tá fazendo tudo, não quer fazer nada”*. Por perceber de tal forma a realidade, ela reafirma: *“eu, literalmente, acho que todo mundo já tá desacreditado desse ano (...) porque todo mundo acha que esse ano vai ser a volta por cima, mas é tragédia atrás de tragédia”*.

Outros participantes, assim como Ângela, apontaram críticas ao governo brasileiro atual, bem como a governos anteriores, como os de Lula (PT), Dilma (PT) e Michel Temer (PMDB). Márcia, por exemplo, ressaltou os impactos do corte de verbas na política de

¹⁵ Para que não nos esqueçamos de seu legado e da luta por respostas e justiça perante a execução criminosa de Marielle e o motorista Anderson: <https://www.florescerpormarielle.com.br/>.

assistência social, os ataques aos direitos trabalhistas, como décimo terceiro e férias, e a Reforma da Previdência: *“imagina só, você vai trabalhar até quando você tiver na beira da morte?”*. Ainda sobre o Governo Bolsonaro, ela afirma: *“só faz as coisas pro pessoal do exército, colégio do exército, essas coisas... Pra gente ele não tá fazendo nada não (...) O pobre tá ferrado”*.

Já Rodrigo critica a corrupção que percebe no sistema político brasileiro, em suas palavras, desde a *“experiência com nosso Lula, nossa Dilma, esse outro aí que saiu da presidência”*, se referindo ao Temer. Ele, então, questiona: *“uns homem desse precisa de roubar? Uns homem desse precisa de tá lá na cadeia?”*. Diante das desigualdades sociais existentes, Luiz, por sua vez, reconhece problemas no governo atual: *“Nosso presidente só tá pensando em arma pra caçador, né, daí pega um doido aí que não tem cabeça, juízo, toma um cadinho e mata um pai de família”*. Além disso, fala sobre sua decepção diante dos casos de corrupção e da prisão de Lula:

“Porque no tempo que eu vendia cafezinho pro Lula, em São Bernardo do Campo, eu também achava que ele ia ser... e me envergonhou. (...) Meu pai tinha uma barraquinha lá, aí ele tava sempre de calça preta, gordo, barrigão, fazia greve na Brastemp (...) E hoje tá aí preso, por causa de quê? Poxa... Um cara que lutou tanto, era até analfabeto, tinha uma postura tão bonita, né, pra chegar lá e ficar roubando.”

Dessa forma, tanto Luiz quanto Rodrigo entendem que a maioria dos brasileiros se equivoca em manter a sua passividade e o seu voto em candidatos considerados, por eles, corruptos e que mantém o mesmo projeto político que não favorece os mais pobres. Luiz ressalta, por exemplo, o descaso dos governos diante dos movimentos de greve da categoria docente: *“eu vejo os professores fazendo greve. Por que que não atende, gente?”*.

Nessa mesma direção, Rodrigo afirma: *“o brasileiro é burro, vai continuar votando nas pessoas erradas”*. Ele, assim, considera o movimento grevista dos caminhoneiros, ocorrido em 2018, como um importante caminho a ser seguido para alcançar mudanças no sistema político, apontando, ao que parece, a defesa da instauração de um regime militar no país para acabar com a corrupção:

“(...) Igual, os caminhoneiro parou, uma ótima revolução. Evoluiu tanto que aí o Temer queria botar o exército na rua pra fazer os cara dirigir. Aí só pegar e dar a chave pra eles que todo mundo vai embora. Não seria uma revolução boa?!”

Outras quatro participantes da pesquisa, Márcia, Joana, Camila e Clara, percebem, no povo brasileiro, uma característica de passividade e comodismo marcante. Clara afirma que *“as pessoas são muito acomodadas”* ao defender a necessidade de mais *“palestras”* para alertar as pessoas sobre as injustiças sociais e avançar na construção de um país melhor. Márcia, por sua vez, relata não haver processos de mobilização em seu bairro e concorda que, diante do atual quadro político, o brasileiro pode ser considerado, em suas palavras, *“muito acomodado (...) porque se todo mundo se juntasse, fizesse uma passeata, um mutirão, com certeza as coisas ia mudar. Mas que que que adianta, uns vai e outros não vai? Tem que ser todo mundo junto”*.

Joana corrobora com Márcia: *“eu acho que se tivesse um pouco mais de luta a gente viveria melhor”*. Ela defende, assim, uma maior união entre as pessoas, *“pelo menos, pela igualdade. Não viver em guerra, igual nos outros países, mas, pelo menos, se impor, colocar a opinião sobre aquilo que aceita ou não”*, afirmou a entrevistada.

Para Camila, a luta coletiva é considerada, igualmente, importante para obter mudanças e, nesse sentido, ela se coloca diante dessa posição de passividade: *“Tô falando até de mim mesmo, a gente mesmo, fica parado. Ninguém faz nada pra ajudar, pra essa situação mudar, tendeu? Todo mundo fica parado”*. Ela, contudo, demonstra dúvidas de como e o que,

exatamente, poderia ser feito ao reivindicar: *“Não tenho ideia não. Acho que tinha que juntar o Brasil inteiro e fazer uma passeata pra poder tentar mudar. Tinha que juntar todo mundo e fazer uma passeata, passar até no jornal. A gente devia fazer isso”*.

Rosa e Júlia, contudo, caracterizam o brasileiro enquanto um povo *“batalhador”*. *“Às vezes, o Brasil também não dá muito, assim, não tem muita oportunidade”*, declara Júlia. Ao expor sua opinião, Rosa resgata a sua trajetória para demonstrar o seu reconhecimento da *“persistência”* do brasileiro:

“Porque o brasileiro ele nunca desiste, porque se eu fosse desistir, hoje eu não taria viva, eu ia tá morta. Porque o brasileiro, quanto mais o negócio é difícil pra gente, mais a gente persiste. Mais a gente persiste naquilo que a gente quer, no objetivo que a gente quer. E eu conheço muita gente que na graça de Deus saiu da onde que tava, e eu sou uma realidade. Eu antes era catadora de papel, antes eu passava necessidade com meus filhos e agora eu não passo mais. Então acho que a gente brasileiro é batalhador.”

As expectativas, os sonhos e os projetos de vida almejados pelos(as) participantes da pesquisa podem, assim, retratar a forma como enxergam suas realidades e buscam, de alguma maneira, enfrentá-las. Para finalizar, apresentaremos como cada um(a) elabora sobre o futuro, no âmbito individual e coletivo.

Rosa, por exemplo, projeta e sonha conquistar boas condições de trabalho e estudo para seus filhos. *“Ver meus filhos, todos eles, não passar o que eu passei. Nunca, em nome de Jesus”*, declara. Ela apresenta ter boas expectativas para a população em geral, pois, mediante a sua fé, considera todos *“irmãos”*, bem como descreve que uma vida ideal seria aquela em que as pessoas não passassem mais *“necessidades”* e tivessem garantido o direito ao trabalho, à moradia e uma vida digna. Para Rosa, *“esse seria um mundo bem melhor”*.

No que tange a sua vida pessoal, Clara, também, sonha e diz “correr atrás” do melhor para sua família, o que está relacionado à educação de seus filhos e à garantia de um emprego estável para ela e seu marido. Já em relação à população no geral, ela considera que as desigualdades devem permanecer caso não haja uma conscientização da população para que a realidade mude. Uma vida ideal, para a Clara, seria “*sem aluguel*”, com um bom salário e sem a preocupação diária de como garantir o sustento da família: “*sem depender de ninguém (...)* *Todo mundo trabalhando, tendo a casa, né... seria o ideal*”.

Diante das “melhores” expectativas criadas, Célia e Júlia projetam suas vidas através da garantia de estudo e vida digna para toda a família. O direito ao trabalho aparece como sonho e idealização da vida em ambas as entrevistas. “*Ideal é eu tendo emprego, trabalhando todo o dia, pra mim seria o ideal*”, afirma Célia, “*meu sonho é esse. Ser feliz, arrumar minha casinha e ser feliz*”. Nesse mesmo sentido, Júlia descreve: “*Uma vida ideal? (...) ter minha casa própria, meus filhos bem, entendeu? Eu trabalhando*” e comenta, também, sobre seu sonho de cursar enfermagem. O trabalho representa, em suas palavras, uma forma de “*colocar minha vida no lugar igual era antes (...) de vim pro CRAS*”. Como expectativa para a população em geral, ambas citam a necessidade de se combater as drogas e a violência que atravessam as vidas de jovens em suas comunidades.

Márcia, por sua vez, embora tenha boas expectativas de futuro para sua vida e de sua família, a partir de seu sonho, já em curso, de se tornar enfermeira, afirma: “*a minha eu tô tentando fazer o melhor, eu mesma, porque se depender do governo, dos outros... Eu mesmo tô tentando mudar ela*”. Assim, ela considera que uma vida ideal seria garantir o acesso ao trabalho para toda a população, embora tenha baixas de expectativas nesse âmbito: “*só afundar nesse governo*”.

As expectativas de Ângela estão voltadas para a (re)estruturação de sua casa e de sua vida, assim como deseja: “*tirar esse tampão dos olhos das pessoas que tão a minha volta que*

pelo fato de eu ser mãe, eu ter que ser a mãe que a sociedade quer que seja, a mãe tradicional”.

Ela, que idealiza uma vida com trabalho, saúde e educação para todos, ao ser questionada sobre suas expectativas gerais para a população, afirma: *“ô, nem, tira o Bolsonaro de lá e nós resolve”.*

Joana, também, almeja uma vida pessoal e coletiva com mais trabalho, educação e solidariedade entre as pessoas; sem violência, drogas e desigualdades. Ao falar sobre o que considera ser uma vida ideal, Joana pontuou: *“acho que a minha é, apesar das dificuldades, eu acho que é”*, embora sinta a falta de um emprego e sonhe em ter uma casa própria para que possa contribuir com o futuro de seus filhos.

Em relação às suas expectativas, Camila afirma: *“eu espero muita coisa boa (...) vindo de Deus aí pra gente, só isso mesmo que eu espero. (...) Vai me ajudar. Nem sei o que vai vim, mas eu creio que vai ser uma coisa muito boa”.* Sua vida ideal está direcionada a uma única questão: *“não queria dever mais ninguém, pra mim, seria o ideal”.* Ao falar sobre seus sonhos, assim reagiu Camila: *“Ah, eu tenho tanto sonho, moça. Nossa.... Tanto, mas tanto que dá até vontade de chorar. Tanto, tanto (...)”.* E se emocionou ao falar sobre os seus tantos sonhos, dos quais não abre mão e que atravessam a garantia de uma vida digna e de direitos mais básicos para ela e seus filhos.

As expectativas de Luiz em relação a sua vida estão, também, voltadas para o futuro dos filhos: *“a luta continua”* - luta essa que, conforme afirma, virá *“trabalhando. Trabalhando com dignidade e com Deus na cabeça”.* Para a população em geral, Luiz espera e idealiza uma vida com mais respeito, solidariedade, amor, *“fé na mente”* e menos ganância entre as pessoas. Assim como Camila, fazer Luiz refletir sobre seus sonhos gerou emoções e, mesmo na tentativa de se conter, ele chorou. De início, preferiu guardar para si e depois decidiu compartilhar: *“meu sonho é que eu queria ver minha filha novamente”*, falecida, em 2005, aos 5 anos de idade.

Ao perguntar sobre suas expectativas de futuro no âmbito mais pessoal, Rodrigo respondeu: *“Agora você me pegou”*. Ele espera e idealiza uma vida em que tenha sua casa própria, consiga dar boas condições de vida aos filhos e constituir uma família *“de fibra”*, tendo em vista os divórcios pelos quais passou, bem como espera que as desigualdades sociais existentes diminuam. *“Não vai ser esse mar de rosas, né, porque se fosse só falar assim e acontecesse, tá de boa, mas vamos correr atrás”*, afirmou. Em relação ao seu sonho, que considera representar uma vida *“boa, porque é uma vida sem maldade”*, Rodrigo descreveu:

“Eu tenho um sonho. Tenho um sonho de ter o meu sítio. Meus filhos não... Talvez o de três anos ainda consegue fazer isso, meu sonho. Eles mesmo pegar fruta no pé. Igual eu, na minha criação... Tendeu? Na minha criação, eu fiz isso muito. Pegava manga, cana, laranja, goiaba, pescava, via o peixe e puxava o peixe (...) É essa que eu falei, ver meus filhos pegando as coisas com a própria mão deles, ver eles pisando no barro, tomando banho de chuva, pulando uma poça d’água... É isso, pô, é isso.”

Capítulo 5. Uma tentativa de síntese e compreensão

Na busca por uma análise e síntese críticas dos resultados obtidos através das entrevistas com as(os) nossas(os) dez informantes, a discussão que, aqui, se segue pretende atravessar, de maneira fluida e articulada, os seguintes pontos principais: 1) a compreensão acerca das desigualdades sociais e a consciência de si no mundo; 2) as manifestações e a internalização do fatalismo e da cultura da pobreza; 3) a resignação como forma predominante de enfrentamento da realidade cotidiana diante da revolta silenciosa/silenciada; e 4) o papel da política de assistência social frente à condição subalterna imposta.

A trajetória e a condição atual de vida dos sujeitos que participaram de nossa pesquisa parecem reafirmar que a desigualdade social e a pobreza representam, nelas, uma marca comum, sendo não apenas manifestadas, como, também, reconhecidas em diferentes âmbitos de suas vidas. Ainda que alguns tenham demonstrado uma certa dúvida inicial diante do questionamento a respeito da desigualdade social - que, de fato, é um tema complexo -, podemos perceber que a vivência concreta a partir de sua máxima expressão compromete as tentativas das classes dominantes de escamotear, por completo, a realidade, embora as falas das(os) participantes reflitam, ao mesmo tempo, uma série de confusões ideológicas.

A precarização no acesso a determinados direitos como no campo do trabalho e moradia, as desigualdades de renda e poder de consumo, o “estilo de vida”, a reprodução de preconceitos, bem como as formas de marginalização e criminalização da pobreza foram algumas das dimensões das relações sociais injustas consideradas pelos(as) participantes, do âmbito mais pessoal ao coletivo. Além disso, a constatação do caráter desigual de gênero e de raça a partir dos próprios relatos e vivências particulares - expressão do perfil das(os) participantes - retrata bem como são, histórica e consubstancialmente, conformadas as relações de dominação de classe na realidade brasileira e latino-americana a partir de estruturas patriarcais e racistas (Cisne, 2014).

Ainda que nossas(os) informantes, no geral, admitam enfrentar “dificuldades” e desigualdades em suas vidas cotidianas, o modo como apreendem suas realidades parece, por vezes, se limitar a aparência dos fenômenos, o que dificulta uma compreensão mais aprofundada e totalizante de suas raízes. Nesse sentido, ao longo do trabalho, destacamos como a dimensão cotidiana da vida é conduzida pela conformação de hábitos e ações múltiplas marcadas pelo imediatismo das relações, o que, quando não progride a partir de suas qualidades latentes, pode se tornar um terreno fecundo para a propagação das ideologias dominantes - estas que, conforme vimos, se apoiam nas estruturas alienantes da sociedade de classes com a funcionalidade de manter e reproduzir as relações de exploração e dominação (Heller, 1967; Konder, 2002; Montero, 2004).

Um exemplo da atuação funcional das ideologias diz respeito ao direcionamento das causas das desigualdades existentes, bem como do descontentamento gerado (este que, fruto e apesar das circunstâncias, se aflora) ao setor social que a sente na pele de maneira ainda mais intensa: a classe trabalhadora pauperizada. A introjeção e a reprodução da cultura da pobreza e da lógica meritocrática foram, portanto, observadas em diferentes momentos por parte das(os) entrevistadas(os), seja, por exemplo, ao refletirem sobre suas próprias condições e possibilidades de mudança de vida, seja a partir de como compreendem e se relacionam com as ações e programas desenvolvidos na política de assistência social.

No que tange a esse último ponto, assinalamos, aqui, uma das perversidades ideológicas postas perante à condição de “assistido”: o modelo focalizado, segmentado e precarizado, que fundamenta as ações e programas socioassistenciais e é sustentado pela agenda neoliberal, reforça a lógica individualizante e o clima de competitividade, vigilância e disputa entre os pobres, na medida em que a escassa garantia de direitos passa a ser vista como uma ajuda, devendo ser destinada apenas àqueles que, realmente, necessitam de todo e qualquer tipo de amparo social (Yazbek, 2006; Euzébio Filho, 2016). Assim, as pessoas que se inserem nos

programas sociais e participam do CRAS sem apresentar uma condição vista como real e “(in)digna” para tal (pelo entendimento de que estas se deparam com uma situação melhor de habitação, transporte, salário e renda etc.) são condenadas por, supostamente, contribuir para a produção das desigualdades sociais, conforme insinuado por diferentes participantes de nossa pesquisa.

A noção de “necessitado” - vinculada a uma posição de carência e miserabilidade extrema, bem como de negação total de recursos e direitos, sejam eles mínimos para a subsistência - parece, assim, permear a compreensão de nossas(os) entrevistadas(os) a respeito dos significados e expressões da pobreza. Ainda que o pauperismo possa se expressar de tal forma, como vimos, essa percepção limitada pode estar relacionada à construção histórica e negativa da figura do pobre enquanto vagabundo, humilhado, incapaz e submisso, o que acarreta, ainda, uma série de sentimentos ambíguos de aceitação/negação de tal condição por aqueles que, nela, se inserem, vinculando-se a uma concepção fragmentada das classes sociais constituintes da ordem capitalista (Yazbek, 2006; Euzébios Filho, 2007; Montaña, 2016).

Conforme descrevemos nos resultados, as(os) participantes de nossa pesquisa apresentam diferentes formas de (não) perceber a sua posição diante da constatada divisão social existente. No geral, não se reconhecem como pobres, na medida em que se deparam com pessoas enfrentando condições ainda mais precárias de sobrevivência que as suas. Ou quando afirmam sua condição de pobreza, como no caso dos participantes Luiz e Rodrigo, ainda encontram maneiras de se diferenciar do outro, mesmo que partilhem de uma realidade bastante próxima, uma vez que enxergam a expressão máxima da pobreza através da responsabilização daqueles que mantêm uma postura considerada acomodada e indigna por não “correr atrás” de meios para superar as “dificuldades” enfrentadas. Lembremos, ainda, que essa mesma argumentação foi usada pelas participantes Camila e Joana ao descreverem o que consideram

enquanto “pobres de espírito”. Assim, o pobre, diante de sua carência e humilhação material e subjetiva, é visto a partir da posição social que o outro ocupa (Estanislau & Ximenes, 2016).

Dessa mesma forma, nossos(as) entrevistados(as) se distanciam do que acreditam conformar o modo de vida de uma pessoa rica, que, no geral, representa uma maior capacidade de adquirir/conquistar bens materiais para o consumo; com exceção de Joana e Camila, que, em certa medida, se afirmaram ricas mediante às dimensões espirituais da vida. Em todas essas afirmativas, o conceito de classe se torna pulverizado e pode gerar uma sensação de não-pertencimento no mundo: em sua maioria, não se consideram pobres, muito menos classe trabalhadora, na medida em que esta última é dissociada das relações de exploração, bem como do quadro de desemprego estruturante (re)produtor da miséria no capital (Fontes, 1996; Netto & Braz, 2008).

Nesse sentido, retomando os nossos apontamentos teóricos, entendemos que a conformação da consciência de si no mundo resvala, dialeticamente, na consciência que se elabora sobre o outro mediante à realidade concreta, processo este que caracteriza o modo de exteriorização próprio do ser social. O modo de produção do capital, ao perpetuar o processo de alienação que lhe é próprio, atua como barreira para o desenvolvimento da consciência crítica e criativa dos sujeitos, buscando camuflar as estruturas sociais, bem como seu lugar na sociedade de classes (Mészáros, 2006; Netto & Braz, 2008; Marx, 2010a).

Assim, o fetichismo da mercadoria, produto e produtor da alienação capitalista, provoca uma inversão na capacidade de socialização do homem e da mulher ao coisificar as diferentes dimensões da vida social e apontar como principal ponto de partida e horizonte a lógica individualizante do consumo e da propriedade privada. Euzébios Filho (2007), contudo, ressalta a necessidade de se ter cautela ao analisar o papel do fetichismo da mercadoria, na medida em que não, necessariamente, o projeto de vida almejado pela população pobre e trabalhadora se limita a reprodução acrítica da lógica de “ascensão social” e valorização do modo de vida da

classe dominante. A forma como nossos entrevistados elaboram seus sonhos e expectativas de futuro diante de suas precárias condições materiais e psicossociais de vida condizem com essa ponderação.

No entanto, percebemos que, por vezes, o poder aquisitivo e de consumo - ainda que expresse a divisão de classes sociais no capital - se configura como um dos principais critérios utilizados pelas(os) participantes de nossa pesquisa na caracterização do pobre, do rico e das desigualdades sociais. Somado a isso, fruto da lógica liberal meritocrática, a noção atrelada à (in)capacidade de administrar os bens e recursos materiais e financeiros, tenham sido eles conquistados por esforço pessoal ou por sorte (o que é atrelado, em sua maioria, aos ricos) ou a partir da ajuda filantrópica ou estatal (no caso dos pobres), conforme indicam as entrevistas realizadas, reforça ideias fatalistas de naturalização, individualização e inevitabilidade da “questão social” (Martín-Baró, 2017b).

Observamos, ainda, que a fragmentação das desigualdades sociais a partir de sua apreensão superficial (e ideológica) se reflete nas constatações dos(as) entrevistados(as) a respeito do que se configuraria o consumo exacerbado e o acúmulo de riquezas, havendo determinadas confusões diante da inversão da lógica de direitos sociais e, eminentemente, humanos. Muitas vezes, a garantia de recursos básicos para a condução de uma vida composta por relações sociais dignificantes, como habitação, transporte, trabalho, alimentação etc., parece ser confundida com a obtenção de uma condição de “luxo” e privilégio social, o que é designado a uma “ganância” inerente à natureza humana, conforme observamos nas entrevistas.

O desenvolvimento das políticas sociais e, em específico, da política de assistência social na ótica neoliberal, em certa medida, reafirma essa forma ideológica de constatar a realidade ao pautar-se, majoritariamente, pela “inclusão forçada” (Fontes, 1996) e seletiva das classes subalternas a partir do aumento (ainda precário) do poder de consumo e de ações paliativas e não por meio do acesso ao trabalho, tendo em vista o sucateamento desse campo

diante da centralidade dos programas de transferência de renda nas ações de enfrentamento à pobreza do Estado brasileiro (Stein, 2009; Mota, 2010; Euzébios Filho, 2016).

Dessa forma, em consonância com o estudo de Souza & Gonçalves (2017), as expressões de determinadas características dominantes que conformam a ideologia fatalista tornaram-se bastante evidentes quando as(os) participantes de nossa pesquisa expuseram suas compreensões sobre as origens das desigualdades sociais, seja na sociedade como um todo coletivo, seja a partir de suas realidades cotidianas e particulares, bem como quando demonstraram os mecanismos que adotam para o seu enfrentamento.

Relembremos, rapidamente, a análise realizada por Martín-Baró (2017b) do que chamou de “síndrome fatalista” a partir das diferentes formas pelas quais se apresenta no modo de ser e agir dos sujeitos, sobretudo, das classes populares e subalternas. O autor descreve que, no geral, a população trabalhadora latinoamericana, diante das relações de opressão e exploração, concreta e historicamente, estabelecidas em seu modo de vida, atua de maneira conformista e passiva, na medida em que parte da negação da história - ao naturalizá-la - e do potencial transformador da condição humana, depositando, por vezes, em forças metafísicas as explicações para as adversidades enfrentadas. Fatalismo, cultura da pobreza e alienação, dessa forma, possuem uma intrínseca relação de coexistência na sociabilidade do capital, podendo variar sua intensidade e predominância de acordo com o desenvolvimento das relações sociais e das etapas características do processo produtivo, bem como do nível de correlação de forças colocada na disputa entre as classes sociais.

Conforme discute, ainda, o autor, na realidade latino-americana, em que a religião é bastante influente em sua conformação, a noção fatalista que prega a inevitabilidade do destino pode estar, fortemente, atrelada às intervenções divinas, que atua, muitas vezes, como forma de explicar, dar sentidos e tornar inquestionáveis as situações e desigualdades vividas, na medida em que são atribuídas à obra de Deus.

Os relatos de nossos(as) entrevistados(as), sobretudo, acerca das origens das desigualdades sociais percebidas refletiram, em peso, essa questão. As soluções encontradas como explicação (e, logo, como enfrentamento) das mazelas do capital em suas vidas cotidianas, muitas vezes, são canalizadas para o “*destino de Deus*”, pois, retomando a emblemática fala do participante Luiz, parecem acreditar que “*ninguém pede pra ser pobre, nem ser rico ou milionário. Então, é pelo que Deus falou. Isso aí a gente não pode fazer nada*”.

Konder (2002), assim como Heller (1967), discutem que o comum apego irracional à religião se sustenta perante à alienação predominante do capital, na medida em que pode refletir o modo individualizado e imediatista de encarar os problemas sociais vivenciados na realidade cotidiana. Marx (2010c) demonstra, nesse sentido, a dupla função da religião diante das relações desumanas estruturantes do sistema econômico atual:

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. (Marx, 2010c, p.145, grifos do autor).

Esse trecho segue acompanhado da célebre frase do autor em que afirma que a religião “é o ópio do povo”, embora consideremos que esta não seja sua única possibilidade de manifestação. Heller (1967) compreende que a religião, ao significar, para os sujeitos, uma representação calcada em necessidades afetivas, éticas e políticas, pode contribuir para o avanço da consciência a partir da conformação de uma identidade coletiva, de modo a favorecer a transição dialética entre o particular e o genérico.

A partir das entrevistas realizadas - embora reconheçamos suas limitações tendo em vista que não aprofundamos nessa questão ao longo das conversas -, pudemos perceber algumas das expressões do apego religioso na vida cotidiana de pessoas inseridas na condição de pobreza e precariedade. Assim, em sintonia com a citação anterior de Marx (2010c), a religião aparece como um suporte psicossocial para o enfrentamento diante do que Sawaia (2001) chamou de

sofrimento ético-político gerado pelas mazelas sociais e pela pobreza, de modo a confortar a dor e as angústias e motivar a permanência na batalha diária pela sobrevivência.

A entrevistada Rosa, por sua vez, relatou participar de um grupo, orientado pela religião, onde são debatidos temas que expressam questões sociais. Corroborando com Heller (1967), Euzébios Filho (2010) constatou que, em alguns casos e mesmo diante de seus limites, espaços como esse em que Rosa se insere podem apresentar um potencial ao transformar uma demanda percebida, a princípio, de uma maneira solitária para o âmbito coletivo, contribuindo para o avanço de uma consciência em si, o que dependerá, ainda, da direção ético-política apontada pela mediação religiosa.

O debate acerca do papel cumprido pelas religiões é extenso e heterogêneo e não pretendemos, aqui, prosseguir-lo. No entanto, mesmo não tendo clareza de como se efetiva a conformação do grupo religioso no modo de vida da referida participante, a religião aparece nas entrevistas como um instrumento, predominantemente, favorável a formas de resignação e naturalização da vida social, ainda que, em certa medida, atue como mecanismo de enfrentamento frente às condições precárias estabelecidas, o que acarreta as contradições e desafios de intervir frente a essa realidade.

Entendemos, nesse sentido, que a consciência se processa a partir de diferentes circunstâncias postas na realidade concreta (não se limitando, por exemplo, apenas às demandas espirituais e religiosas), bem como se apresenta em constante transformação a partir de momentos que podem avançar ou retroceder, no que tange o horizonte da luta pela emancipação (Iasi, 2011). O atual cenário brasileiro - diante da lógica neoliberal posta nos marcos da crise estrutural do capitalismo, somado, ainda, ao aceno de uma conjuntura desfavorável à conscientização, luta e organização classista dos setores explorados e pauperizados da sociedade - contribui para a ascensão e capilaridade de ideários conservadores, moralistas e

individualizantes na elaboração de alternativas e perspectivas de vida das classes subalternas. Tais discursos, assim, se aguçam frente às necessidades múltiplas provocadas pelo pauperismo e a decorrente ausência ou insuficiência de direitos básicos, não garantidos, minimamente, através de políticas públicas universais (Montaño, 2016; Braz, 2017).

Dessa forma, a dimensão religiosa não aparece isolada e descontextualizada de outras dimensões da vida, que são permeadas por ideologias e contradições próprias das vivências imediatas que atravessam o cotidiano de pobreza dos(as) participantes da pesquisa. Ora o destino da vida é entregue ao controle de Deus, ora as desigualdades sociais percebidas e vivenciadas são depositadas na conta do mero acaso e da sorte. Ao mesmo tempo, conforme constatou, igualmente, Euzébios Filho (2010, p. 223) em seu estudo, se faz presente a ideia de “que o indivíduo pode mudar, por meios próprios, a vida que se vive” - concepção essa, no geral, atrelada à ótica (neo)liberal que responsabiliza, unicamente, os sujeitos pelas condições de vida enfrentadas.

Em outros momentos, ainda, como retrataram os resultados da pesquisa, elementos da história aparecem como justificativa das injustiças sociais: escravidão e ditadura militar foram contextos citados. Ainda assim, a forma de se conceber fenômenos do passado que estruturam a “questão social” na atualidade é permeada por confusões ideológicas que os transformam em uma condição natural da humanidade, reforçando processos de acomodação e adaptação frente a constatada inevitabilidade da vida (Martín-Baró, 2017b).

A forma como os sujeitos apreendem a sua realidade se relaciona, dialeticamente, com a forma a partir das quais agem sobre ela mediante as circunstâncias inscritas, historicamente, na conformação das relações sociais. Conforme afirmamos em diferentes momentos, a superação de um nível de consciência, predominantemente, alienado ou “pseudoconcreto” (termo utilizado por Euzébios Filho, 2010, ao citar Kosik, 1961) para um patamar mais elevado

da consciência de classe perpassa pelo descolamento do imediatismo e do senso comum vivenciado/introjetado no âmbito da cotidianidade (Heller, 1967).

Vimos, ainda, que a perspectiva conformista e pessimista prevalece no modo como as(os) participantes de nossa pesquisa encaram suas vidas cotidianas, limitando-se, no geral, às ações solitárias voltadas para a árdua batalha da sobrevivência diária. Isso não significa que, diante do horizonte fatalista traçado, a consciência dos sujeitos esteja alheia, isenta e anulada da realidade concreta. Entendemos que consciência, a partir do deslocamento relativo existente entre subjetividade e objetividade, se conforma através de conflitos que transitam “entre os ascensos reivindicatórios e os descensos fatalistas, entre a ação coletiva e as soluções individuais” (Euzébios Filho, 2010, p. 193).

Esses movimentos contraditórios foram percebidos diante das entrevistas que realizamos. Ao mesmo tempo em que há historicidade, há naturalização da realidade. Ao mesmo tempo em que há uma culpabilização e responsabilização do pobre e de si mesmos(as) pelas desigualdades vivenciadas, há indignação diante da “desassistência” social e da negação de direitos que ferem suas possibilidades. Ao mesmo tempo em que há descrença e resignação diante das mazelas sociais, há desejo e esperança por alternativas mais igualitárias de vida e de sociabilidade.

Conforme discute Iasi (2011), tais contradições da consciência e os sentimentos ambíguos que, daí, insurgem encontram raízes nas próprias lacunas constituintes das ofensivas ideológicas da classe dominante, tendo em vista que, constantemente, podem se confrontar com o que se estabelece na dinâmica concreta da vida. Um nítido exemplo diz respeito à tão fomentada meritocracia: o mito do mero esforço pessoal não representa, na prática, a garantia para a obtenção de direitos e vida digna. Assim, tais conflitos reconhecidos, a princípio, no

plano individual e subjetivo, podem percorrer por diferentes caminhos para, então, se manifestarem.

Recorremos, novamente, ao conceito de “sofrimento ético-político” cunhado por Sawaia (2011), pois acreditamos que ele consegue expressar uma das formas pelas quais a população pobre se afeta e se expressa, emocionalmente, diante das circunstâncias da vida. A autora aponta que esta forma particular (e genérica) de sofrimento se diferencia de uma comum dor, na medida em que “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 2001, p. 104).

Em diferentes situações ocasionadas na pesquisa de campo, não só nas entrevistas, como, também, no acompanhamento realizado da rotina do CRAS, o sofrimento decorrente da miserabilidade material enfrentada foi expresso por diferentes “assistidas” do equipamento. Vale destacar, dos resultados, um trecho da explanação/desabafo da entrevistada Célia quando questionada sobre o modo como enfrenta as dificuldades da vida: “*Às vezes, triste. Às vezes, não. Porque tô viva, né? Posso correr atrás*”. Dessa forma, podemos perceber como o sofrimento ético-político é, muitas vezes, manifestado e, ao mesmo tempo, “reprimido” (oprimido) diante da predominante resignação fatalista, conforme aponta, ainda, Martín-Baró (2017b, p. 176), “pois o que importa na existência é aceitar o próprio destino com coragem e conduzi-lo com dignidade”.

Assim, na medida em que a miséria do capital se expressa em termos objetivos e subjetivos perante o modo de vida das classes subalternas, a ausência de recursos mínimos para a subsistência da população pobre e a necessidade de se batalhar para, de alguma forma, garantir a alimentação e o sustento próprio comprometem, muitas vezes, a sua capacidade de refletir/agir para além das relações imediatas vividas (Heller, 1967; Freire, 1979; Yazbek, 2006). O presentismo é, então, forjado por não enxergarem alternativas concretas de vida a curto e a

longo prazo diante de uma realidade que é, predominantemente, naturalizada. Conforme aponta, ainda, Sawaia (1987, citada por Yazbek, 2006, p. 158), a realidade de miséria e de pauperismo “mina a dignidade, reforça a servidão, distancia corpo e mente, pensar e fazer, como um recurso psicológico para evitar o sofrimento. A consciência comprimida pela angústia não tem possibilidade de se ocupar com mais nada”.

Retomando as reflexões de Iasi (2011), em diálogo com o estudo de Martín-Baró (2017b), o fatalismo e a alienação predominam quando as revoltas, as angústias e os conflitos vivenciados, ao serem sufocados pelas ideologias dominantes que penetram nos obstáculos objetivos impostos na realidade, permanecem encarados através da individualização dos problemas sociais. “É apenas em certas condições que a revolta pode se tornar uma passagem para uma nova etapa do processo de consciência”, afirma Iasi (2011, p. 28) ao explicitar a importância da organização coletiva e o sentimento de pertença em um grupo como forma de canalizar e direcionar, dialeticamente, as contradições da consciência em luta e reivindicação ativa.

Uma organização coletiva pode ocorrer a partir de diferentes formas (sindicatos, associação de bairro, grupos religiosos, movimentos sociais etc.), não, estando, necessariamente, pautadas pela perspectiva de classes, ainda que esta seja fundamental no processo de emancipação humana, conforme explicita o referido autor. Com exceção do caso já citado de Rosa e seu “*grupo de oração do CRAS*”, as(os) participantes de nossa pesquisa não demonstraram, no momento das entrevistas, participação em espaços semelhantes.

Ainda assim, ao refletirem sobre uma possível característica, predominantemente, passiva da população brasileira diante das desigualdades existentes, a luta coletiva (em forma de manifestações de rua, protestos e passeatas) apareceu como um horizonte necessário para se alcançar mudanças sociais em diferentes falas. Em suas práticas cotidianas, no entanto, a crença religiosa e a política de assistência social (sobretudo, o CRAS) emergiram como principais

suportes para o enfrentamento da pobreza (ou das “dificuldades”, já que, muitas vezes, não se reconhecem em tal condição), tornando-se possíveis alternativas para deslocar a luta diária do âmbito, meramente, individual.

Já indicamos, brevemente, algumas contradições do papel da religião perante às ideologias e à alienação, bem como da política de assistência social brasileira, na medida em que esta tem reafirmado práticas assistencialistas, seletivas e focalizadas que são, historicamente, designadas ao “tratamento” dos mais pobres (Teixeira, 2007; Yazbek, 2012; Montañó, 2012), de modo a fortalecer visões fragmentadas da pobreza e das desigualdades sociais e travar processos de tomada de consciência de classe (Euzébios Filho, 2010; Montañó, 2016). Isso irá refletir, assim, na forma como a população pobre se reconhece perante a condição de assistido e age diante de suas realidades.

Yazbek (2006) reflete em seu estudo que, ao fundamentar-se na cultura da pobreza, ser um “assistido” pode, por vezes, (re)forçar sentimentos de humilhação, vergonha e submissão pelo fato de sua sobrevivência depender de serviços que carregam toda uma trajetória de demérito social. Conforme apontam os resultados anteriores, tais sentimentos apareceram de maneira controversa em nossa pesquisa.

Os(as) entrevistados(as), em sua maioria, os negam para si, ao passo em que reconhecem sua existência perante outros sujeitos que se inserem na política. Este fato pode, por sua vez, refletir a forma como elaboram e se reconhecem frente à realidade de pobreza (já que o pobre é o outro), tendo em vista a dificuldade de admitir tal posição diante de todos os sentimentos e experiências negativos provenientes da construção histórica da imagem social do pobre como inferior (Estanislau & Ximenes, 2016). Somado a isso, embora a assistência social seja concebida enquanto um benefício direcionado aos mais pobres e carentes, sua importância é reconhecida e valorizada em suas vidas, ao mesmo tempo em que parece ser negada como

direito, tendo em vista que o que buscam é o direito ao trabalho que lhes foi negado (Yazbek, 2006; Euzébios Filho, 2010).

Assim, há ambiguidades e contradições diversas na forma como os(as) participantes refletem sua relação e “participação” no CRAS. Na medida em que a perspectiva de direitos é estorvada pela lógica neoliberal assistencialista, focalizada e precarizada, diante da miséria que enfrentam em suas vidas, o pouco ou a “ajuda” paliativa recebida é compreendida, de maneira nefasta, enquanto um sinal de mérito e “privilégio”, uma vez que se reconhecem em uma posição superior frente àqueles que tem retirado o (já deficitário) direito à assistência social.

Ainda que, no geral, os sentimentos como os de vergonha sejam (re)negados na elaboração que nossas(os) entrevistadas(os) explicitam sobre si mesmas(os), o que poderia indicar uma dimensão importante para processos de fortalecimento psicossocial (resgatando o conceito utilizado por Montero, 2004), a lógica da subalternidade que impera, historicamente, nas ações socioassistenciais se sustenta a partir de diferentes formas (Souza & Gonçalves, 2017). Assim, conforme aponta Yazbek (2006, p. 135), analisar o lugar de “assistido” na sociedade “não se trata de conhecer sujeitos isolados em sua forma de pensar sua inserção em programas assistenciais, mas de abordar o caráter relacional e histórico dessa condição”.

Essa constatação pauta-se nas contradições que permeiam a sociabilidade vigente e as políticas sociais, bem como a consciência humana a partir de sua conformação histórica e dialética. Não há dúvidas de que a política de assistência social tem gerado impactos importantes ao representar a garantia de recursos, como alimentação, moradia e renda mínima, para milhares de famílias brasileiras pauperizadas que se inserem nos diferentes programas sociais desenvolvidos. Realidade esta retratada através dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa, que demonstraram, ainda, a importância do CRAS enquanto espaço de apoio emocional e afetivo. Contudo, coadunando com Euzébios Filho (2010, 2016), percebemos que

tais “benefícios” vem acompanhados de uma série de contrapartidas, o que se agrava diante do modelo neoliberal implementado.

Conforme demonstram os resultados de nossa pesquisa, o caráter de “ajuda” que predomina na compreensão a respeito da assistência social, reflexo, ainda, do papel compensatório e insuficiente que apresenta a política no efetivo combate à pobreza, ao ser introjetado pela população “assistida”, pode desencadear uma série de fatores que favorecem posturas despolitizadas e resignadas diante do encobrimento da garantia de direitos. Entendemos que as políticas sociais podem representar espaços de coletivização dos interesses e necessidades da população trabalhadora, mesmo que limitadas em seu imediatismo ao atrelar-se às estruturas sociais, o que, por sua vez, pode relacionar-se, dialeticamente, com as contradições de um nível de consciência em si, no que tange aos movimentos entre a resignação/fatalismo e a reivindicação/revolta (Iasi, 2011) - relação que não se conforma como algo estático e autossuficiente e, sim, provocada por diferentes circunstâncias postas na realidade social.

No entanto, conforme vimos, o modelo adotado pelo neoliberalismo, ao solapar a perspectiva da universalização dos direitos sociais e forjar uma “inclusão” formal e rasa da população pobre à ótica da cidadania brasileira, tem contribuído para frear, ainda mais, o inconformismo e reforçar a submissão passiva das classes subalternas diante das desigualdades sociais e da pobreza, ainda que este processo esteja permeado por campos de disputas e resistências. Ao predominar a lógica do assistencialismo e da filantropia, observamos, por vezes, até mesmo uma descaracterização do papel do Estado na garantia de direitos e da execução da política de assistência social, bem como (e sobretudo) do papel dos “assistidos” enquanto atores sociais fundamentais para processos de transformação de suas vidas (Bravo & Correia, 2012).

Os resultados de nossa pesquisa sugerem, nesse sentido, que há pouca compreensão e participação efetiva da população destinatária da política nos rumos e no desenvolvimento cotidiano de suas ações e programas, o que reflete os desafios postos na atualidade para a garantia do controle social (Faquin & Paulilo, 2009), entendendo, ainda, que tal preconização

está para além da atuação dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos, requer a articulação das forças políticas que representam os interesses das classes subalternas em torno de um projeto para a sociedade que tenha como horizonte o rompimento com a sociabilidade do capital. (Bravo & Correia, 2012, p. 147).

Sabemos que o campo onde realizamos nossa pesquisa possui impasses específicos para o fortalecimento de ações de mobilização junto aos sujeitos nas comunidades, conforme apresentamos no capítulo metodológico, o que constitui um dado importante para o nosso estudo. Contudo, tais dificuldades não se isolam de uma análise mais ampla das contradições que permeiam a conformação do campo de proteção social brasileira.

Os(as) entrevistados(as) demonstram, assim, apreender a configuração da política através da mediação da atuação profissional e da relação cordial estabelecida (Souza & Gonçalves, 2017), limitando-se, muitas vezes, ao seu papel - este que, mesmo diante de potenciais ações e tentativas de subverter as problemáticas reconhecidas, esbarra-se, muitas vezes, em entraves inerentes à estruturação burocrática e ideológica da instituição (que, por sua vez, se esbarra nos limites estruturais do modo de produção e sociabilidade do capital).

Além disso, a “ajuda” obtida através da assistência social, seja com a cesta básica, seja com os programas de transferência de renda, entre outros, é concebida a partir de seu caráter transitório e emergencial (Yazbek, 2006), o que pode estar atrelado a, pelo menos, duas dilemáticas: a assistência social aparece como oposição ao trabalho, o que se efetiva na política de desmantelamento e fragmentação do campo de proteção social no Brasil; a perspectiva do provisório, mesmo que não se concretize tendo em vista a trajetória marcada pela dependência econômica dos recursos socioassistenciais, ao entranhar-se nas contradições do fatalismo,

reforça, ainda, o pouco envolvimento e implicação dos sujeitos na condução da luta por direitos (Mota, 2010; Yamamoto e Oliveira, 2010).

Associado a isso, possíveis questionamentos relacionados, minimamente, ao Estado, no que tange ao avanço e melhorias destinados à conquista de direitos, são abafados pela perspectiva histórica da tutela e da desvalorização do pobre, que passa a responder à “ajuda” recebida com sentimentos de gratidão e submissão à subalternidade instituída nas ações socioassistenciais (Yazbek, 2006). Entendemos que tais dilemas estão imbricados numa questão central, que, como vimos, é gerada nas contradições da própria política: a dissociação entre ser um “assistido” e “trabalhador” consequente do enfraquecimento da consciência de si na sociedade de classes (Euzébios, 2016).

Isso não significa, como viemos discutindo até aqui, que a perspectiva de direitos e a indignação diante do Estado e dos governos não emergja sob o predomínio do fatalismo através das reflexões que os “assistidos” realizam a respeito de si e das diferentes expressões das desigualdades sociais vivenciadas. Como apontaram os resultados de nossa pesquisa, em conformidade com as reflexões de Euzébios Filho (2010), as críticas, exigências e questionamentos contra o descaso às necessidades e interesses das maiorias populares aparecem em concomitância com sentimentos de descrença em soluções reais por meio da política institucional e parlamentar.

Ainda assim, esse nível de revolta presente na fala dos sujeitos que entrevistamos apresenta suas restrições, na medida em que, no geral, se atrela a um comportamento passivo que direciona e espera que o outro resolva os problemas sociais (Iasi, 2011). Quando o alvo das contestações não é o Estado, a caridade da elite econômica, através de medidas irrisórias como a distribuição de cestas básicas, aparece como uma possível saída no lugar da luta coletiva e organização de classe, o que é estimulado pelo neoliberalismo a partir da lógica filantrópica na gestão das políticas públicas e sociais (Montaño, 2016).

O ciclo da pobreza e do fatalismo se alimenta, assim, a partir da correlação dialética e contraditória entre diferentes mecanismos. Conforme aponta Yazbek (2006, p. 149), “em momentos em que a luta para sobreviver toma feições dramáticas, são deixados de lado os questionamentos políticos acerca dos programas assistenciais, de seu uso no campo do clientelismo e de sua pouca efetividade”. Ao mesmo tempo, na medida em que a política de assistência social tem se comprovado insuficiente para modificar, substancialmente, as condições de vida de seus “assistidos”, a predominância de ações assistencialistas e paliativas - em que pese a resistência exercida na atuação crítica e engajada de muitas(os) profissionais - dificulta o avanço da consciência e organização coletiva dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora com vistas à transformar suas realidades (Bravo & Correia, 2012).

Enquanto a incessante busca por uma fonte mínima de “ganha-pão” permear o modo de vida das classes subalternas, o imediatismo, o individualismo e a competitividade postos na luta pela sobrevivência permanecerão preeminentes no comando de suas ações. As expectativas de futuro e de vida (quando elaboradas), assim como a capacidade de sonhar e se rebelar, seguirão esmagadas e/ou rebaixadas ao que as relações sociais dominantes até possibilitam, mas que aos trabalhadores pobres, sobretudo, é usurpado: como o básico direito à moradia, saúde, educação, formação e trabalho.

A realidade de desigualdade social e pobreza será, assim, preservada por meio de sua fatal naturalização e do conformismo dos subalternos e explorados enquanto os sentimentos existentes de indignação e, inclusive, de descrença ao atual estado de coisas não encontrarem alternativas reais e concretas para, não apenas se manifestarem, mas, sobretudo, serem potencializados a partir de suas próprias contradições e limites. Nesse processo, por meio de sua dialeticidade, é imprescindível que os sujeitos se reconheçam enquanto classe que deve protagonizar a luta por novas formas de vida e sociabilidade. Conforme afirma Martín-Baró (2017b, p. 197): “a semente de rebeldia, da recusa a um destino injusto, não necessita ser

semeada; encontra-se no espírito do colonizado e demanda apenas encontrar uma circunstância propícia para brotar”.

Considerações finais

As reflexões geradas no presente estudo reafirmam a complexidade das temáticas que permeiam a nossa investigação. Captar os movimentos da consciência e as ações dos oprimidos e subalternos em sua constituição dialética mediante às ideologias que sustentam as desigualdades sociais dominantes é tão desafiante quanto necessário para a formulação e efetivação de novas relações sociais a partir da disputa de poder e hegemonia.

A predominância de perspectivas fatalistas nos setores pauperizados da sociedade, a partir da naturalização e individualização da realidade social, bem como da aposta na intervenção divina como caminho para mudanças do modo de vida, como vimos, encontra raízes numa trajetória marcada pela pobreza e miserabilidade cotidiana, tão necessária para a perpetuação das desigualdades sociais e da propriedade privada inerentes ao modo de produção capitalista. No entanto, por meio das próprias contradições vivenciadas nessa realidade, os mecanismos de enfrentamento, indignação e revolta emergem sob a consciência dos sujeitos, ainda que, muitas vezes, sua manifestação seja comprometida ou silenciada pelas condições objetivas e subjetivas colocadas, forjando posturas e ações passivas, conformistas e imediatistas.

À guisa de conclusão, assinalamos determinados aspectos que emergiram e, diante de nossas análises e limitações, permanecem em aberto para (re)leituras que exigem um cuidado e aprofundamento teórico-prático. Assim, o processo de construção de nossa pesquisa desencadeou diferentes questões e possíveis categorias analíticas, muitas das quais não tivemos condições de abarcar nesse momento.

Uma delas diz respeito à dimensão de gênero que perpassa a heterogeneidade e as especificidades dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora, bem como reflete as problemáticas que configuram a política de assistência social, na medida em que determinados

programas e ações, diante de suas contradições, tem contribuído para reforçar o papel da mulher na esfera da reprodução social das relações capitalistas. A predominância do sujeito feminino em nossa pesquisa, bem como as especificidades apontadas na inserção dos homens entrevistados na política refletiram esse aspecto, o que levanta, ainda, outros elementos para compreender as debilidades da proteção social brasileira, como, por exemplo: a transferência das responsabilidades do Estado para a família, sob a figura da mulher, e a frágil relação entre assistência social e o campo do trabalho, tendo em vista o seu amparo na desigualdade de gênero que se expressa nos diferentes âmbitos da vida social.

Nesse sentido, a importante mediação da política de assistência social na conformação do modo de ser e agir dos(as) “assistidos(as)” que participaram e nutriram nosso estudo, ainda que não nos limitamos a sua análise, provoca a necessidade de discutir o papel das políticas sociais à luz de suas contribuições para a luta pela emancipação dos sujeitos, bem como impõe a urgente tarefa de apontar alternativas que ultrapassem os limites inerentes a sua função no ordenamento social.

Essa constatação se agrava diante de um contexto histórico de crise estrutural do capitalismo e o conseqüente acirramento de suas contradições, dentre elas a intensificação da pauperização e precarização da vida da classe trabalhadora a partir da ofensiva da agenda neoliberal sob os direitos sociais conquistados como forma de alcançar a sobrevivência do sistema econômico global. Imersa nesse quadro em que as ferramentas organizativas de nossa classe enfrentam barreiras e fragilidades, a conjuntura política brasileira em curso, sobretudo, desde as manifestações de junho de 2013 e o posterior golpe parlamentar que derrubou Dilma Roussef (PT), em 2016, tem sinalizado para o avanço de ideários reacionários e conservadores que abalam, ainda mais, a (des)estrutura democrática do país.

A vitória de Jair Bolsonaro (PSL), confirmada eleitoralmente em outubro de 2018, e as medidas implementadas nesses primeiros meses de seu Governo, marcadas por seu caráter de

extrema-direita, intolerante e ultraliberal, expressam os tempos sombrios que avançam sobre a organização dos trabalhadores em prol de uma luta, radicalmente, anticapitalista. Ainda assim, na contramão da significativa aprovação popular que sustenta o atual Governo (o que, no entanto, tem apresentado quedas nos últimos meses¹⁶), pudemos perceber, de acordo com as(os) participantes de nosso estudo, que a natureza antipopular de projetos voltados aos interesses econômicos da burguesia, como a importante proposta de Reforma da Previdência em tramitação¹⁷, incita descontentamentos nas classes subalternas, que representam os setores mais afetados frente a austeridade dos planos neoliberais traçados.

Os inúmeros desafios e contradições colocados na atualidade, amparados em suas determinações históricas, devem guiar o método de compreensão e intervenção na realidade daqueles(as) que se propõem a contribuir com sua transformação. Nesse sentido, temos a clareza de que muitas das respostas necessárias às perguntas que (res)surgem no atual momento político não foram abarcadas (e nem poderiam ser) nesse estudo. Ainda assim, os diálogos estabelecidos com as dez pessoas que entrevistamos suscitaram questões importantes de serem concebidas e investigadas à luz de processos de conscientização e emancipação dos sujeitos.

O surgimento, nas entrevistas, de elementos que permeiam a situação política brasileira atual, mesmo sem que a pesquisadora provocasse, diretamente, o assunto, se fez tão surpreendente quanto revelador do necessário fortalecimento do trabalho (profissional, mas, sobretudo, militante) de base nas e com as comunidades populares. Dentre as questões apresentadas na análise política feita pelos(as) participantes, destacamos as críticas às medidas antipopulares do Governo Bolsonaro (como na previdência e a liberação do porte de armas de fogo); a indignação diante do cruel assassinato da vereadora e militante Marielle Franco (PSOL-

¹⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/27/governo-jair-bolsonaro-tem-aprovacao-de-32percent-e-reprovacao-de-32percent-diz-pesquisa-ibope.ghtml>.

¹⁷ Para uma análise crítica da PEC 06/2019 da Previdência: <https://esquerdaonline.com.br/2019/06/22/os-mitos-da-reforma-da-previdencia/>.

RJ); a prisão de Lula e a desilusão gerada diante da derrota dos governos petistas (ainda que as críticas se voltem para uma discussão rasa sobre a problemática da corrupção, sem apontar o cerne do fracasso do projeto de conciliação de classes); a referência positiva no movimento grevista dos caminhoneiros de 2018; e a defesa da tomada do poder por militares como forma de revolucionar o sistema político e conter a corrupção que o constitui.

As contradições percebidas na consciência dos sujeitos entrevistados, em seus movimentos de avanços e retrocessos, demonstram, assim, o vasto campo que se encontra em aberto para disputadas de projetos frente às condições massacrantes e precárias de vida da classe trabalhadora. De um lado, as ideologias dominantes, fortalecidas diante da árdua conjuntura atual, atuam como ferramenta para a sustentação da ordem, ora através da política do medo, descrença e resignação, ora por meio da convergência de discursos meritocráticos, religiosos e individualistas como mecanismo de enfrentamento da realidade.

Por outro lado, temos a história da humanidade, que, em sua constituição dinâmica, processual e dialética, nos serve para romper o canal da fatalidade que nos assola, sobretudo, diante de períodos desfavoráveis à luta pelos interesses da classe trabalhadora. Isso implica em reconhecer os erros e acertos cometidos nas disputas por hegemonia e, a partir de seus aprendizados, elaborar novas estratégias que superem as suas debilidades. Não é tarefa fácil, mas não precisamos partir do zero.

Finalizamos nossas reflexões retomando um dos eixos de análise da pesquisa: o papel das políticas públicas e sociais. Em momentos de avanço dos ataques aos direitos sociais e de aprofundamento das mazelas do capital, torna-se ainda mais evidente a fragilidade dos projetos reformistas e “possibilistas” de esquerda que centram suas investidas no fortalecimento dos aparatos institucionais do Estado. Confirmamos, a partir do balanço crítico dos treze anos dos governos petistas, que a luta estagnada e contemplada às fissuras possibilitadas (mesmo que não efetivadas) ainda no interior da ordem social compromete o avanço da consciência de classe

dos trabalhadores, podendo fazê-la refluir e buscar saídas em projetos políticos reacionários que se apresentam como falsa alternativa antissistêmica.

Não significa que devemos abandonar a luta pela manutenção e avanço das políticas sociais, o que, inclusive, se apresenta cada vez mais importante frente à arbitrariedade de medidas que visam, dentre outros, a criminalização dos sindicatos e movimentos sociais, bem como o desmantelamento dos conselhos de classe e dos poucos espaços de participação e controle social¹⁸. Contudo, se as políticas sociais têm se mostrado necessárias para a atenuação das expressões da “questão social”, em que pese o retrocesso posto a sua universalização pela ótica neoliberal, elas, também, se confirmam insuficientes para superar as desigualdades sociais e a pobreza.

Nesse sentido, entendemos que as políticas sociais e, em específico nesse trabalho, a política de assistência social que compôs nosso objeto de estudo, representam um importante espaço de mediação na vida das classes subalternas, interferindo em seus atos de ação e reflexão sobre si, o outro e suas realidades. O trabalho profissional, assim, pode e deve ser potencializado a fim de consolidar ações comunitárias em conjunto com a população “assistida” pelos programas socioassistenciais, fomentando perspectivas críticas sobre a sociedade. Assim como encaradas as suas possibilidades e contribuições, suas contradições devem ser assumidas até às últimas consequências, o que exige uma atuação que extrapole os seus limites.

Montaño (2016), apoiando-se nos escritos de Marx (2010c), aponta a importância de resgatar a capacidade de indignação dos sujeitos explorados e oprimidos. Acreditamos que ela se faz presente e, por vezes, acobertada nas próprias contradições do fatalismo predominante. A necessidade e o desafio estão em contribuir para que as revoltas

¹⁸ Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-acabar-commaioria-dos-conselhos-para-que-governo-possa-funcionar-23824587>.

silenciosas/silenciadas superem o imediatismo e a espontaneidade das ações cotidianas dos subalternos e ressaltem numa perspectiva histórica, classista e revolucionária. Como afirmamos anteriormente, não temos as respostas, mas, como pesquisadores e militantes revolucionários, esperamos e atuamos para que, de alguma forma, possamos transformar, radicalmente, a nossa realidade, de modo que os sujeitos se efetivem humanamente; enquanto reais protagonistas de suas próprias vidas e histórias. Frente à fatalidade e ao pessimismo forjados na ordem social, seguimos com o otimismo que nos torna possível ser e estar neste mundo, apesar e para além dele.

*“Ela virá, a revolução conquistará a todos o direito não
somente ao pão, mas, também, à poesia.”*

(Leon Trotsky)

Referências

- Behring, E. R. (2006). Fundamentos de Política Social. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. Recuperado de: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf.
- Behring, E. R. (2011). *Mesa redonda: Balanço crítico do SUAS e o Trabalho do Assistente Social*. Seminário Nacional: O trabalho do Assistente Social no SUAS - CFESS.
- Brasil (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília: MDS.
- Brasil (2014). *Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal - 2013*. Brasília: MDS.
- Bravo, M. I. S. & Correia, M. V. C. (2012). Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, 109, pp. 126-150.
- Braz, M. (2017). O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, 128, pp. 85-103.
- Carcanholo, M. D. & Amaral, M. S. (2008). Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista Economia*, 34, pp. 163-181.
- Carloto, C. M. & Nogueira, B. W. F. (2018). Família, gênero e proteção social. *Revista em Pauta*, 42 (16), pp. 49-64.
- Cassab, C. & Pinto, M. B. (2013). O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: o Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. *Revista de Geografia*, 3 (1), pp. 1-7.
- CEPAL (2016). Panorama Social da América Latina. Documento informativo. Recuperado de: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41738-panorama-social-america-latina-2016-documento-informativo>.
- CEPAL (2018). Panorama Social da América Latina. Documento informativo. Recuperado de: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>.
- Cidade, E. C., Júnior, J. F. M. & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30 (68), pp. 87-98.
- Cidade, E. C., Filho, C. E. E., Júnior, J. F. M. & Ximenes, V. M. (2018). Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural. *Revista de Psicología*, 27 (2), pp. 1-13.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e Consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- Couto, B. R. (2015). Assistência social: direito social ou bem-estar? *Serviço Social & Sociedade*, 124, pp. 665-677.
- Duque-Arazola, L. S. (2010). O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. Em: Mota, A. E. (Org.), *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade* (pp. 225-255). São Paulo: Cortez.
- Estanislau, M. A. & Ximenes, V. M. (2016). Vivências de Humilhação e Vergonha: uma análise psicossocial em contextos de pobreza. Em: Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., Cidade, E. C. & Moura Jr., J. F. (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências* (pp. 121-147). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Euzébios Filho, A. (2007). Consciência, Ideologia e Pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social. Dissertação (mestrado) não publicada. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida.
- Euzébios Filho, A. (2010). Sujeito e Consciência: entre a alienação e a emancipação. Tese (doutorado) não publicada. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida.
- Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2015). Psicologia e Consciência de Classe “Para-Si”: ações e desafios na direção da mudança social. *Psicologia Política*, 15 (33), pp. 255-268.
- Euzébios Filho, A. (2016). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28 (2), pp. 257-266.
- Faquin, Q. S. & Paulilo, M. A. S. (2009). Políticas sociais e controle social: estratégias de ampliação dos direitos humanos. *Serviço Social e Sociedade*, 12 (1), pp. 27-42.
- Fernandes, F. M. B. & Moreira, M. R. (2013). Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23 (2), pp. 511-529.
- Fontes, V. (1996). Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Tempo*, 2 (3), pp. 34-58.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (5a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, C. D. R. (2014). A assistência Social na perspectiva do usuário: Representações Sociais e Ideologia. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Freitas, C. D. R. & Guareschi, P. A. (2014). A Assistência Social e seus usuários: possibilidades e contribuições. *Diálogo*, 25, pp. 145-160.
- Gomes, R. (2009). A Análise de dados em pesquisa qualitativa. Em Minayo, M. C. S. (Org.), *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (pp. 79-108, 28a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Gonçalves, R. M. P. & Yamamoto, O. H. (2014). Fundamentos Teórico-Práticos da Psicologia Social: um debate histórico e necessário. *Psicologia Política*, 15(32), pp. 17-31.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Heller, A. (1967). Sociología de la vida cotidiana. Colección Socialismo y Libertad. Recuperado de: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2016/08/73-agnes-heller-colecccic3b3n.pdf>.
- Iamamoto, M. V. (2000). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2001). A Questão Social no Capitalismo. *Revista Temporalis*, 3 (1), pp. 9-32.
- Ianni, O. (2002). *Enigmas do pensamento latinoamericano*. São Paulo: IEA/USP.
- Iasi, M. L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- IBGE (2010). *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Recuperado de: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313670&idtema=87&search=minas-gerais|juiz-de-fora|censo-demografico-2010:-resultados-gerais-da-amostra>.
- IBGE (2018). Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, 39.
- IPEA (2017). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 a 2015*. Recuperado de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_d_e_genero_raca.pdf.
- Juiz de Fora (2012). Mapa Social: Análise da Situação do Desenvolvimento Familiar em Juiz de Fora. Recuperado de: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/arquivos/publicacoes/mapa_social_juiz_de_fora.pdf.
- Konder, L. (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Konder, L. (2009). *Marxismo e Alienação: contribuições para um estudo do conceito marxista de alienação* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Lacerda Jr., F. (2010). Psicologia para fazer crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi. Tese (doutorado) não publicada. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida.
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, pp. 216-263.

- Lacerda Jr., F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? Em: Lima, A. F.; Antunes, D. C. & Calegare, M. G. A. (orgs.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 111-128). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Lessa, S. & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Löwy, M. (2010). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- Mandel, E. (1982). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9 (3), pp. 325-356.
- Martin-Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, pp. 219-230.
- Martín-Baró, I. (1990). *Accion y Ideología: Psicología desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1991). El método em psicologia política. Recuperado de: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/seccion/archivo-academicos/>.
- Martín-Baró, I. (2017a). Entre o indivíduo e a sociedade. Em: Martín-Baró, I. (Org. e Trad. Lacerda Jr., F.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis: Editora Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017b). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. Em: Martín-Baró, I. (Org. e Trad. Lacerda Jr., F.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis: Editora Vozes.
- Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. Recuperado de: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As aparências enganam - divergencias entre o mhd e as abordagens qualitativas.pdf>.
- Martins, K. O. & Lacerda Jr., F. (2018). Ideologização da Violência no Capitalismo: Contribuições da Psicologia da Libertação de Martín-Baró. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11 (2), pp. 221-235.
- Marx, K. (2010a). *Manuscritos econômicos-filosóficos* (Trad. Ranieri, J.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010b). *Sobre a questão judaica*. (Trad. Schneider, N. & Brant, W. C.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010c). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. (Trad. Enderle, R. & Deus, L., 2a ed.). São Paulo: Boitempo.

- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital* (Trad. Enderle, R., 2a ed.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (2008). *A Ideologia Alemã*. (Trad. Costa, L. C. C., 3a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Mendonça, G. S., Souza, V. L. T. & Guzzo, R. S. L. (2016). O conceito de Ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. *Psicologia Política*, 16 (35), pp. 17-33.
- Mészáros, I. (2000). A crise estrutural do capital. *Outubro*, 4, pp. 7-15.
- Mészáros, I. (2006). *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. Em: Minayo, M. C. S. (org., 28a ed.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, questão social e seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, pp. 270-287.
- Montaño, C. (2016). Marxismo e Transformação social: tendências contemporâneas. Em: Oliveira, I.F.; Paiva, I.L.; Costa, A.L.F.C.; Coelho-Lima, F. & Amorim, K. (orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 101-134). São Paulo: Outras Expressões.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Mota, A. E. (2010). A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. Em: Mota, A. E. (Org.), *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade* (pp. 133-146). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, 3 (1), pp. 41-49.
- Netto, J. P. (2007). Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista em Pauta*, 19, pp. 135-170.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2008). *Economia Política: uma introdução crítica* (4a ed.). São Paulo: Cortez.
- Oxfam Brasil. (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Recuperado de: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_un_e.pdf.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Editora Alínea.
- Sawaia, B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria da dialética exclusão-inclusão. Em: Sawaia, B. (Org., 2a ed.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis: Editora Vozes.

- Silva, M. B. (2014). *Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo*. São Paulo: Cortez.
- Silva, P. S. S. (2015a). Atualização crítica à propriedade privada em Locke e Rousseau a partir do paradigma marxista. Recuperado de: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=e9c6e8e9e7eb82de>.
- Silva, L. R. B. (2015b). Política de Assistência Social e “usuários”: o lugar dos sujeitos de direitos. Recuperado de: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/31_politica_de_as_usuarios....pdf.
- Siqueira, L. S. (2012). Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. *Temporalis*, 12 (24), pp. 353-384.
- Siqueira, L. S. (2014). A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. *Argumentum*, 6(1), pp. 240-252.
- Siqueira, L. S. & Alves, G. L. (2018). Pobreza e desigualdade social: uma breve reflexão do Brasil e América Latina. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, 4 (6), pp. 11-36.
- Sitcovsky, M. (2010). Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. Em: Mota, A. E. (Org.), *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade* (pp. 147-179). São Paulo: Cortez.
- Sgarbossa, L. F. (2015). Inúteis ao mundo: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 36 (2), pp. 3-16.
- Souza, R. F. & Gonçalves, A. L. V. (2017). A mesmice identitária: a (im)possibilidade emancipação na política de assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 29, e171276.
- Souza Filho, R. & Oliveira, E. A. (2014). Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática. Em: Duriguetto, M. L. & Moljo, C. B. (org.), *Sistema Único de Assistência Social, organizações da Sociedade Civil e Serviço Social: Uma análise da realidade de Juiz de Fora* (pp. 53-77, 2a ed.). Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Sposati, A.O.; Bonetti, D.A.; Yazbek, M.C. & Falcão, M.C.B.C. (1998). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise* (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Stein, H. R. (2009). Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. Em: *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas* (Orgs. Boschetti, I.; Behring, E. R.; Santos, S. M. M. & Mioto, R. C. T, 2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Teixeira, S. M. (2007). Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. *Sociedade em Debate*, 13 (2), pp. 45-64.

- Trindade, H. (2017). Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*, 129, pp. 225-244.
- Vieira, J. A. (2001). O uso do diário em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 5, pp. 93-104.
- Ximenes, V. M. & Cidade, E. C. (2016). Juventude e pobreza: implicações psicossociais do fatalismo. *Revista Interamericana de Psicologia*, 50 (1), pp. 128-136.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos. *Pesquisa: Teoria e Prática*, 6 (n. spe.), pp. 9-24.
- Yazbek, M.C. (2006). *Classes subalternas e assistência social* (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Yazbek, M.C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, pp. 288-322.
- Zaluar, A. (2000). *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

Anexo A - Roteiro de Entrevista

1) Apresentação

Nome:

Bairro:

Há quanto tempo você é usuária(o) do CRAS?

Quais programas você participa aqui no CRAS?

2) Condição de assistido

Qual sua opinião sobre o papel da política de assistência social na vida das pessoas que são usuárias?

O que significa para você ser assistida da política de assistência social?

Você considera que houve alguma mudança em sua condição de vida a partir do momento em que começou a receber o benefício da política de assistência social?

Você já passou por alguma situação que a(o) deixou chateada(o)/constrangida(o) por ser usuária(o) da política de assistência social? Conte como foi.

Como você reage a essas situações?

3) Desigualdade social e pobreza

Qual a sua opinião sobre a desigualdade social no Brasil?

Por que você acha que existe a desigualdade social?

Como você percebe a desigualdade no seu dia a dia?

Você percebe alguma diferença entre você e as demais pessoas que participam de algum programa da assistência social?

E a diferença com as pessoas que não são usuárias da política de assistência social?

Como você descreveria uma pessoa pobre?

E uma pessoa rica?

Algumas pessoas costumam dizer que as pessoas que recebem o Programa Bolsa Família não gostam ou não querem trabalhar. O que você pensa sobre isto?

4) Formas de enfrentamento/resignação

As pessoas costumam dizer que o povo brasileiro é um povo passivo (que não batalha pelo que quer, vê as injustiças sociais sem fazer nada para mudar). O que você pensa sobre isto?

Como você enfrenta a sua realidade de pobreza/dificuldades?

Para além da política de assistência social, quais outros meios você utiliza para enfrentar as dificuldades/a pobreza?

5) Questões projetivas

Como você acha que a política de assistência social poderia melhorar?

Quais suas expectativas para o seu futuro e da sua família? E da população em geral?

Para você, o que seria uma vida ideal?

Você tem algum sonho?

Anexo B - Tabela de Categorias

Categorias	Breve interpretação
Relação sujeito e política social	
Assistência social e impactos nas condições de vida	Representa a garantia de condições materiais básicas para sobrevivência, assim como um espaço de informação, de apoio afetivo e emocional. <i>“Não tô falando só em matéria de comida. Às vezes um ombro amigo é bom”</i> .
Entre o direito e a benesse	A compreensão da assistência social passa pelo conceito de ajuda, ainda que a perspectiva de direitos possa estar, contraditoriamente, presente. O caráter de “ajuda” parece estar, por vezes, relacionado à insuficiência da política na superação das condições precárias de vida. <i>“É pouco, a verdade é, mas tá ajudando”</i> .
Focalização e ideologização da pobreza	A assistência social é considerada importante, mas para quem realmente necessita. O uso considerado indevido dos programas sociais aparece como causa das desigualdades.
Sobre a condição de assistido	Todos(as) afirmam a importância da posição de assistido em suas vidas. Direito ou benesse? <i>“Sou privilegiada”</i> . Ainda assim, admitem perceber, no outro, a existência de sentimentos de vergonha e humilhação. <i>“Conheço muitas pessoas que são assim. Eu me orgulho”</i> .
Assistência social e (<i>versus</i>) trabalho	Assistência social aparece como oposição ao trabalho. Muitos parecem compreendê-la por seu caráter emergencial, enquanto seguem em busca de emprego, ainda que a dependência econômica dos recursos da política perdure em suas trajetórias de vida. <i>“Peço a Deus que um dia eu arrume um serviço melhor, né, que eu largue aqui, dou minha vez pra outra pessoa”</i> .
Dependência econômica	

O lugar das profissionais e da tutela	A maioria opina sobre o CRAS a partir da relação direta estabelecida com as profissionais. Sentimentos de gratidão pelo tratamento e ajuda recebidos parecem reforçar o lugar de subalternidade e de resignação. <i>“Nunca me trataram mal, nunca me falaram ‘não’, então não tenho de reclamar”</i> .
Participação e compreensão da Política	Reflete a lógica da tutela e submissão. As entrevistas indicam baixa participação social e incompreensões a respeito do funcionamento da política (que, muitas vezes, se limita à atuação profissional).
(In)Compreensões sobre desigualdade social e pobreza	
O que é desigualdade social?	Sabem que a desigualdade existe, mas há diferentes formas de (não) compreendê-la. <i>“Esses negócio de racismo e essas coisas? O que que é desigualdade?”</i>
O pobre	Prevalecem visões fragmentadas da pobreza e da desigualdade. Para a maioria, pobre é o necessitado; quem “mora na rua”. Rico é quem “tem de tudo”. Também estão relacionadas ao caráter e a valores individuais (e liberais), para além das condições econômicas e materiais.
O rico	
Desigualdade no cotidiano	Percebida a partir de vivências diversas e particulares (que não se isolam do todo).
Desigualdade e consciência de si	A maioria afirma passar por dificuldades na vida, mas há diferentes formas de perceber sua posição no mundo. O pobre é o outro.
Por que existe a desigualdade?	Há contradições. Historicidade e naturalização, por vezes, se confundem. No geral, apostam na sorte, na meritocracia e/ou na ação divina.
Formas de enfrentamento/resignação da realidade	

No cotidiano	O enfrentamento da realidade cotidiana está voltado para a garantia da sobrevivência, passando, no geral, pela resignação através da lógica liberal individualizante e meritocrática. <i>“Correndo atrás, né? Porque parada dentro de casa você não vai chegar em lugar nenhum”</i> .
Deus e o controle do destino	A crença religiosa, também, se destaca enquanto mecanismo de enfrentamento (por meio da resignação) das dificuldades. <i>“Primeiro Deus, depois o CRAS”</i> .
Sufrimento ético-político	Refletir sobre a vida, as desigualdades e as (im)possibilidades de mudança gera sofrimento e resignação. <i>“Se a gente parar pra pensar mesmo, a gente acaba ficando doida, né”</i> .
O povo brasileiro	Uma parte considera o brasileiro “acomodado” e passivo, outra o considera “batalhador”. A maioria reconhece (não na prática) a necessidade e a importância da luta coletiva para alcançar mudanças. <i>“Tinha que juntar todo mundo e fazer uma passeata, passar até no jornal. A gente devia fazer isso”</i> .
Luta coletiva como horizonte	
Questões gerais e projetivas	
Brasil e conjuntura política atual	Assuntos relacionados aparecem ao longo das entrevistas: corrupção, Governo Bolsonaro, Reforma da Previdência, prisão de Lula, greve dos caminhoneiros, entre outros. Há descrença na política institucional.
Expectativa de futuro	Grande parte ligada aos direitos e às condições mais básicas de vida que os são negados. Mera reprodução de valores burgueses? <i>“Sonho de ter o meu sítio (...) eles [filhos] mesmo pegar fruta no pé (...) ver eles pisando no barro”</i> .
Vida ideal	
Sonho	

Anexo C - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social

Pesquisador: Fernando Santana de Paiva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89106518.0.0000.5147

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.692.144

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

Objetivo da Pesquisa:

Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios descritos em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e benefícios esperados estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 2.692.144

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, ressarcimento com as despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPes. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Recomendações:

No TCLE classificar como risco mínimo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: setembro de 2019.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 2.692.144

informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1108269.pdf	03/05/2018 15:42:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/05/2018 15:38:03	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Outros	roteiro_grupo_focal_com_usuarios.docx	15/04/2018 16:16:20	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Outros	Termo_de_sigilo.docx	15/04/2018 16:14:02	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_com_profissionais.docx	15/04/2018 10:39:36	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_infraestrutura.docx	15/04/2018 10:37:45	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Assistencia_Social.docx	15/04/2018 10:35:14	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.docx	15/04/2018 10:34:00	Fernando Santana de Paiva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 05 de Junho de 2018

Assinado por:
Lainer Augusta da Cunha Serrano
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Anexo D - Autorização da AMAC à pesquisa “Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social”

DECLARAÇÃO

Eu, CARLA SALOMÃO FERREIRA, na qualidade de responsável pela(o) Subsecretaria de Gestão do SUAS e Indústrias Socioprodutivas, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Análise das práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social”, a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Dr. Fernando Santana de Paiva; e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética da UFJF para a referida pesquisa.

Juiz de Fora, 05 de abril de 2018.

ASSINATURA



Carla Salomão
Chefe de Departamento
PJJ/SDS/SSUASIS/DPB
Subsecretaria (em substituição)

Anexo E - Autorização da AMAC à pesquisa “Consciência, pobreza e formas de (re)ação: uma análise a partir dos sujeitos destinatários da política de assistência social”

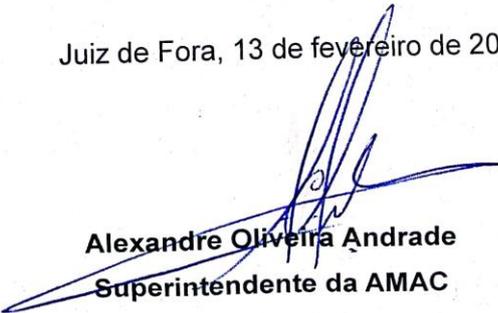


Associação Municipal de Apoio Comunitário
Juiz de Fora - Minas Gerais

A U T O R I Z A Ç Ã O

ALEXANDRE OLIVEIRA ANDRADE, Superintendente da Associação Municipal de Apoio Comunitário- AMAC, autorizo a mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFJF, MARIANA DE ALMEIDA PINTO, a realizar a pesquisa **“Consciência, pobreza e formas de (re)ação: uma análise a partir dos sujeitos destinatários da política de assistência social ,”** no Serviço de CRAS (CRAS Centro), no período de **fevereiro a abril de 2019**, estando o responsável pela pesquisa, o docente Fernando Santana de Paiva, ciente dos aspectos éticos, se comprometendo a resguardar a confidencialidade, o sigilo e a proteção da imagem, com o encaminhamento a essa Superintendência do relatório sobre a realização do trabalho antes de quaisquer apresentações ou publicações de seus resultados.

Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 2019


Alexandre Oliveira Andrade
Superintendente da AMAC